



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

AMPLA PARTICIPAÇÃO

MODO DE DISPUTA “ABERTO E FECHADO”

DESTACAMOS QUE OS LICITANTES DEVEM CADASTRAR NO SISTEMA TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL, ATÉ A DATA E O HORÁRIO ESTABELECIDOS PARA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, SOB PENA DE INABILITAÇÃO.

LFDA/PE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020

(Processo Administrativo n.º 21002.000520/2020-24)

Torna-se público que para conhecimento dos interessados, que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – LFDA/PE, por meio da Seção de Licitações – SLI/SEC - LFDA/PE, sediado a Rua Dom Manuel de Medeiros s/nº - CEP 52.171-030 - Recife PE, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **com critério de julgamento de menor preço por lote/grupo**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada **por preço unitário**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 30/11/2020

Horário: 09:00 (nove horas, zero minutos) – Horário de Brasília

Local: Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

UASG: 130016

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de Serviço comum de engenharia, na forma continuada, com dedicação exclusiva de Mão de Obra, para manutenção preventiva, corretiva e preditiva, compreendendo o fornecimento de peças, materiais e execução de serviços, em instalações prediais, sistemas e equipamentos das Unidades I e II do LFDA-PE, (unidades físicas de Dois



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

Irmãos e do Bongi), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 02 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta apenas para o item 01 (SERVIÇO) que compõe o lote, **salientamos que o valor do item 02(PEÇAS) é fixo e não será objeto de lances.**

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço **GLOBAL** do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de execução de empreitada por preço unitário.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 001/130016

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: PTRES-188778/22101/13007

Elemento de Despesa: 339037 e 339030

PI: FUNLABBRO

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1.O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8 Instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017)

4.2.8.1 É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário),



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.2.9. Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, bem como o disposto no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

- 4.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 4.5.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
 - 4.5.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 4.5.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor mensal, e anual para o item 1 (SERVIÇO – POSTO DE TRABALHO);

6.1.2. Valor total a ser cadastrado no sistema para o item 2, é R\$150.000,00(cento e cinquenta mil).

6.1.2.1. Esclarecemos, que por questões de funcionalidade no sistema, o item 2 será aberto para lances, porém os licitantes NÃO DEVERÃO DAR LANCES.

6.1.2.2. O valor do item 2 é FIXO, tendo seu valor sido definido pela Administração a fim de composição do GRUPO.

6.1.3. A proposta deverá ser ofertada pelo valor total de cada item, entretanto, o julgamento será realizado pelo menor valor total do Grupo;

6.1.4. Para a composição dos valores do Grupo, o licitante deverá observar o valor estimado cadastrado para cada item individualmente.

- 6.1.5. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, incluindo-se, dentre outras, as seguintes informações:

6.1.5.1. A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO;

6.1.5.2. A quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;

- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1. Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2. Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item, com apenas duas casas decimais, contudo o julgamento será realizado pelo valor total do Grupo.

7.5.1.1 Salientamos, que o ITEM 2 já cadastrado no valor estimado de R\$150.000,00, NÃO DEVERÁ SER OBJETO DE LANCES.

7.5.1.2 Enfatizamos que por questões de funcionalidade no sistema, o item 2 será aberto para lances, porém os licitantes NÃO DEVERÃO DAR LANCES.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO E FECHADO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.10 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.10.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

- 7.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.11.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 7.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17 O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO TOTAL DO GRUPO**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.19 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.20 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.21 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.22 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.23 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.24 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.24.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.24.1.1 Prestados por empresas brasileiras;

7.24.1.2 Prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.1.3 Prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.25 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou lances empatados.

7.26 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.26.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo mínimo** de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, juntamente com as **PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - ANEXO DO EDITAL**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

7.26.2.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3 A **PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS** deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo **mínimo** de **02 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.3.1 ATENÇÃO!!! A PROPOSTA DE PREÇO DEVERÁ CONTER A PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DAS CATEGORIAS DE MÃO DE OBRA ENVOLVIDAS NA CONTRATAÇÃO E SUAS RESPECTIVAS ABAS COMPOSTAS POR:

8.3.1.1 ABAS DAS PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DE CADA POSTO;

8.3.1.2 ABAS DAS PLANILHAS SECUNDÁRIAS DE CADA POSTO, CONSTANDO OS VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS OFERTADOS PARA OS EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS, EPIS E EPCS, KIT DE PRIMEIROS SOCORROS, UNIFORMES E O SOFTWARE DE MANUTENÇÃO;

8.3.1.3 ABA DE MATERIAIS COLETIVOS CONSTANDO OS VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS OFERTADOS;

8.3.1.4 ABA DE INSUMOS MENSIS CONSTANDO OS VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS OFERTADOS;

8.3.1.5 ABA DO QUADRO RESUMO;



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

**8.3.1.6 TODAS AS ABAS MENCIONADAS COMPÕEM UM ÚNICO ARQUIVO,
DENOMINADO – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E
FORMAÇÃO DE PREÇOS.**

- 8.4. A proposta a ser encaminhada deverá conter:
- 8.4.1. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame.
- 8.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:
- 8.5.1. Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- 8.5.2. Contenha vício insanável ou ilegalidade;
- 8.5.3. Não apresente as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e/ou anexos;
- 8.5.4. Apresentar, na composição de seus preços:
- 8.5.4.1. Taxa de Encargos Sociais;
- 8.5.4.2. Custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;
- 8.5.4.3. Quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.
- 8.5.5. Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário) ou desconto menor do que o mínimo exigido, tanto em custos unitários como no valor global, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
- 8.5.5.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 8.5.5.1.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.5.5.1.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

- 8.5.5.2. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001, informa-se que foram utilizadas as seguintes convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração.

8.5.5.2.1. Para todos os postos, com exceção do Posto de Engenheiro, aqueles concedidos pela Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2021, celebrada entre o SINDICATO DA IND DA CONSTRUCAO CIVIL NO ESTADO DE PE, CNPJ nº11.010.725/0001-87, e o SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO CIVIL DE ESTRADAS PAVIMENTACAO OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL INCLUSIVE, CNPJ nº 08.142.317/0001-74, registrada no Ministério;

8.5.5.2.2. Em relação ao posto de engenheiro, deverá ser considerado o estabelecido na Lei nº 4.950-A/66 e demais disposições pertinentes do CREA-PE

- 8.5.5.2.3. O(s) sindicato(s) indicado(s) nos subitens acima não são de utilização obrigatória pelos licitantes (Acórdão TCU nº 369/2012), mas sempre se exigirá o cumprimento das convenções coletivas adotadas por cada licitante/contratante.

- 8.5.5.3. A remuneração dos profissionais constantes na PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS da contratada, deve ser, no mínimo, os constantes no quadro abaixo.

- 8.5.5.3.1. Salientamos, que os valores salariais contidos na proposta não poderão ser divergentes dos estabelecidos pelo LFDA/PE;

- 8.5.5.3.2. Para a definição da estimativa de vencimentos pagos a cada Posto, informamos que as mesmas estão amparadas em manifestações do TCU, bem como com o de acordo da autoridade competente deste órgão.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

SALÁRIO BASE MÍNIMO A SER ADOTADO PELOS LICITANTES		
QTD. DE POSTOS	PROFISSIONAIS/CATEGORIA POSTO DE SERVIÇO	VALOR SALÁRIO BASE (R\$)
01	Engenheiro eletricista de manutenção	R\$ 9.624,77
01	Supervisor de construções e manutenção	R\$ 4.153,21
01	Técnico em Eletrotécnica	R\$ 2.942,41
01	Eletricista	R\$ 2.390,08
01	Técnico de Refrigeração	R\$ 2.367,85
01	Auxiliar de Refrigeração	R\$ 1.769,65
01	Bombeiro Hidráulico	R\$ 1.931,52
01	Oficial de manutenção	R\$ 1.901,66

8.6. É vedado à proponente incluir na Planilha de Custos e Formação de Preços:

- 8.6.1. Item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 9º, parágrafo único, incisos I a III, do Decreto n.º 9.507/2018, e art. 6º da IN SEGES/MP n.º 5, de 2017);
- 8.6.2. Item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 6º, parágrafo único, da IN SEGES/MP n.º 5/2017);
- 8.6.3. Rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas (Acórdão TCU nº 2.746/2015 - Plenário);
- 8.6.4. Rubrica denominada “reserva técnica”, exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

- valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara e nº 953/2016 - Plenário);
- 8.6.5. Rubrica para pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (Súmula TCU nº 254/2010);
- 8.6.6. Rubrica denominada “verba” ou “verba provisional”, pois o item não está vinculado a qualquer contraprestação mensurável (Acórdãos TCU nº 1.949/2007 – Plenário e nº 6.439/2011 – 1ª Câmara).
- 8.7. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que os respectivos custos sejam excluídos da Planilha, adotando, se for o caso, as providências do art. 47, *caput*, do Decreto n.º 10.024, de 2019.
- 8.7.1. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da Planilha, garantidas ampla defesa e contraditório.
- 8.8. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.
- 8.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.10. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 8.11. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 8.11.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 8.12. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar **documento digital complementar**, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

- 8.12.1. **Esclarecemos que DOCUMENTO DIGITAL COMPLEMENTAR A PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, ANEXO DO EDITAL refere-se a erros no preenchimento da planilha e detectados pela equipe técnica, não podendo neste momento serem COMPLEMENTADAS COM ABAS não enviadas na planilha ORIGINAL e que não tenha sido incluída/apresentada anteriormente.**
- 8.12.2. **ALERTAMOS PARA NÃO ESQUECEREM DE INCLUIR AS DECLARAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO DESTE EDITAL, TAL COMO DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL; BEM COMO A DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, SOB PENA DE INABILITAÇÃO.**
- 8.12.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.12.4. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.
- 8.13. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 8.14. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;
- 8.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.
- 8.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.17. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.18. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.19. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

- 8.20. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e à qualificação econômica financeira, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018
 - 9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
 - 9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
 - 9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no **prazo mínimo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.
- 9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. **Habilitação jurídica:**

9.8.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. Caso o licitante seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10%(dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.10.5. As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

- 9.10.5.1. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;
- 9.10.5.2. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.
- 9.10.5.3. Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo IX, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

- 9.10.5.4. A declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social,
- 9.10.5.5. Quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, em plena validade.

9.11.2. Comprovação da capacitação técnico-profissional (Engenheiro eletricista, engenheiro mecânico ou engenheiro eletrônico ou engenheiro civil de serviços de manutenção predial e laboratorial), mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região da prestação de serviço, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra/serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

9.11.3. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

9.11.3.1. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.11.4. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.4.1. Nos atestados devem constar: CNPJ, nome comercial, endereço e telefone da(s) sociedade(s) atestante(s); nome, cargo/função, endereço, telefone e e-mail do(s) representante(s) da(s) sociedade(s) atestante(s) que vier(em) a assinar o(s) atestado(s), a fim de que o LFDA/PE possa com ele(s) manter contato; além de CNPJ e nome da sociedade contratada pela(s) sociedade(s) atestante(s) para a execução do objeto atestado; descrição do objeto atestado, contendo dados que permitam a aferição de sua similaridade com o objeto licitado, data da emissão do(s) atestado(s); e assinatura do(s) representante(s) da(s) sociedade(s) atestante(s).

9.11.4.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

9.11.4.2.1. Manutenção Preventiva e Corretiva em Equipamentos de Laboratório (banhos-maria, agitadores, bomba de vácuo e desumidificador, capela de segurança química, dentre outros);

9.11.4.2.2. Manutenção Preventiva e Corretiva em redes de distribuição aérea de energia elétrica em baixa tensão (380V) e média tensão (13,8KV), painéis de força (média e baixa tensões) e comando, transformadores, motores elétricos, equipamentos de proteção e manobra, entre outros;

9.11.4.2.3. Manutenção Preventiva e Corretiva em sistemas de refrigeração, equipamentos de condicionado de ar do tipo fan-coils, chillers, bombas de água gelada e de condensação e ventilação mecânica, entre outros;

9.11.4.2.4. Manutenção Preventiva e Corretiva em instalações elétricas e hidrossanitárias prediais, gasista, poço artesiano, entre outros.

9.11.4.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.4.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

- 9.11.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 9.11.6. Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.
- 9.11.6.1. Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 9.11.6.2. Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 9.11.7. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual.
- 9.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.12.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

- 9.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.
- 9.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo **mínimo de 02 (duas horas)** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

- 10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.1.2. Apresentar a **PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.
- 10.1.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento, além dos dados da empresa como: Razão Social, CNPJ/MF, telefone, fax, Endereço completo, Endereço Eletrônico (e-mail), Dados do Representante Legal responsável pela



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

assinatura do Contrato como: Nome, Função ou cargo, CPF, Telefone/Celular/Fax, Endereço Eletrônico (e-mail); do licitante vencedor, para fins de pagamento.

- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três dias) para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.1.1. **A CONTRATADA deverá realizar o cadastramento no SEI (Sistema Eletrônico de Informações) através do link: https://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0 para assinatura eletrônica dos documentos decorrentes da licitação visando garantir o acesso e uso contínuo dos documentos digitais, conforme preconizado no Decreto nº8539/2015.**

15.2. O adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 07 (sete) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses, prorrogável conforme previsão no Termo de Referência.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

20. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA— BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO

20.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

21.1.3. Apresentar documentação falsa;

21.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.6. Não mantiver a proposta;

21.1.7. Cometer fraude fiscal;

21.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

- 21.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 21.4.2. Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 21.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 21.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 21.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 21.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 21.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

21.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail sli.lfda-pe@agricultura.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº - Campus UFRPE – CEP 52171-030 - Recife/PE, Seção de Licitação – SLI/SEC-LFDA - PE.

22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº - Campus UFRPE – CEP 52171-030 - Recife/PE, nos dias úteis, no horário das 09:00hs às 16:00hs horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

23.12.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

23.12.3. ANEXO III – Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União (**COOPERATIVA**);

23.12.4. ANEXO IV - **PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**;



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

23.12.5. ANEXO V – Modelo de **DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**;

23.12.6. ANEXO VI - **DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**.

23.12.7. ANEXO VII - Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto (conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017);

23.12.8. ANEXO VIII – Minuta do Termo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira;

23.12.9. ANEXO IX – Modelo de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública.

23.12.10. ANEXO X – MODELO DE PROPOSTA

23.12.11. ANEXO XI - **DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA SOBRE A QUITAÇÃO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS E SOCIAIS DECORRENTES DO CONTRATO**

Recife, 13 de novembro de 2020.

Assinado de forma digital por CLAUDIA DE FARIAS

CORDEIRO:58896279453

Dados: 2020.11.16 17:14:11 -03'00'

Claudia de Farias Cordeiro

Coordenadora/Ordenadora de Despesas – LFDA/PE



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS
COORDENACAO-GERAL DE LABORATORIOS AGROPECUARIOS
LABORATORIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUARIA EM PERNAMBUCO
DIVISAO ADMINISTRATIVO-LFDA PE
SERVICO DE COMPRAS-DAD-LFDA PE

DOCUMENTO**DOCUMENTO Nº 12713665****ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA****(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA)****LFDA/PE****PREGÃO Nº**

(Processo Administrativo nº21002.000520/2020-24)

1. OBJETO

1.1. Contratação de Serviço comum de engenharia, na forma continuada, com dedicação exclusiva de Mão de Obra, para manutenção preventiva, corretiva e preditiva, compreendendo o fornecimento de peças, materiais e execução de serviços, em instalações prediais, sistemas e equipamentos das Unidades I e II do LFDA-PE, (unidades físicas de Dois Irmãos e do Bongüi), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	POSTO / CBO	QUANT.	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO MENSAL	VALOR MÁXIMO ANUAL	UNIDADE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
1	1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA E PREDITIVA CATSER 1627	Engenheiro eletricista de manutenção CBO 2143	1	R\$ 29.044,78	R\$ 348.537,36	MÊS	12
			Supervisor de construções e manutenção CBO 7102	1	R\$ 11.208,33	R\$ 134.499,96		
			Técnico em Eletrotécnica CBO 3131	1	R\$ 9.666,23	R\$ 115.994,76		
			Eletricista CBO 9511	1	R\$ 8.125,78	R\$ 97.509,36		
			Técnico de Refrigeração CBO 3141	1	R\$ 7.463,47	R\$ 89.561,64		
			Auxiliar de Refrigeração CBO 9112	1	R\$ 6.119,07	R\$ 73.428,84		
			Bombeiro Hidráulico CBO 7241	1	R\$ 6.454,43	R\$ 77.453,16		
			Oficial de	1	R\$ 6.918,08	R\$		

		manutenção 5143	CBO		83.016,96		
SUBTOTAL MENSAL (POSTOS) – ITEM 1					R\$ 85.000,17		
SUBTOTAL ANUAL SERVIÇOS (POSTOS) – ITEM 1					R\$ 1.020.002,04		
2	PEÇAS, INSUMOS E MATERIAIS DE REPOSIÇÃO CATMAT: 445977 Este item se apresenta com valor fixo, e não será objeto de disputa.				VALOR ANUAL DE PEÇAS R\$	UNIDADE	QUANTIDADE
	A) INFORMAMOS QUE OS LICITANTES NÃO PODEM DAR LANCES NESTE ITEM.				R\$ 150.000,00	UNID.	1
	B) O valor a ser cadastrado no sistema deve ser exatamente o valor apresentado neste item, qual seja R\$150.000,00, onde o valor do mesmo foi definido pela Administração.						
	C) Acrescentamos que os materiais a serem adquiridos somente serão pagos se aplicados e mediante comprovação de razoabilidade de valores, conforme informações constantes no item FORNECIMENTO DE INSUMOS, MATERIAIS E PEÇAS PARA OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES deste TERMO DE REFERENCIA.						
TOTAL ANUAL SERVIÇO MANUTENÇÃO = POSTOS DE TRABALHO + VALOR DAS PEÇAS					R\$ 1.170.002,04		
PRAZO DE CONTRATO: 12 Meses (podendo ser prorrogado por até 60 meses)							
LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: UNIDADES I e II DO LFDA/PE, localizadas respectivamente na Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº - Dois Irmãos - Recife/PE, e Av. Gal. San Martin, 1000 – Bongi – Recife/PE							
VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO (DO GRUPO): R\$ 1.170.002,04 (Um milhão cento e setenta mil, dois reais e quatro centavos).							

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia, com mão de obra dedicada, conforme IN Nº 5/17, Art. 17, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, compreendendo o fornecimento de peças e materiais necessário a consecução dos serviços, nas Unidades I e II do LFDA/PE.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.4.1. O serviço compreende 02 itens formando um Grupo/Lote, e no caso específico das peças, a quantidade somente é apurada de forma precisa na fase da execução, e não na de planejamento.

1.4.2. Esclarecemos que o (item 1), trata de serviço comum de manutenção predial, com mão de obra dedicada.

1.4.3. Em relação ao (item 2), o objeto da contratação trata das peças/materiais, que eventualmente serão utilizadas nos serviços de manutenções preventivas/corretivas, consistindo em serem pagas pela demanda quando necessárias à execução dos serviços, sendo assim, foi estimado saldo para permitir que as manutenções tenham o devido suporte de peças e sejam eficazes.

1.4.3.1. O valor do item 02, referente a fornecimento de peças de reposição, configura uma estimativa prevista para o período de 12 meses de contrato, valor estimado esse que será aplicado mediante demanda e não deverá ser objeto de lance.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.6. AGRUPAMENTOS DE ITENS

1.6.1. Os postos de trabalho foram reunidos em um único item visando à redução de custos e compatibilidade entre serviços e conveniência operacional para a Administração, assegurando que a contratação atenda aos pressupostos da eficácia e da economicidade. Como se tratam de postos que fazem parte de um mesmo grupo de serviços, eles podem ser aplicados de forma contínua e encadeada, visando maior e melhor logística. A formação de item único também não restringe a competitividade de licitantes por haver vários fornecedores capazes de atender o objeto da licitação.

1.6.2. Entendemos ser técnica e economicamente mais viável a contratação de uma única empresa para atender à contratação dos serviços referenciados. O artigo 3º da Lei 8.666/93, determina: “Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Justificando a indivisibilidade do objeto, o LFDA-PE necessita de manutenção preventiva, corretiva e preditiva nos sistemas, redes e instalações de climatização, compressores, hidráulicas, civis, elétricas, lógicas e telefônicas, incluindo equipamentos de frios e outros equipamentos existentes ou que venham a ser adquiridos e também as estações de tratamento de efluentes; nos sistemas de prevenção e combate a incêndio, incluindo sistema de proteção contra descargas atmosféricas, existentes ou que venham a ser instalados; realização de serviços diversos relacionados aos sistemas mantidos, tais quais: instalação e/ou remanejamento de circuitos elétricos, hidráulicos, lógicos e telefônicos, instalação de luminárias, instalação e manutenção de forros de gesso, substituição de calhas, lâmpadas e demais componentes e equipamentos hidrossanitários, instalações hidráulicas, bem como reconstituição de partes civis que necessitem reparos; execução e ou modificação de suportes e redes de alimentação de utilidades para instalação de equipamentos adquiridos,

serviços de recuperação e reenrolamento de motores elétricos em equipamentos levando-se em consideração os conceitos de biossegurança, biocontenção e bioproteção e as especificidades para este tipo de instalação.

1.6.3. Não há dúvidas de que o gerenciamento técnico do serviço de manutenção predial como um todo é facilitado quando uma mesma empresa se responsabiliza pela execução dos serviços correspondentes ao objeto de contratação, pela prestação de serviços adicionais e pela aquisição de peças. Isto porque há forte inter-relação entre os serviços. Com isso há maior nível de controle pela Fiscalização na execução dos serviços e evita que empresas diferentes interfiram nas atividades umas das outras, devido a inter-relação, assim como a disponibilização de um espaço único para a oficina geral de manutenção, incluindo ferramentas e equipamentos. O lote único garante também que não haja morosidade na execução da atividade já que uma contratada não precisa esperar que a outra realize sua atividade para depois agir ou que a aquisição de uma peça/equipamento por uma contratada atrase a execução da atividade sendo que a outra contratada já o teria disponível. Além disto, há a vantagem econômica por economia em escala tendo em vista de se ter apenas um preposto para gerenciar as diversas funções e atividades, os cargos técnicos que se inter-relacionam entre as diversas atividades podem ser otimizados reduzindo a necessidade de mais postos de trabalho. Equipamentos e ferramentas também são otimizados, gerando menos custos de aquisição. A aquisição de um equipamento/peça é otimizada quando diferentes atividades os utilizam, sendo que menos aquisições são necessárias para realização de diferentes atividades. A oficina de manutenção pode ser um espaço único com peças/equipamentos compartilhados, garantindo máxima eficiência com menor custo. A ênfase na morosidade é constante pois esta dificuldade gera apenas impactos negativos em toda a atividade técnica laboratorial assim como na atividade técnica da empresa contratada.

1.6.4. Da mesma forma, a necessidade de aquisição de peças deverá ser inicialmente verificada pela empresa contratada, que irá justificar sua necessidade com base na prestação contínua dos serviços, para que então a Administração autorize ou não a compra. Quanto a economicidade, a aquisição de peças e materiais serão solicitados por demanda e a Contratada deverá apresentar proposta de fornecimento à fiscalização com, no mínimo, 03 (três) orçamentos de diferentes fornecedores na qual conste: especificação completa das peças, procedência, quantidade, preços unitários e total compatíveis com os praticados no mercado.

1.6.5. Sob o enfoque administrativo e jurídico, a opção do parcelamento seria equivocada por demandar várias contratações, instrumentalização, gestão e fiscalização dos contratos, resultando em maior gasto de tempo e pessoal envolvido, aumento de ocorrências passíveis de sanções contratuais gerando incerteza na definição das responsabilidades, haja vista a multiplicidade de empresas prestadoras de serviço;

1.6.6. O TCU se pronunciou através do Acórdão 1.167/2012 – TC 000.431/2012-5 – TCU – Plenário – Relator: José Jorge. Nesse diapasão, o entendimento dos Tribunais de Contas tem sido o de que o parcelamento ou não do objeto da licitação deve ser auferido sempre no caso concreto, perquirindo-se essencialmente acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento e da divisibilidade do objeto.

1.6.7. Ainda, o LFDA-PE conta com quantitativo reduzido de servidores, dificultando a realização de fiscalização adequada em contratações múltiplas, que acarretaria em sobrecarga do pessoal e dificuldades à execução dos controles de fiscalização.

1.6.8. Por fim, o Professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, no Parecer nº 2086/00, elaborado no Processo nº 194/2000 do TCDF, ensina ainda que: *"Desse modo a regra do parcelamento deve ser coordenada com o requisito que a própria lei definiu: só se pode falar em parcelamento quando há viabilidade técnica para sua adoção. Não se imagina, quando o objeto é fisicamente único, como um automóvel, que o administrador esteja vinculado a parcelar o objeto. Nesse sentido, um exame atento dos tipos de objeto licitados pela Administração Pública evidencia que, embora sejam divisíveis, há interesse técnico na manutenção da unicidade, da licitação ou do item da mesma. Não é, pois, a simples divisibilidade, mas a viabilidade técnica que dirige o processo decisório. Observa-se que, na aplicação dessa norma, até pela disposição dos requisitos, fisicamente dispostos no seu conteúdo, a avaliação sob o aspecto técnico precede a avaliação sob o aspecto econômico. É a visão jurídica que se harmoniza com a lógica. Se um objeto, divisível, sob o aspecto econômico for mais vantajoso, mas houver inviabilidade técnica em que seja licitado em separado, de nada valerá a avaliação econômica. Imagine-se ainda esse elementar exemplo do automóvel: se por exemplo as peças isoladamente custassem mais barato, mesmo assim, seria recomendável o não parcelamento, pois sob o aspecto técnico é a visão do conjunto que iria definir a garantia do fabricante, o ajuste das partes compondo todo único, orgânico e harmônico. Por esse motivo, deve o bom administrador, primeiramente, avaliar se o objeto é divisível. Em caso afirmativo, o próximo passo será avaliar a conveniência técnica de que seja licitado inteiro ou dividido".*

1.6.9. Desta forma, a contratação de uma única empresa traz mais vantagens e benefícios para o LFDA-PE ao mesmo tempo em que garante melhores condições para a realização da manutenção preventiva, corretiva e preditiva com qualidade e sem sofrer problemas de descontinuidade.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, acostado aos autos do processo e **transcrito neste Termo de Referência**.

2.1.1. A NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo avaliar *ex Ante* a contratação de empresa para prestação de Serviços Continuados com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra, de serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, com fornecimento de peças, materiais e execução de serviços, em instalações prediais, sistemas e equipamentos das Unidades do LFDA-PE, (unidades físicas de Dois Irmãos e do Bongü).

Os Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA) são os laboratórios oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que desempenham papel fundamental nas ações de monitoramento, controle e fiscalização de alimentos, bebidas, sanidade animal e vegetal e insumos produzidos e comercializados no Brasil e exterior. Os LFDAs fornecem informações valiosas para os diversos serviços do MAPA, não só do ponto de vista analítico, mas também em cooperações, estudos e projetos de pesquisa voltados para a segurança do alimento, sanidade animal e vegetal nacional e Internacional e à detecção de fraudes econômicas. Dentre suas atribuições podemos destacar: realizar análises oficiais, atuar como referência nacional em assuntos laboratoriais, realizar ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação em métodos analíticos, atuar como Centro regional de difusão de tecnologia e expertise, manter banco de microrganismos e material de referência.

O LFDA-PE é um dos seis Laboratórios Oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Possui 8 unidades analíticas e 3 unidades de apoio, sendo 7 na base física no bairro de Dois Irmãos e 4 no bairro do Bongü, que atendem às seguintes áreas: microbiologia e físico-química de alimentos de origem animal e alimentos para animais, microbiologia e físico-química de bebidas e vinagres, diagnóstico animal, medicamentos veterinários, agrotóxicos, produtos biológicos, análise de sementes, fertilizantes, corretivos e substratos agrícolas e resíduos e contaminantes em alimentos de origem animal.

As atividades desenvolvidas demandam infraestruturas com diferentes graus de complexidade, envolvendo especificidades no controle de acesso e procedimentos de segurança química e biológica, por exemplo.

Os riscos associados às atividades desenvolvidas no LFDA-PE vão desde aqueles comuns às edificações, como incêndios, descargas elétricas e redes de média tensão, até riscos específicos como os relacionados à manipulação de equipamentos como autoclaves e ao manuseio de agentes químicos e biológicos diversos.

Para realizar as diversas atividades referentes a suas atribuições, o LFDA-PE, utiliza várias redes de instalações elétricas, hidráulicas, climatização e pressões ambientais, sanitárias, automação, máquinas, equipamentos e instalações que apresentam elevada complexidade e que, por isso, exigem inspeções

periódicas para garantir segurança física, biológica, ambiental, pessoal e conforto aos usuários, assim como a confiabilidade nos resultados analíticos e periciais gerados mantendo um adequado padrão operacional, conforme é exigido pelas normas nacionais e internacionais e o perfeito funcionamento de seus equipamentos.

A fim de afirmar a importância destes tipos de serviço, destacamos que o LFDA-PE apresenta em suas bases físicas laboratórios com nível de segurança biológica 1 e 2, que manipulam agentes patogênicos (exceto NB1) de interesse da agropecuária mundial e alguns zoonóticos. Manter a infraestrutura capaz de manter as condições de biossegurança é questão fundamental e de segurança nacional e internacional. É uma atividade dinâmica que trabalha conforme as demandas de sua Coordenação Geral.

Nos laboratórios que realizam ensaios físico-químicos, destacamos a existência de equipamentos complexos, modernos e com grande valor monetário associado, cuja manutenção demanda de equipe permanente.

Destacamos ainda a existência de câmaras frias de refrigeração e congelamento e de sistema do tipo chiller, que necessitam de atendimento especializado.

Atrasos ou falhas na realização de diagnósticos realizados no LFDA-PE podem acarretar prejuízos econômicos catastróficos ao agronegócio nacional, além de impactos consideráveis à saúde pública e ao ambiente.

Para a realização das atividades fundamentais de manutenção dos equipamentos e ambientes envolvidos em todas estas complexas atividades é necessário que se tenha disponível pessoal com conhecimentos, de forma a garantir seu perfeito funcionamento e a celeridade na execução dos serviços necessários. A falta de manutenção predial preventiva, principalmente nas instalações mais antigas, pode levar ao colapso dos sistemas vitais, comprometendo o desempenho das atividades desenvolvidas pelo Órgão.

Além da necessidade de constante manutenção preventiva, tais sistemas e equipamentos necessitam, com frequência, de manutenção corretiva, para sanar defeitos difíceis de serem previstos ou evitados, associados ao uso cotidiano desses equipamentos para as atividades laboratoriais.

Ademais, a constante ampliação e redimensionamento das atividades nas Unidades Laboratoriais impõe a necessidade de adequações, ampliações e atualizações nos sistemas citados, de forma a atender à demanda dos ambientes de trabalho, como, por exemplo, a instalação de novas luminárias, pontos elétricos e de rede de computadores, manutenções hidráulicas e de equipamentos, e demais utilidades e serviços.

Considerando que não dispomos em nosso quadro funcional de pessoal específico para execução rotineira dos serviços descritos, justifica-se a contratação da prestação dos serviços visando a execução das atividades de manutenção – preventiva, corretiva e preditiva – de forma ininterrupta e continuada, com disponibilidade de serviços emergenciais, necessidade de programação e execução de manutenção em horário extra expediente sob demanda, prezando pela economicidade dos investimentos, a segurança e confiabilidade nos resultados gerados, conforto dos usuários, funcionamento adequado das instalações, dos sistemas e dos equipamentos.

Além disso, destacamos conforme solicitado no Ofício Nº 55/2019/CDL/CGAL/SDA/MAPA – MAPA em 01/07/2019 (Processo SEI 21000.044011/2019-90):

“5. Com relação a manutenção de equipamentos críticos a manutenção da operação dos LFDAs, ficaram definidos os procedimentos abaixo descritos:

a) Cada LFDA, deverá implementar em seus contratos de manutenção a modalidade de manutenção preditiva, preventiva e corretiva de equipamentos.

b) Cada LFDA deverá estabelecer uma avaliação de risco com relação aos equipamentos necessários para a manutenção da Biossegurança e Bioproteção laboratorial, estabelecendo um procedimento para aquisição emergencial dos itens que possam levar a escape de agentes biológicos ou contaminação de pessoas por esses agentes, em caso de necessidade.”

2.1.1.1. Como justificativa, para contratação dos serviços com fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, materiais e equipamentos atender eficiência, eficácia e efetividade, de acordo com os princípios públicos de economicidade, produtividade e sustentabilidade:

O LFDA-PE, cuja responsabilidade em atender toda a rede de defesa agropecuária do país, assim como o monitoramento sanitário dos rebanhos nacionais, não pode ficar com sua infraestrutura parada aguardando a compra de um material ou peça através da burocracia e morosidade do processo de aquisição, numa situação emergencial. Em algumas situações, os equipamentos mantêm a segurança biológica dos microrganismos manipulados e, em hipótese alguma, as barreiras de biossegurança e bioproteção devem ser rompidas. As consequências de uma morosidade de processo podem ser inclusive fonte de contaminação dos rebanhos nacionais com doenças devastadoras, capazes de gerar prejuízos econômicos, à saúde pública e ao meio ambiente.

A ausência de manutenção preventiva e preditiva pode provocar, mesmo com o planejamento cuidadoso dos processos licitatórios quanto aos modelos e quantitativos, problemas como atrasos na entrega, o material entregue não ser condizente com as especificações ou ser necessário realizar testes antes da aquisição, o que levaria a falta destes materiais e impacto nas atividades laboratoriais. Além do aumento do custo do processo ao adquirir material que não terá uso caso não seja possível sua troca. O tempo que o equipamento ficaria ocioso aguardando conserto pode levar a uma depreciação maior ou mesmo a seu sucateamento, causando enorme prejuízo econômico.

2.1.2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO

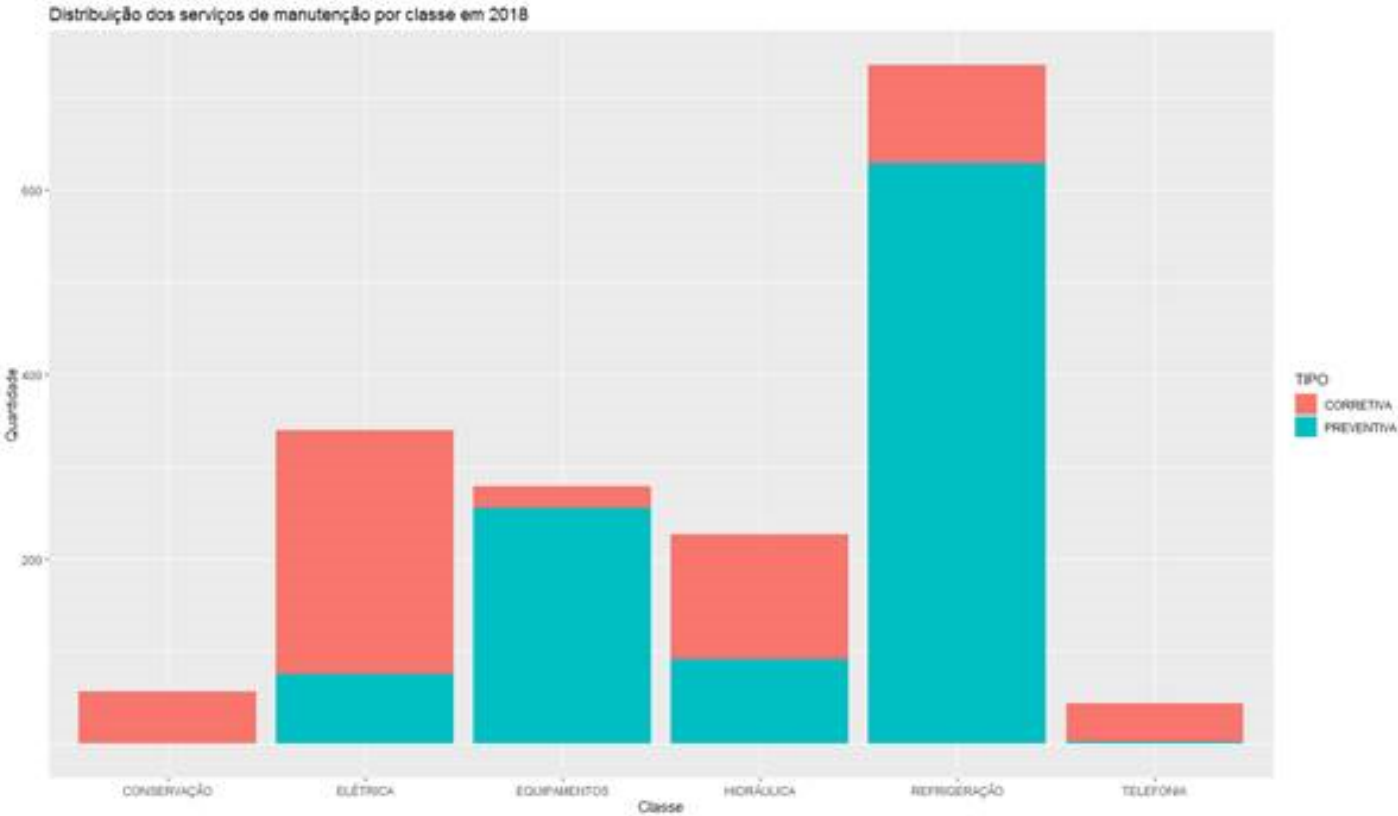
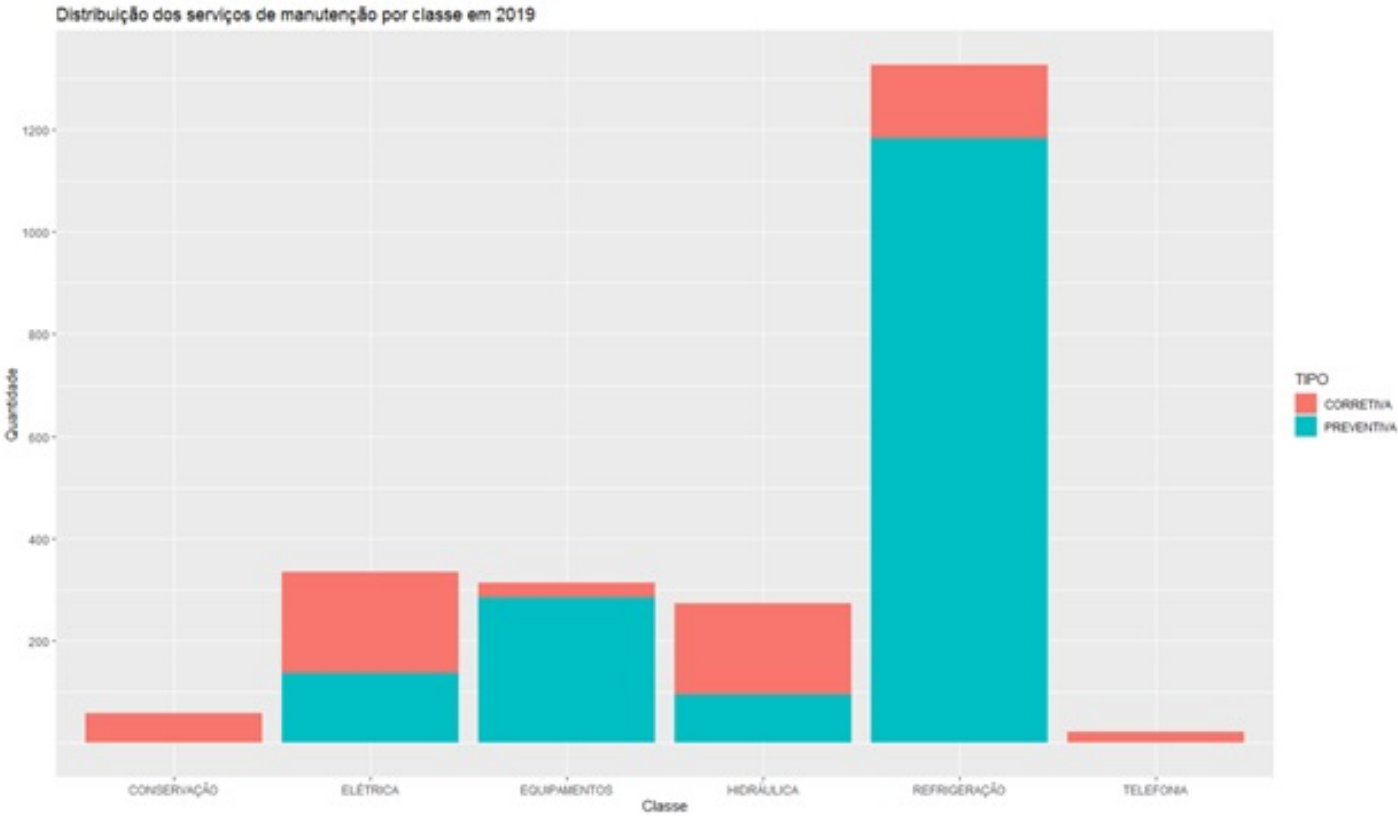
2.1.2.1. Manutenção Preventiva: Atividade de manutenção executada antes da ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes dos equipamentos, visando prevenir situações que possam gerar defeitos à conservação e o seu perfeito funcionamento. Serão observadas as periodicidades constantes neste Termo de Referência, em conformidade com os procedimentos de manutenção preventiva indicados nos manuais dos equipamentos.

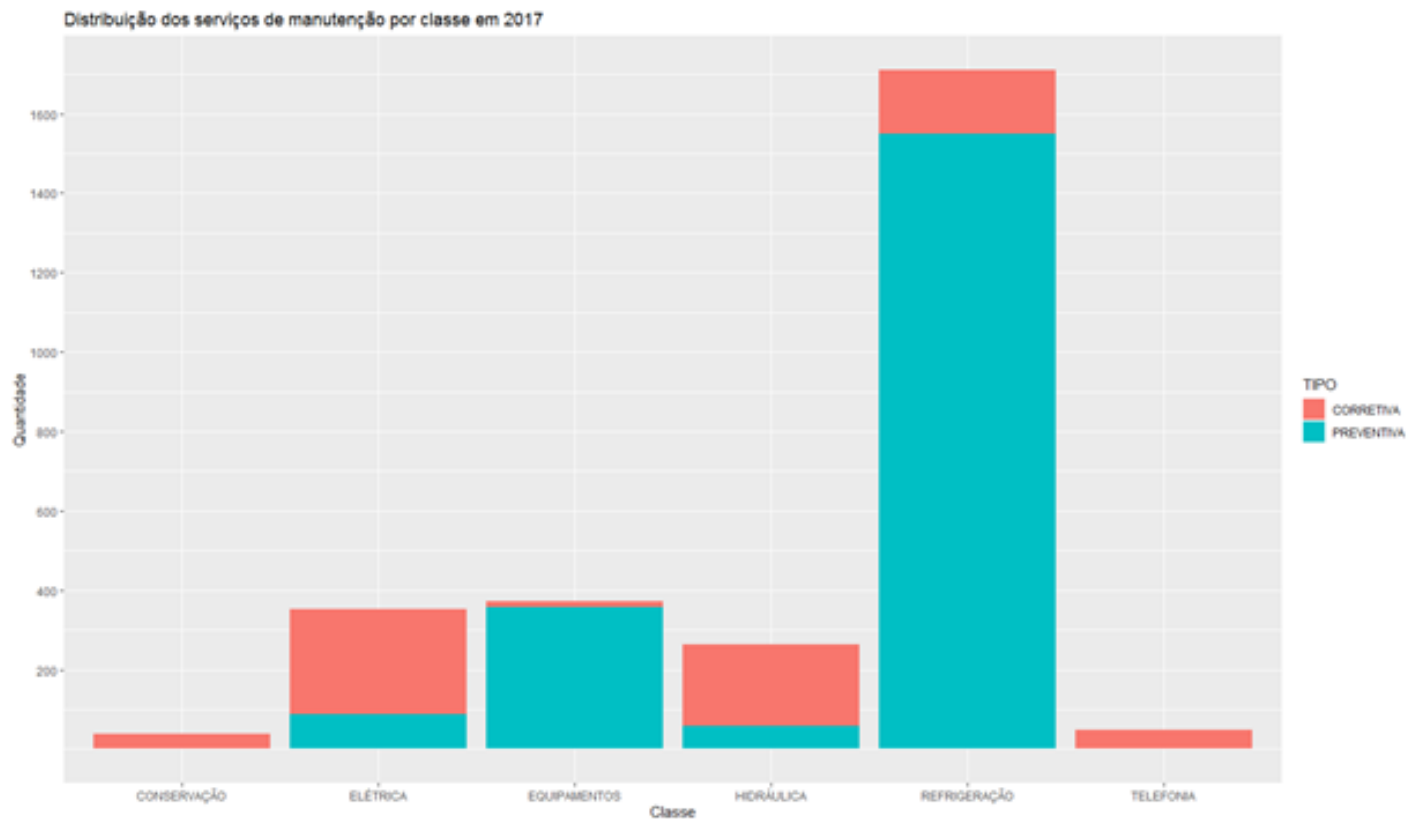
2.1.2.2. Manutenção Corretiva: Atividades executadas após a ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente em instalações, sistemas e equipamentos. O pedido para correção do defeito pode ser iniciado pelo usuário, pela empresa contratada, (baseada na manutenção preventiva) ou pela fiscalização.

2.1.2.3. Manutenção Preditiva: A manutenção preditiva é o acompanhamento periódico de instalações, equipamentos ou máquinas, através de dados coletados por meio de monitoração ou inspeções, indicando suas condições de funcionamento e fomentando dados que possibilitem antecipar eventuais necessidades de intervenções.”

2.1.3. O QUANTITATIVO DE SERVIÇO DEMANDADO, QUE DEVE SE PAUTAR NO HISTÓRICO DE UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO PELO ÓRGÃO OU EM DADOS DEMONSTRATIVOS E ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

2.1.3.1 O quantitativo do serviço foi definido com base nas necessidades do LFDA-PE e tendo em vista a análise da contratação anterior, em relação aos serviços de manutenção preventiva e corretiva registrados nos anos de 2019, 2018 e 2017, conforme pode ser observado nos gráficos abaixo, transcritos do ETP.





2.1.3.2. A maior demanda de serviços está apresentada na classe REFRIGERAÇÃO, denotadamente por serviços de manutenção preventiva nos diversos equipamentos que utilizam refrigeração, principalmente refrigeradores, freezers e condicionadores de ar. Por isso, e considerando também a existência de um equipamento refrigerador do tipo Chiller (que envolve maior complexidade técnica), este estudo técnico preliminar indica a necessidade de contratação de um técnico de refrigeração e de um auxiliar de refrigeração;

2.1.3.3. A fim de satisfazer as demandas das classes ELÉTRICA, TELEFONIA e EQUIPAMENTOS, faz-se necessária a contratação de um técnico em eletrotécnica e um eletricista;

2.1.3.4. Para as demandas da classe HIDRÁULICA, apontamos a necessidade de contratação de um bombeiro hidráulico;

2.1.3.5. Para as demandas de CONSERVAÇÃO e eventuais ajustes de marcenaria (que não eram atendidos pelo contrato anterior), esta equipa indica a necessidade de contratação de um oficial de manutenção;

2.1.3.6. Para atuação junto às obras, ampliações e reformas de edificações, esta equipe indica a necessidade de contratação de um supervisor de construções e manutenção;

2.1.3.7. Para supervisionar e organizar todas as atividades da equipe de manutenção, é necessário a contratação de um engenheiro eletricista de manutenção;

2.1.4. Diante dos dados apresentados acima, o quantitativo técnico permanente necessário à execução dos serviços contínuos de manutenção permanente – equipe residente está inserido na tabela seguinte:

QTD. DE POSTOS	PROFISSIONAIS/CATEGORIA POSTO DE SERVIÇO
01	Engenheiro eletricista de manutenção
01	Supervisor de construções e manutenção
01	Técnico em Eletrotécnica
01	Eletricista
01	Técnico de Refrigeração
01	Auxiliar de Refrigeração
01	Bombeiro Hidráulico
01	Oficial de manutenção

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, acostado aos autos e transcrito neste Termo de Referência.

3.1.1. “A solução abrange a contratação de empresa para prestação de serviços comum de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, através de mão de obra com dedicação exclusiva (residente), compreendendo o fornecimento de peças, materiais e execução de serviços, em instalações prediais, sistemas e equipamentos das Unidades do LFDA-PE, de acordo com as normativas em vigor, em especial a lei 8.666/1993.

1. Manutenção Preventiva: Atividade de manutenção executada antes da ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes dos equipamentos, visando prevenir situações que possam gerar defeitos à conservação e o seu perfeito funcionamento. Serão observadas as periodicidades constantes neste Termo de Referência, em conformidade com os procedimentos de manutenção preventiva indicados nos manuais dos equipamentos.
2. Manutenção Corretiva: Atividades executadas após a ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente em instalações, sistemas e equipamentos. O pedido para correção do defeito pode ser iniciado pelo usuário, pela empresa contratada, (baseada na manutenção preventiva) ou pela fiscalização.
3. Manutenção Preditiva: A manutenção preditiva é o acompanhamento periódico de instalações, equipamentos ou máquinas, através de dados coletados por meio de monitoração ou inspeções, indicando suas condições de funcionamento e fomentando dados que possibilitem antecipar eventuais necessidades de intervenções.”

3.2. A contratação pretendida alinha à política que o Governo Federal vem implantado na reestruturação da máquina administrativa através de estratégias de racionalidade, buscando atingir padrões de excelência em qualidade e produtividade, focando sua ação nas áreas fins e reduzindo a demanda por serviços de apoio ao estritamente necessário.

3.3. A solicitação dos postos foi definida baseado no histórico do órgão, já considerando a economicidade e eficiência da gestão das atividades e os demais serviços deverão ser cumpridos integralmente, considerando-se que há número mínimo de pessoas que deverão desenvolver as atividades pretendidas, tendo como norte a regras da IN nº 05, de 2017.

3.4. A contratação da execução, indireta, das atividades objeto desta demanda, tem suporte no art. 1 e 2º do Decreto nº 9.507 de 21/09/2018, art. 1º da Portaria nº 443 de 27/12/2018, e art. 7º da Instrução Normativa nº 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

3.5. A estimativa de custos foi definida através da elaboração da Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme as determinações da IN nº 05, de 2017.

3.6. Considerando-se que os postos de serviços especializados devem ser objeto de execução indireta, a contratação de empresa para esse tipo de serviço, com fornecimento de materiais e equipamentos é o meio mais eficiente e eficaz de se fazer cumprir as atribuições do órgão, uma vez que os colaboradores que prestarão serviços estarão à disposição do órgão durante o horário de expediente, dadas as peculiaridades e a extensão do mesmo.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, com dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, c/c art. 3º, VIII do Decreto nº 10.024/2019.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.2.1. Cumpre destacar que se faz necessária a contratação para a execução indireta dos serviços citados, em comento uma vez que o LFDA-PE não dispõe de recursos humanos para o atendimento desses serviços, visto que essas funções foram extintas. As disposições contidas na Lei nº 9.632, publicada no D.O.U de 08/05/98, que trata da extinção de Cargos da Administração Pública Federal prevê que a contratação das atividades correspondentes será mediante a execução indireta. O Decreto nº 9.507/2018 e as Instruções Normativas de nº 05/2017 e suas alterações posteriores, da SLTI/MPOG disciplinam a contratação e a execução indireta dos serviços terceirizados, cujas categorias profissionais não mais ingressarão na Administração Pública Federal, visto que não haverá concurso público para o provimento destes cargos.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade

5.1.1.1. Os interessados deverão ser pessoas jurídicas, pois a contratação de pessoa física caracterizaria pessoalidade e subordinação direta, geraria vínculo empregatício entre o empregado e a Administração, ou seja, uma relação expressamente vedada pelo Art. 4º da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017.

5.1.1.2. Os interessados deverão possuir qualificação técnica na atividade compatível com o objeto desta licitação.

5.1.1.3. Os interessados deverão estar com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no Art. 21, I da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.1.1.4. Os interessados NÃO PODERÃO:

5.1.1.4.1. Estar proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.1.1.4.2. Ser estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.1.1.4.3. Estar enquadrados nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.1.1.4.4. Estar sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

5.1.1.5. Os interessados não poderão ser entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, em razão de não se tratar de contratação de serviços de grande vulto, não se tratar de objeto de alta complexidade técnica, e por último não representar risco à competitividade do certame.

5.1.1.6. Os interessados não poderão ser instituições sem fins lucrativos, em virtude de vedação prevista no Art. 12, Parágrafo único da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017, qual seja: “as instituições sem fins lucrativos gozam de benefícios fiscais e previdenciários específicos, condição que reduz seus custos operacionais em relação às pessoas jurídicas ou físicas, legal e regularmente tributadas, não será permitida, em observância ao princípio da isonomia, a participação de instituições sem fins lucrativos em processos licitatórios destinados à contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa.”

5.1.1.7. Os interessados deverão possuir habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, econômico-financeira e técnica, cujos requisitos serão definidos no Edital.

5.1.1.8. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, para todos os itens, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

5.1.1.8.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) em plena validade vigente;

5.1.1.8.1.1. Comprovação da capacitação técnico-profissional (Engenheiro eletricista, engenheiro mecânico ou engenheiro eletrônico ou engenheiro civil de serviços de manutenção predial e laboratorial), mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região da prestação de serviço, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra/serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação;

5.1.1.8.2. As parcelas do objeto da Licitação de maior relevância são as seguintes:

5.1.1.8.2.1. Manutenção Preventiva e Corretiva em Equipamentos de Laboratório (banhos-maria, agitadores, bomba de vácuo e desumidificador, capela de segurança química, dentre outros);

5.1.1.8.2.2. Manutenção Preventiva e Corretiva em redes de distribuição aérea de energia elétrica em baixa tensão (380V) e média tensão (13,8KV), painéis de força (média e baixa tensões) e comando, transformadores, motores elétricos, equipamentos de proteção e manobra, entre outros;

5.1.1.8.2.3. Manutenção Preventiva e Corretiva em sistemas de refrigeração, equipamentos de condicionado de ar do tipo fan-coils, chillers, bombas de água gelada e de condensação e ventilação mecânica, entre outros;

5.1.1.8.2.4. Manutenção Preventiva e Corretiva em instalações elétricas e hidrossanitárias prediais, gasista, poço artesiano, entre outros;

5.1.1.9. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

5.1.1.9.1. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

5.1.1.10. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

5.1.1.11. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior à 12(doze) meses, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

5.1.1.11.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

5.1.1.11.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

5.1.1.11.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

5.1.1.11.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

5.1.1.11.5. Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato (s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

5.1.1.11.5.1. Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

5.1.2. Serviço continuado - Para a realização das atividades fundamentais de manutenção dos equipamentos e ambientes envolvidos em todas estas complexas atividades é necessário que se tenha disponível pessoal com conhecimentos técnicos, de forma a garantir seu perfeito funcionamento e a celeridade na execução dos serviços necessários. A falta de manutenção predial preventiva, principalmente nas instalações mais antigas, pode levar ao colapso dos sistemas vitais, comprometendo o desempenho das atividades desenvolvidas pelo Órgão.

Além da necessidade de constante manutenção preventiva

Ademais, a constante ampliação e redimensionamento das atividades nas Unidades Laboratoriais impõe a necessidade de adequações, ampliações e atualizações nos sistemas citados, de forma a atender à demanda dos ambientes de trabalho, como, por exemplo, a instalação de novas luminárias, pontos elétricos e de rede de computadores, manutenções hidráulicas e de equipamentos, e demais utilidades e serviços.

Considerando que não dispomos em nosso quadro funcional de pessoal específico para execução rotineira dos serviços descritos, justifica-se a contratação da prestação dos serviços visando a execução das atividades de manutenção – preventiva, corretiva e preditiva – de forma ininterrupta e continuada, com disponibilidade de serviços emergenciais, necessidade de programação e execução de manutenção em horário extra expediente sob demanda, prezando pela

economicidade dos investimentos, a segurança e confiabilidade nos resultados gerados, conforto dos usuários, funcionamento adequado das instalações, dos sistemas e dos equipamentos.

A Contratação em questão, possui, no âmbito do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária, natureza continuada visto que sua interrupção compromete o desenvolvimento das atividades do Órgão e, por conseguinte, poderá afetar o desenvolvimento de suas atribuições institucionais finalísticas, sua biossegurança e Bioproteção de maneira a causar prejuízos à Administração, ao País e a Agropecuária Mundial.

5.1.3. Critérios e práticas de sustentabilidade

5.1.3.1. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos assim como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

5.1.3.2. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela CONTRATADA: Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes, com sua substituição por outras atóxicas ou de menor toxicidade, sempre que possível. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação. Realização do descarte adequado de materiais tóxicos como óleo de motor, lâmpadas fluorescentes e reatores, pilhas e baterias, e/ou similares, sempre apresentando à CONTRATANTE a comprovação deste descarte, de forma ecologicamente correta.

5.1.3.3. Os materiais empregados pela CONTRATADA deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

5.1.3.4. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água.

5.1.3.5. A CONTRATADA deverá acatar todas as orientações do LFDA-PE no tocante à política e procedimentos de gerenciamento e descarte de resíduos, bem como o estabelecido na IT SBIO 5.3.001 - Gerenciamento e descarte de resíduos, que estabelece as diretrizes sobre o gerenciamento e adequação dos resíduos gerados no LFDA-PE.

5.1.3.6. A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

5.1.3.7. A CONTRATADA deverá instruir os seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE, autorizando a participação destes em eventos de capacitação e sensibilização promovidos pela CONTRATANTE.

5.1.3.8. A CONTRATADA deverá retirar, sob orientação da Fiscalização, todos os materiais substituídos durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento e/ou recolhimento a depósito indicado pela CONTRATANTE.

5.1.3.9. Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulhos, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleos e graxas, deverão ser adequadamente separados, para posterior descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes.

5.1.3.10. A CONTRATADA deverá adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como: pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham, em suas composições, chumbo, mercúrio e seus compostos, remetendo-os para os estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias.

5.1.3.10.1. Tratamento idêntico deverá ser dispensado às lâmpadas fluorescentes e os frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

5.1.3.11. A CONTRATADA deverá estabelecer, em comum acordo com a CONTRATANTE, procedimentos e rotinas voltados ao monitoramento e melhoria contínua da eficiência energética e hidráulica da edificação e de seus equipamentos.

5.1.3.11.1. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, periodicamente e sempre que demandada, dados acerca do desempenho elétrico e hidráulico da edificação e de seus equipamentos, bem como informação a respeito das medidas adotadas para o incremento da sua eficiência.

5.1.3.12. A CONTRATADA deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, vigentes em níveis nacional, estadual e municipal.

5.1.3.13. A CONTRATADA deverá observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio. Assim como, verificar com a contratante se há plano de descarte para o material adquirido, podendo ser vedada a aquisição conforme resíduo produzido.

5.1.4. Duração inicial do contrato - O prazo inicial de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses.

5.1.5. Eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas - Não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

5.1.6. Quadro com soluções de mercado

5.1.6.1. Informamos que para elaboração deste Termo de Referência, efetuamos pesquisas em editais para contratação de serviços semelhantes aos que pretendemos contratar, a fim de identificarmos soluções de mercado que podem atender aos requisitos especificados para a contratação, onde constatamos uma multiplicidade de empresas aptas a fornecer o requerido serviço.

PRODUTO	FORNECEDORES	DURAÇÃO DO SERVIÇO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA AS INSTALAÇÕES PREDIAIS, SISTEMAS E EQUIPAMENTOS ENTRE OUTROS CORRELACIONADOS.	DIVERSOS, SEM RESTRINGIR A PARTICIPAÇÃO	CONTINUADO POR 12 MESES COM RENOVAÇÃO CFE. ART. 57 II, LEI 8.666/93

5.2. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), caso haja disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, é o seguinte:

QTD. DE POSTOS	CBO	PROFISSIONAIS/CATEGORIA POSTO DE SERVIÇO	CARGA HORÁRIA SEMANAL (h/semana)
01	2143	Engenheiro eletricista de manutenção	44
01	7102	Supervisor de construções e manutenção	44
01	3131	Técnico em Eletrotécnica	44
01	9511	Eletricista	44
01	3141	Técnico de Refrigeração	44
01	9112	Auxiliar de Refrigeração	44
01	7241	Bombeiro Hidráulico	44
01	5143	Oficial de manutenção	44

5.3. Os perfis dos profissionais e atribuições gerais encontram-se especificado no quadro abaixo:

ATIVIDADE OU SERVIÇO	CBO	PROFISSIONAIS/CATEGORIA POSTO DE SERVIÇO
<p>DIARIAMENTE</p> <p>1-Supervisão dos serviços de manutenção preventiva e corretiva;</p> <p>2-fiscalização de obras e serviços contratados junto a terceiros.</p> <p>3-Disponibilizar orçamentos para contratação de serviços e para aquisição de peças de reposição e equipamentos.</p> <p>MENSALMENTE</p> <p>1-Elaborar relatórios de acompanhamento dos serviços executados;</p> <p>2-Elaborar projetos de modificações e melhorias nas instalações;</p> <p>3-Verificar desempenho das instalações elétricas através do acompanhamento de parâmetros; elétricos tais como: consumo em kW/h, Demanda tensão e fator de potência e outros.</p>	2143	ENGENHEIRO ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO
<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA CBO: Executar serviços elétricos, eletrônicos e de telecomunicações, analisar propostas técnicas, instalações, configurações e inspeções de sistemas e equipamentos, execução de testes e ensaios. Projetar, planejar e especificar sistemas e equipamentos elétricos, eletrônicos e de telecomunicações e elaborar sua documentação técnica; coordenar empreendimentos e estudar processos elétricos, eletrônicos e de telecomunicações.</p>		
<p>Realizar levantamentos técnicos; Especificar materiais e serviços; Controlar cronograma físico e financeiro da obra; Supervisionar segurança da obra; Supervisionar aspectos ambientais da obra; Medir serviços executados; Avaliar projetos e obras; Verificar atendimento a normas, padrões e procedimentos; Controlar documentação técnica; Avaliar dados técnicos e operacionais; Compôr custos unitários de mão-de-obra, materiais e serviços; Preparar propostas técnicas para prestação de serviços e obras; Julgar propostas técnicas e financeiras; Acompanhamento contratual; Elaborar relatórios; Emitir parecer técnico; Elaboração de orçamentos; Mapear problemas potenciais; Assegurar cumprimento de orçamentos; Zelar pela segurança, saúde, meio ambiente e qualidade; Elaboração de documentação técnica das obras e reformas, entre outras atividades relacionadas à função.</p>	7102	SUPERVISOR DE CONSTRUÇÕES E MANUTENÇÃO
<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA CBO: Supervisionam equipes de trabalhadores da construção civil que atuam em usinas de concreto, canteiros de obras civis e ferrovias. Elaboram documentação técnica e controlam recursos produtivos da obra (arranjos físicos, equipamentos, materiais, insumos e equipes de trabalho). Controlam padrões produtivos da obra tais como inspeção da qualidade dos materiais e insumos utilizados, orientação sobre especificação, fluxo e movimentação dos materiais e sobre medidas de segurança dos locais e equipamentos da obra. Administram o cronograma da obra.</p>		
<p>DIARIAMENTE</p> <p>1-Controlar demanda de consumo de energia elétrica;</p> <p>2-Realizar serviços de manutenção em sistemas elétricos.</p> <p>MENSALMENTE</p> <p>1-Realizar manutenção preventiva em Motores elétricos, constando de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Verificar isolamento do fio de alimentação; • Relacionar unidades que não estiverem funcionando corretamente; 	3131	TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA

<ul style="list-style-type: none"> • Verificar a atuação dos automáticos da bomba de recalque. • Lubrificar as partes móveis; <p>2-Realizar manutenção preventiva em Quadros de comando e proteção de Motores, constando de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Substituir componentes defeituosos; • Fazer limpeza geral; • Conferir os valores das proteções, corrigindo-os de acordo com o projeto; • Eliminar pontos de ferrugem e corrosão; • Refazer as isolações defeituosas <p>TRIMESTRALMENTE</p> <p>1-Realizar manutenção em painéis de força e comando, equipamentos de proteção e manobra</p> <p>2-Realizar manutenção em redes de distribuição em média tensão (13,8KV)</p> <p>SEMESTRALMENTE</p> <p>1-Realizar manutenção preventiva em transformadores</p> <p>2-Realizar manutenção preventiva em compressores de ar, linhas de distribuição de ar, reguladores de pressão, bombas de vácuo e outras atividades relacionadas a função.</p>		
<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA CBO: Planejar atividades do trabalho, elaborar estudos e projetos, participar no desenvolvimento de processos, realizar projetos, operar sistemas elétricos e executar manutenção. Atuar na área comercial, gerenciar e treinar pessoas, assegurar a qualidade de produtos e serviços e aplicar normas e procedimentos de segurança no trabalho.</p>		
<p>DIARIAMENTE</p> <p>1-Realizar manutenção em iluminação interna e externa, constando de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Substituir reatores e starters defeituosos; • Limpar todos os componentes das luminárias; • Verificar fiação, substituindo os fios que apresentarem defeitos de isolamento; • Apertar terminais e fixações; • Inspeccionar bocais ou suportes. • Inspeccionar postes de iluminação na área externa e refletores. • Trocar lâmpadas se necessário. <p>2-Realizar manutenção em tomadas e interruptores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Verificar fixação de tomadas e interruptores; • Efetuar limpeza geral; • Reapertar conexões e ligações; • Recompor isolamentos defeituosos. <p>MENSALMENTE</p> <p>Realizar manutenção em quadros elétricos de distribuição, redes de distribuição e redes terminais em baixa tensão, constando de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Substituir elementos defeituosos por outros de características técnicas iguais; • Verificar fixações e conexões; • Refazer isolações defeituosas; • Relacionar os circuitos que apresentarem aquecimento excessivo, indicando capacidade do equipamento de proteção, corrente medida a plena carga e bitola do condutor; • Efetuar limpeza geral; • Verificar continuidade do aterramento; • Eliminar pontos de ferrugem e corrosão. <p>TRIMESTRALMENTE</p> <p>Realizar pequenas adaptações, melhorias e expansões de instalações elétricas outras atividades relacionadas a função.</p>	9511	ELETRICISTA
<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA CBO: Planejar serviços de manutenção e instalação eletroeletrônica e realizar manutenções preventiva, preditiva e corretiva. Instalar sistemas e componentes eletroeletrônicos e realizar medições e testes. Elaborar documentação técnica e trabalhar em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental.</p>		
<p>DIARIAMENTE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Verificar funcionamento das centrais de ar condicionado tipo (chillers e fan-coils); 	3141	TÉCNICO DE REFRIGERAÇÃO

Em relação à Splits e condicionador de ar de janela:

MENSALMENTE

- Medir a tensão e corrente elétrica; Limpar e ou substituir os filtros de ar, e frente plástica; Soprar e aspirar o condensador; Limpar o sistema de drenagem; Limpar as serpentinas e bandejas do condensador; inspecionar visor de líquidos;

Verificar o funcionamento dos controles, dos termostatos, da ventilação, da exaustão, da partida, dos registros, válvulas de serviços e acessórios; Verificar o estado dos filtros secador e de sucção; verificar e reparar a isolamento térmica dos equipamentos, rede hidráulica e frigorígena; Verificar a existência de vazamento de gás refrigerante; Verificar o nivelamento do aparelho;

- Verificar a atuação e ajuste de ruídos, vibrações anormais, vazamentos e isolamentos, com as correções necessárias ao perfeito funcionamento do aparelho; Verificar a operação de drenagem de água da bandeja; Eliminar sujeira, danos e corrosão do filtro; Verificar e eliminar as frestas do filtro; Verificar o estado geral do condicionador.

Em relação a Refrigeradores, *freezers* e bebedouros:

- Executar limpeza da parte condensadora, verificação da amperagem, verificação da tensão e recomendações para o perfeito uso dos equipamentos;

Em relação à fan-coils e Exaustores:

TRIMESTRALMENTE

- Medir a tensão entre fases e a corrente elétrica de cada fase dos motores elétricos; Limpar e reapertar os componentes de proteção e conexões dos quadros elétricos e fiações; Lubrificar os mancais; Verificar vibrações, ruídos, e aquecimento anormais nos mancais e rolamentos dos ventiladores e motores;
- Verificar alinhamento, tensão e desgastes nas polias, correias e acoplamentos.

Em relação à Splits e condicionadores de janela

- Verificar compressores; Verificar a atuação da válvula solenoide; verificar a fixação e isolamento do bulbo e as condições do tubo capilar da válvula de expansão termostática; Verificar e regular os elementos de proteção elétricos e fiações; Reapertar os parafusos de fixação dos motores e compressores; Purgar gases não condensáveis; Lavar sob pressão com água e detergente neutro;
- No caso de condicionador tipo janela, trocar o aparelho por outro já mantido e no local da manutenção retirar o gabinete; Lixar e/ou escovar partes enferrujadas, quando necessário; pintar com Anticorrosivos epóxi (1ª mão), quando necessário; Pintar com a cor original (2ª mão), quando necessário; Passar o pente no condensador e evaporador.

SEMESTRALMENTE

Em relação à Splits e condicionadores de janela

- Medir e registrar as temperaturas de superaquecimento e subresfriamento; Medir e registrar a pressão e temperatura de sucção e descarga; Verificar a vedação dos painéis de fechamento do gabinete.

ANUALMENTE

Em relação à Splits e condicionadores de janela

Medir e registrar a resistência de isolamento dos motores; Verificar o nível do óleo; Simulação de condições fora do comum para testes de controles; Verificar e eliminar sujeira, danos e corrosão no gabinete, na moldura da serpentina e bandejas; Verificar o estado de conservação do isolamento termo acústico (se está preservado e se não contém bolor); Lavar as bandejas e serpentina com reação do biofilme (lodo), sem uso de produtos desengraxantes e corrosivos; Limpar o gabinete do condicionador de ar, entre outras atividades relacionadas a função.

Em relação aos Chiller's

MENSALMENTE

- Verificar o nível do óleo dos compressores (o óleo deverá ser visível no visor da carcaça quando o compressor estiver funcionando por um mínimo de 3 ou 4 horas); verificar a pressão de sucção e descarga nos manômetros da unidade; verificar o visor da linha de líquido;
- Se as pressões de operação e as condições do visor de líquido indicam falta de gás, medir o superaquecimento e o subresfriamento do sistema;
- Se as condições de funcionamento indicam sobrecarga, retirar refrigerante pela válvula de serviço da linha de líquido;
- Limpar serpentinas do condensador; Inspecionar o sistema para detectar condições anormais; Medir e registrar o superaquecimento do sistema; Medir e registrar o subresfriamento do sistema.

<p>ANUALMENTE</p> <ul style="list-style-type: none"> Fazer todos os serviços de manutenção mensal recomendados; Verificar a regulagem e funcionamento de cada controle; Inspecionar a condição dos compressores; Inspecionar e substituir, se necessário, contactoras ou controles; Limpar dreno de escoamento de água; Drenar a água do condensador e evaporador e tubulações do sistema; Inspecionar todos os componentes com relação a vazamentos e danos; Limpar qualquer filtro de água; Inspecionar e limpar os tubos do condensador e evaporador; Limpar e reparar qualquer superfície corroída; Inspecionar e limpar o bulbo da válvula de expansão <p>MANUTENÇÃO NAS BOMBAS DOS CHILLERS</p> <p>MENSALMENTE</p> <ul style="list-style-type: none"> Verificar vazamento na gaxeta/selo mecânico; Conferir fixação da bomba; Medir temperatura, ruídos; verificar vazamento na sucção e recalque; Lubrificar os rolamentos; Medir corrente do motor e comparar com a nominal <p>MANUTENÇÃO NO QUADRO ELETRICO DOS CHILLERS</p> <p>SEMESTRALMENTE</p> <ul style="list-style-type: none"> Reapertar contatos; verificar estado dos cabos e terminais; verificar estado de disjuntores, contactores, relés de sobrecarga, fusíveis e outros dispositivos; Trocar lâmpadas de sinalização queimadas. <p>MANUTENÇÃO NO CONTROLE DE RESISTÊNCIAS DE UMIDADE DOS <i>CHILLERS</i></p> <p>SEMESTRALMENTE</p> <p>Verificar estado das resistências; verificar controle liga-desliga das resistências.</p> <p>SEMESTRALMENTE</p> <p>Verificar estado das resistências; Verificar controle liga-desliga das resistências.</p> <p>Realizar manutenção em geladeiras, freezers, câmaras frias, bebedouros, máquinas de gelo, parte mecânica de fan-coils e exaustores dos sistemas de ar condicionado central.</p>		
<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA CBO: Elaborar projetos de sistemas eletromecânicos; montar e instalar máquinas e equipamentos; planejar e realizar manutenção; desenvolver processos de fabricação e montagem; elaborar documentação; realizar compras e vendas técnicas e cumprir normas e procedimentos de segurança no trabalho e preservação ambiental.</p>		
<p>Auxiliar na instalação, manutenção preventiva e corretiva de sistemas de refrigeração e ventilação. Realizar a troca e limpeza dos filtros, ajustes e trocas de correias, carga de gás refrigerante, limpeza de dutos, limpeza de serpentinas, desobstrução de drenos; apoiar o técnico de refrigeração na manutenção preventiva e corretiva das centrais de ar condicionado tipo (chillers e fan-coils), em equipamentos de ar condicionado de baixa e média complexidade; auxiliar na montagem, desmontagem, lavagem de aparelhos de refrigeração. Auxiliar na realização de testes do sistema de refrigeração; zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho.</p>	9112	AUXILIAR DE REFRIGERAÇÃO
<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA CBO: Prestar assistência técnica, instalar, realizar manutenção e modernização em aparelhos de climatização e refrigeração, de acordo com normas de segurança e qualidade.</p>		
<p>DIARIAMENTE</p> <p>1- Acompanhar o consumo de água.</p> <p>2-Realizar manutenção em BOMBAS, constando de:</p> <ul style="list-style-type: none"> Examinar retentor e acoplamento; Verificar ruídos anormais; Inspecionar gaxeta; Verificar lubrificante. <p>3-Realizar inspeção em TUBULAÇÕES, REGISTROS, VÁLVULAS E TORNEIRAS, constando de:</p> <ul style="list-style-type: none"> Verificar válvulas; Verificar dispositivos de acionamento; Verificar se há vazamentos; Apertar fixações; 	7241	BOMBEIRO HIDRÁULICO

- Examinar pintura e retocar onde necessário;
- Verificar o funcionamento da válvula de admissão de água (bóia).

4-Realizar inspeção de RALOS, constando de:

- Retirar detritos;
- Verificar se há rachaduras;
- Verificar se há vazamentos;
- Verificar a existência de tampa de ralo sifonado (bujão);
- Verificar se os ralos sifonados das casas de máquinas de ar condicionado estão cheios de água. Caso negativo complete para evitar retorno de gases da tubulação.

SEMANALMENTE

1-Realizar manutenção corretiva em instalações hidráulicas.

2-Verificar funcionamento das bombas da central de ar condicionado do Biotério e Encefalopatias, do poço artesiano e reservatório principal de água;

3-Verificar vazão do sistema de drenagem de efluentes;

4-Inspecionar funcionamento de bombas hidráulicas do sistema de água deionizada.

5-Verificar e corrigir vazamentos de água nas tubulações de alimentação e distribuição, vazamentos de água em pias e tanques;

6-Verificar vazamentos de esgoto nas saídas de pias e tanques;

7- Verificar ralos e grelhas de esgoto no Biotério.

MENSALMENTE

- Desobstruir calhas e condutores de águas pluviais; Limpar caixas d'água e reservatórios inferiores e superiores de água; Verificar juntas de vedação dos reservatórios de água;

Limpar fossas e caixas de gordura.

Em relação às Linhas de gases e ar comprimido (Central de Cilindros, Rede de Tubulação, Pontos de Utilização), Gás Liquefeito de Petróleo e compressores.

- Inspecionar as tubulações, filtros, válvulas e registros, promovendo o reparo ou substituição quando necessário;

DIARIAMENTE

Realizar o expurgo dos tanques de ar comprimido

MENSALMENTE

- Verificação de vazamentos em válvulas de fechamento, segurança, terminais, conexões, reguladores, manômetros, ramais, mangueiras flexíveis ou serpentinas e torneira de saída de gás; Inspeção dos manômetros, adesivos, placas de segurança e identificação; Limpeza da central e seu ambiente; Teste de funcionamento; Verificação de passagem direta nos reguladores; Teste das válvulas de segurança da central.

TRIMESTRAMENTE

- Limpeza geral; Verificação das condições de operação; Verificação da conservação.

ANUALMENTE

- [Limpeza e aferição da válvula de alívio](#); Aferição dos flexíveis dos manômetros e das válvulas de segurança; Calibração das válvulas de segurança e manômetro; Limpeza e aferição do manômetro; Limpeza da torneira de saída de gás; Secar e retirar toda a umidade (compressores).

LIMPEZA E ESTERILIZAÇÃO DO POÇO TUBULAR

ANUALMENTE

Retirada do equipamento de recalque do interior do poço tubular; Montagem do equipamento de limpeza; Circulação com produto desencrostante e dispersante; Bombeamento por "air lift" para limpeza, abertura do sistema de filtros e carregamento de material sedimentado no interior do poço tubular; Limpeza da tubulação edutora (interna e externamente); Reinstalação do equipamento de recalque; Regulagem do sistema; Execução de testes para determinação das características hidrodinâmica atuais do sistema, com indicação do nível estático, nível dinâmico e vazão; Elaboração de Relatório técnico final; Revisão elétrica por profissional especializado; Desinfecção das paredes internas. (Não interferindo nas características físico química da água captada do aquífero), entre outras atividades relacionadas à função.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA CBO: Operacionalizar projetos de instalações de tubulações, definir traçados e dimensionar tubulações; especificar, quantificar e inspecionar materiais; preparar locais para instalações, realizar pré-montagem e instalar tubulações. Realizar testes operacionais de pressão de fluidos e testes de estanqueidade. Proteger instalações e fazer manutenções em equipamentos e acessórios.

EXECUTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA E MECÂNICA, ENTRE ELES:

5143

OFICIAL DE MANUTENÇÃO

<ul style="list-style-type: none"> -Verificar funcionamento de equipamentos e instalações elétricas e de iluminação -Reparar equipamentos de iluminação -Reparar instalação elétrica -Relatar avarias nas instalações -Fazer instalação elétrica -Trocar instalação elétrica -Trocar equipamentos de iluminação -Instalar equipamentos elétricos -Instalar equipamentos de iluminação -Soldar objetos <p>EXECUTAR MANUTENÇÃO HIDRÁULICA, ENTRE ELAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Classificar equipamentos e tubulação -Verificar funcionamento de instalação hidráulica -Limpar equipamentos hidráulicos -Consertar instalação hidráulica -Trocar instalação hidráulica -Limpar filtros -Trocar areia do filtro -Trocar filtros -Desentupir ralos, pias e vasos sanitários <p>REALIZAR MANUTENÇÃO DE CARPINTARIA E ALVENARIA:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Vedar fendas e emendas -Reparar trincas e rachaduras -Impermeabilizar superfícies -Recuperar pinturas -Repor cerâmica (azulejos, pastilhas e pisos) -Recolocar pastilhas ou litocerâmica -Consertar móveis -Substituir portas -Ajustar portas e janelas -Reparar divisórias -Consertar forros 		
<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA CBO: Executar serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservar vidros e fachadas, limpar recintos e acessórios e tratar piscinas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.</p>		

5.3.1. Qualificação dos profissionais

FUNÇÃO	QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Engenheiro eletricista de manutenção	Formação superior em engenharia elétrica com ênfase em sistemas industriais. Possuir conhecimento básico no pacote Office. Experiência de no mínimo 06(seis) meses comprovada em CTPS.
Supervisor de Construções e Manutenções	Ensino médio completo. Possuir conhecimento básico no pacote Office e Auto-Cad. Experiência de no mínimo 02(dois) anos comprovada em CTPS.
Técnico em Eletrotécnica	Formação técnica de nível de 2º grau, tipo SENAI ou equivalente. Possuir conhecimento básico no pacote Office. Experiência de no mínimo 06(seis) meses comprovada em CTPS.
Eletricista	Curso profissionalizante, tipo SENAI ou equivalente. Possuir conhecimento básico no pacote Office. Experiência de no mínimo 06(seis) meses comprovada em CTPS.
Técnico de Refrigeração	Curso profissionalizante, tipo SENAI ou equivalente. Possuir conhecimento básico no pacote Office.

	Experiência de no mínimo 06(seis) meses comprovada em CTPS, podendo ser na função de mecânico de refrigeração.
Auxiliar de Refrigeração	Ensino médio completo. Possuir conhecimento básico no pacote Office. Experiência de no mínimo 06(seis) meses comprovada em CTPS.
Bombeiro Hidráulico	Ensino Fundamental Incompleto ou Curso profissionalizante, tipo SENAI ou equivalente. Possuir conhecimento básico no pacote Office. Experiência de no mínimo 12(dozes) meses comprovada em CTPS.
Oficial de manutenção	Curso profissionalizante, tipo SENAI ou equivalente. Possuir conhecimento básico no pacote Office. Experiência de no mínimo 06(seis) meses comprovada em CTPS.

5.4. Declaração da Licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.4.1. **DECLARO, EM ATENDIMENTO AO PREVISTO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____ DO LFDA/PE, QUE EU, _____, PORTADOR(A) DA RG Nº _____ E DO CPF Nº _____, REPRESENTANTE DA EMPRESA _____, ESTABELECIDO NO(NA) _____, COMO SEU(SUA) REPRESENTANTE LEGAL PARA OS FINS DA PRESENTE DECLARAÇÃO, TENHO PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. LOCAL E DATA. ASSINATURA E CARIMBO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA. (MODELO ANEXO AO EDITAL).**

5.5. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante PODERÁ realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 hs às 15:30 hs.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.2.2. Não serão agendadas “visitas ou vistorias técnicas” no LFDA-PE, no mesmo horário para mais de 01 (um) fornecedor potencial, de forma a evitar contato prévio entre eles.

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, a interessada, poderá solicitar através de CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, de sua propriedade as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.4.1. Independente da realização da VISTORIA PRÉVIA a proposta será aceita tendo por base o conhecimento pleno, por parte do proponente, de todas as condições que possam influenciar no custo, prazo e forma de execução do objeto. O desconhecimento de qualquer das condições do local dos serviços não será aceito como motivo para justificar quaisquer reivindicações no curso de vigência do contrato.

6.5. A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. **(MODELO EM ANEXO NO EDITAL).**

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. Os serviços serão executados diariamente nas Unidades I e II do LFDA/PE, localizadas respectivamente na Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº - CEP 52171-030 e Av. Gal. San Martin, 1000 – CEP 50630-060 – Recife/PE.

7.1.2. Os serviços, devem obedecer a carga horária contratada de cada posto de serviço, e serão executados dentro dos horários de expediente do LFDA/PE, sendo:

OCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE POSTOS	JORNADA DE TRABALHO
LFDA/PE – UNIDADES I e II	08	1. horas semanais

7.1.3. Os serviços dos profissionais deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, com intervalo de 1(uma) hora para almoço, e aos sábados das 08h00min às 12h00min – desde que totalize 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

7.1.4. Os serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva deverão ser compatibilizados com as solicitações e necessidades do órgão e sempre que possível, deverão ser desenvolvidos durante o horário de expediente. Entretanto, caso a natureza do serviço a ser executado possa causar interrupções no funcionamento do sistema, ou possa causar qualquer problema ao normal funcionamento da Contratante, os serviços deverão ser programados para outros horários e dias (inclusive em horários noturnos) acordados com a fiscalização do LFDA/PE;

7.1.5. Os equipamentos que apresentarem defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados deverão ser reparados, corrigidos, no total ou em parte, por conta da empresa Contratada;

7.1.6. No desempenho do serviço de manutenção preventiva ou corretiva, a empresa executará, também, os serviços de instalação ou supressão de circuitos como pontos de tomada de energia elétrica, instalação de novos pontos de água, esgoto, instalação e/ou remanejamento de circuitos elétricos para atendimento a pontos ou equipamentos específicos, substituição ou adaptação de circuitos elétricos, sistemas e tomadas, dentre outros, serviços estes demandados por meio de Ordens de Serviços.

7.1.6.1. As Ordens de Serviços referentes aos serviços serão emitidas por meio de Software de Gerenciamento.

7.1.7. A Contratada deverá disponibilizar software específico e apropriado para gerenciamento e controle das atividades, com as seguintes características mínimas: Operar em ambiente web-internet; o acesso ao sistema deve ser realizado a partir de uma URL (Uniform Resource Locator) válida na internet e não por endereço IP; Utilizar servidor próprio e exclusivo, ou de terceiros, desde que garantida a segurança, integridade e confiabilidade das informações lançadas; Trabalhar em ambiente Windows; Trabalhar em língua portuguesa; Operar em rede TCP/IP; Permitir a criação de um banco de conhecimento de rotinas de manutenção que possa ser consultado, incorporado e aprimorado pela contratante, agilizando a implementação das rotinas; Permitir o cadastramento de solicitação de serviços pela Internet pelos usuários e pela Fiscalização; Permitir o acompanhamento de todo o processo de emissão e encaminhamento das ordens e autorizações de serviços; Permitir a disponibilização histórica de indicadores de qualidade de atendimento em forma gráfica; Emitir relatórios das quantidades de chamadas recebidas por usuários, com possibilidades de filtragem por período e tipo de problema/solicitação; Emitir relatórios e gráficos das chamadas, constando o tempo de atendimento, técnico responsável, problema, setor solicitante, entre outros; Permitir que os usuários efetuem consultas no sistema, via web, sobre a situação das suas solicitações, em cada fase do fluxo do processo; Emitir relatório mensal quanto a todos os parâmetros cadastrados por tipo de serviço: manutenção preventiva, manutenção corretiva, manutenção preditiva e gráficos de acompanhamento do atendimento; Emitir relatórios de utilização de materiais, por tipo ou período; Possuir interface gráfica de fácil utilização; Trabalhar de acordo com fluxograma - SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE MANUTENÇÃO - FLUXOGRAMA; Permitir a limitação de acesso a módulos e funcionalidades específicas por meio de senha pessoal;

7.1.7.1. Este software deverá ser apresentado à CONTRATANTE, para efeitos de aprovação, em no máximo 30 (trinta) dias corridos, sendo que deverá estar plenamente operacional em no máximo 60 (sessenta) dias, sendo todos os prazos contados a partir da data de assinatura do contrato, devendo efetuar as manutenções alterações, complementações, formatações ou adequações sempre que necessárias;

7.1.7.2. O relatório contendo todas as informações sobre os serviços executados deverá ser entregue mensalmente à CONTRATANTE, quando da apresentação das Notas Fiscais para pagamento;

7.1.7.3. Todo o banco de dados relativo a serviços ou demandas associadas ao contrato é propriedade da CONTRATANTE.

7.1.7.4. Não sendo possível o uso do Software de Gerenciamento, em casos de manutenção, falha no servidor e ou atualização do sistema, por razões justificadas e aceitas pela CONTRATANTE, as Ordens de Serviço serão emitidas em papel, respeitando os procedimentos por ela estabelecidos.

7.1.8. Os serviços de manutenção serão efetuados nos locais onde os equipamentos se encontram instalados ou na oficina do LFDA/PE;

7.1.9. Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente às normas e códigos aplicáveis ao serviço em pauta, sendo que as especificações da ABNT serão consideradas como elemento base para quaisquer serviços ou fornecimentos de materiais e equipamentos;

7.1.9.1. Onde as normas da ABNT faltarem ou forem omissas, deverão ser consideradas as prescrições, indicações, especificações, normas e regulamentos de órgãos/entidades internacionais reconhecidos como referência técnica, bem como as recomendações dos fabricantes dos equipamentos e materiais que compõem o sistema.

7.1.10. A CONTRATADA deverá observar os Manuais de Instruções dos Aparelhos, Normas Técnicas Específicas relativas a cada equipamento, bem como orientações prescritas pelo LFDA/PE, para definir a periodicidade e os itens de intervenção. Após isto, deverá apresentar os planos de manutenção preventiva definidos para todos os equipamentos que compõem os sistemas.

7.1.10.1. O LFDA/PE poderá, a qualquer tempo, modificar as rotinas e a periodicidade dos serviços de manutenção preventiva dos sistemas, bastando comunicar à CONTRATADA por escrito;

7.1.11. A manutenção corretiva será realizada sempre que necessário e a qualquer tempo, devendo a CONTRATADA comunicar imediatamente os problemas ao LFDA/PE quando forem identificados;

7.1.12. Além dos serviços de manutenção, a CONTRATADA executará também as adaptações e pequenas modificações nas instalações, decorrentes de eventuais alterações de layout que venham a ocorrer, sem ônus adicional;

7.1.13. A CONTRATADA somente realizará serviços que impliquem na paralisação de equipamentos, após prévia autorização do LFDA/PE;

7.1.14. A CONTRATADA deverá afixar sobre cada equipamento, instruções impressas e plastificadas relativas à sua correta operação, riscos potenciais a pessoas e instalações e data da última manutenção, bem como mantê-las em bom estado.

7.1.15. MATERIAIS A SEREM FORNECIDOS

7.1.15.1. A empresa prestadora dos serviços deverá fornecer todo o material relacionado de acordo com a quantidade estimada, devendo o custo estar incluído no valor total da proposta.

7.1.15.2. ESTIMATIVA MENSAL DE MATERIAIS DE CONSUMO NÃO EXCEPCIONAIS

7.1.15.2.1. A primeira entrega dos materiais constantes na listagem abaixo, deverá ser efetuada no prazo de até 05(cinco) dias, após a assinatura do contrato, em sua totalidade.

INSUMOS MENSAIS			
Item	Especificação	Unid	Qtd. Mensal

1	Solvente	Galão 5 litros	2
2	Álcool Isopropílico	litro	2
3	Anticorrosivo	Frasco 300ml	10
4	Detergente	Litro	3
5	Estopa	quilo	2
6	Graxa	quilo	2
7	Lixa nº 60	Unidade	30
8	Lixa nº 100	Unidade	30
9	Óleo Tipo Singer (100ml)	Unidade	10
10	Pincel 2	Unidade	6
11	Vaselina Sólida	quilo	3
12	Vaselina líquida	litro	3
13	Tinta Esmalte Sintético na Cor Gelo	Galão 3,6 litros	3
14	Tinta Esmalte Sintético na Cor Branco	Galão 3,6 litros	3
15	Zarcão	galão 900ml	5

7.1.15.3. A responsabilidade pela guarda e manuseio dos materiais a serem utilizados na prestação dos serviços, ficará a cargo da empresa CONTRATADA;

7.1.15.4. Todo material de consumo utilizado nos serviços deverá ser de primeira qualidade, observada a quantidade e o estoque estimado para 30 (trinta) dias, e será mantido nas dependências da CONTRATANTE;

7.1.15.5. A entrega do material fornecido pela CONTRATADA deverá ser feita, em sua totalidade, de uma única vez, no local de sua utilização para reposição do estoque;

7.1.15.6. A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE, para controle, lista mensal de todo material de consumo fornecido mensalmente, os quais deverão ser conferidos pelo servidor responsável pela fiscalização;

7.1.15.7. Os materiais rejeitados deverão ser substituídos, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da rejeição, sem qualquer despesa para a CONTRATANTE.

7.1.16. REPOSIÇÃO DE PEÇAS

7.1.16.1. Todas as peças substituídas e/ou fornecidas devem ser originais;

7.1.16.2. Poderá ser utilizado material/peça de qualidade superior ao substituído, notadamente nos casos em que se fizer necessário à melhoria das instalações ou falta de peça/material original no mercado, observado os aspectos técnicos de compatibilidade, segurança e normatização.

7.1.16.3. A garantia das peças e acessórios originais fornecidos deve ser de acordo com o fabricante;

7.1.16.4. A CONTRATADA dará garantia total, pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, de todos os materiais/peças utilizados na forma deste Edital, instalados ou não (Art.26 do Código de Defesa do Consumidor);

7.1.16.5. O fornecimento de peças de reposição dar-se-á, quando necessário, para a execução dos serviços, e deverá ser informada por escrito a Contratante, a identificação do equipamento e a discriminação das peças a serem substituídas, para a aprovação do serviço;

7.1.16.6. A CONTRATADA deverá devolver a peça substituída dentro da embalagem original da peça substituída, bem como as que forem solicitadas, e que não foram usadas.

7.1.16.7. As peças e materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar do recebimento da solicitação deste LFDA/PE, a exceção de compressores cujo prazo máximo para entrega será de 05 (cinco) dias úteis;

7.1.16.7.1. Em relação ao prazo de entrega 72(setenta e duas horas) para peças e materiais, informamos que caso, não seja encontrado no mercado dentro prazo estabelecido, a CONTRATADA deverá justificar junto ao fiscal do contrato, e, solicitar prorrogação do prazo para atendimento.

7.1.16.8. Os pedidos considerados de urgência deverão ser atendidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a exceção de compressores cujo prazo encontra-se estabelecido no item anterior;

7.1.17. **Relativamente ao item 2** – do objeto da contratação "**RELAÇÃO DAS PEÇAS/MATERIAIS DE REPOSIÇÃO**", constante neste subitem, enfatizamos que a Administração não está obrigada a contratá-los na quantidade total listada abaixo, apenas o que for efetivamente solicitado.

7.1.17.1. **Informamos que listagem é exemplificativa (não exaustiva) cabendo a ser complementada pela CONTRATADA para a boa prestação dos serviços.**

7.1.18. O levantamento do quantitativo das peças e materiais estimados, foi obtido através da revisão da planilha do contrato anterior. As peças e materiais tem seu custo associado confeccionado com base em seus códigos SINAPI para atender o novo contrato de forma mais eficiente.

7.1.19. O valor das peças será pago de acordo com a tabela SINAPI acrescido de 15% (quinze por cento).

7.1.20. Para as peças que não apresentam códigos SINAPI disponíveis na lista da Caixa Econômica Federal, a empresa contratada deverá enviar três cotações de preços, devendo ser faturado na nota fiscal o valor mínimo (menor preço) encontrado mais o acréscimo de 15% (quinze por cento), referente ao pagamento de impostos, frete e outras exigências legais que possam provocar flutuação no valor final do item a ser adquirido.

7.1.20.1. Esta aprovação será efetivada mediante nova pesquisa de mercado realizada e analisada pela CONTRATANTE.

RELAÇÃO DAS PEÇAS/MATERIAIS DE REPOSIÇÃO			
ITEM	Especificação	UNID.	QUANT. ESTIMADA PARA 12 MESES.
	MATERIAIS ELETRICA E HIDRÁULICA		
.1	Broca Aço Rápido diversas bitolas	Und	200
.2	Broca de Vídea diversas bitolas para concreto e alvenaria.	Und	100
.3	Tarraxa para tubo de PVC diversas bitolas	Und	15
.4	Cabo elétrico flexível, material cobre nas cores vermelha, azul ou verde peça com 100 metros, diversas bitolas.	Peça	40
.5	Cabo elétrico antichama de 10mm na cor preta, peça com 100 metros	Peça	10
.6	Caixa de passagem elétrica sobrepor em PVC 15cmx15cm com saída lateral de 3/4" a 2".	Und	30
.7	Caixa com tomada 2P+T de embutir de 10, 20 A.	und	300
.8	Caixa com tomada 2P+T externa, modelo sistema X 10 ou 20A.	Und	300
.9	Canaleta para sistema X, medindo 20x10x2000mm.	Und	300
.10	Condulete material PVC, tipo A, ½, ¾, 1"	Und	150
.11	Disjuntor DIN monofásico, Tensão nominal 220V diversos A.	Und	100
.12	Plugue macho/fêmea sistema industrial	Und	100
.13	Plugue tomadas do novo padrão norma ABNT NBR 14136, corrente nominal 10, 20A, entrada 3 pinos do novo padrão e saída 2P+T.	Und	300
.14	Luminária tubular sobrepor para 2 Lâmpadas de 40w completa, pronta para instalação.	Und	50
.15	Calha para lâmpada fluorescente, potencias variadas simples e dupla	Unid	100
.16	Mangueira de Jardim trançada de ¾", ½" peça com 50 metros.	Peça	08
.17	Assento Sanitário simples em PVC, na cor branca.	Und	100
.18	Luva soldável e rosca simples, de correr e redução em PVC, diversas bitolas.	Und	300
.19	Tubo soldável e rosca em PVC, de diversas bitolas.	Und	100
.20	Torneira em inox de pescoço longo para balcão de ½, com adaptador para ¾"	Und	50
.21	Cadeado em latão maciço E-40mm, com chave em latão.	Und	25
.22	Óleo lubrificante com silicone similar brilho Max, embalagem c/ 300g	Und	20
.23	Graxa Azul embalagem 1Kg	Und	24
.24	Cola Fórmica. Galão com 2,850kg	Und	05
.25	Zarcão Anticorrosivo e antioxidante, indicado p/a proteção de superfícies ferrosas, externas e internas, novas ou c/ vestígios de ferrugens, galão de 3,6L, cor óxido.	Und	10
.26	Tinta spray 360mL diversas cores alta temperatura.	Und	36
.27	Parafuso de fenda diversas bitolas, para diversas bitolas de bucha. Cx. c/ 100 unidades.	cx	250
.28	Chuveiro elétrico	Unid	60
.29	Interruptores simples e de 2 seções	unid	300
.30	Adaptador do padrão novo p/ o antigo e do antigo p/ o novo.	Unid	300
CONDICIONADORES DE JANELA E SPLIT'S			
.31	Capacitor Monofásico	Und	100

.32	GÁS REFRIGERANTE R 410-A (embalagem 13 kg)	UNID	15
.33	Gás Refrigerante R-22(embalagem 13 kg)	UNID	15
.34	Tubo capilar	Und	20
.35	Turbina	Und	50
.36	Hélice	Und	50
.37	Filtro de ar	Und	50
.38	Filtro de gás	Und	50
.39	Compressor hermético, tipo rotativo, de 2 hp	Und	40
.40	Serpentina	Und	04
.41	Contactora	Und	50
.42	Sensor de temperatura	Und	50
.43	Placa eletrônica	Und	50
.44	Tubo esponjoso (tipo borracha preta)	Und	100
	REFRIGERADOR - FREEZER's		
.45	Compressor Hermético para refrigerador potencias diversas	Und	30
.46	Compressor Hermético para freezer potencias diversas	und	30
.47	Compressor Hermético para câmara fria, 1/2 HP	und	05
.48	Gaxeta (Borracha) superior e inferior e porta única para refrigerador dupla porta	Und	50
.49	Micromotor para condensação	Und	20
.50	Encaixe do motor do ventilador	Und	30
.49	Filtro de gás	Und	10
.51	Tubo capilar	Und	30
.52	Sensor de degelo	Und	30
.53	Resistência	Und	30
.54	Encaixe	Und	30
.55	Placa eletrônica	Und	30
.56	Protetor térmico	Und	50
.57	Termostato	Und	50
.58	Torneira do bebedouro	Und	100
.59	Gás Refrigerante 134A (Geladeiras e Freezer's)	und	12
.60	Gás Refrigerante 141B	und	05
	CHILLER		
.61	GÁS REFRIGERANTE R 407 C	KG	30
.62	GAS REFRIGERANTE R 22	KG	30
.63	Lubrificante (óleo mineral) para compressor	L	10
.64	Filtro Secador para gás refrigerante R22	UNID	01
.65	Filtro Secador para gás refrigerante R 407C	UNID	01
.66	Modulo principal RCM0001E (X1374007801)	UNID	01
.67	Modulo PCO 03	UNID	01
.68	Modulo PRINCIPAL 4005W000489	UNID	01

.69	Modulo 86354	UNID	01
.70	Modulo escravo 3706w001221	UNID	01
.71	Termostato 24V, modelo TB7980B	UNID	02
.72	Chave de fluxo modelo GL02, pressão de trabalho 10 kgf/cm, temperatura máxima de trabalho de 50°C, tensão até 220V e 15A	UNID	02
.73	Válvula de 03 vias, 24VAC/DC, 400 PSI	UNID	01
.74	Atuador para válvula de 3 vias, 24 VAC/DC, 400 PSI	UNID	01
.75	Bomba d'água de 1.50cv, TRI fase, 60hz, 220/380v, bocal de sucção de 1.1/4" e bocal de recalque de 1"	UNID	02
.76	Conjunto de resistências para retirada de umidade do ar	UNID	02
.77	Hélice para ventilador dos chiller's	UNID	03
.78	COMPRESSOR SZ160T9CC	UNID	01
.79	COMPRESSOR SM 125S9CC	UNID	01
.80	COMPRESSOR CSHA100X0DO00	UNID	01
.81	OUTRAS PEÇAS/MATERIAIS DE REPOSIÇÃO	UNID	01
FAN-COILS			
.82	Correia em V, diversos tamanhos	Unid.	100
.83	Correia trapezoidal, diversos tamanhos	Unid.	100
.84	Rolamento	Unid	50
.85	Polia	Unid	50
.86	Válvula de três vias, com atuador	Unid	30
.87	Filtro grosso, classe G3, diversos tamanhos	Unid.	100
.88	OUTRAS PEÇAS / MATERIAIS DE REPOSIÇÃO	Unid.	1000

7.1.21. RELAÇÃO DAS INSTALAÇÕES E DOS EQUIPAMENTOS A SEREM MANUTENIDOS

7.1.21.1. **SISTEMA DE ENERGIA ELETRICA** - Quadros de Distribuição e quadros terminais, painéis de força de média tensão (13,8KV), baixa tensão (380V, 220V) e painéis de comando, eletrocalhas, transformadores, quadro de emergência, motores, iluminação interna e externa, equipamentos de manobra e proteção, portões elétricos, instalação elétrica predial, entre outros;

7.1.21.2. **SISTEMA DE AR CONDICIONADO CENTRAL inclusive Chiller**, Ventiladores e exaustores industriais, condicionador de ar do tipo *fan-coils*, bombas hidráulicas, dutos de ar, grelhas, entre outros;

7.1.21.3. **SISTEMA DE AR COMPRIMIDO** – compressores, linhas de distribuição de ar, filtros de ar, secadores de ar, filtros, entre outros;

7.1.21.4. **SISTEMA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA** – rede de distribuição de água, caixa d'água, poço artesiano, sistema de fornecimento de água grau laboratório, entre outros;

7.1.21.5. **SISTEMA DE VÁCUO** - reguladores de pressão, bombas de vácuo, entre outros;

7.1.21.6. **EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO** – Geladeiras domésticas e comercial, *freezers* domésticos, câmara fria, bebedouros, máquinas de gelo, entre outros;

7.1.21.7. **EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO INDIVIDUAL** - Splits e condicionadores de ar tipo janela, entre outros;

7.1.21.8. **SISTEMA HIDRO SANITÁRIO e EFLUENTES** - Rede de esgoto, bomba hidráulicas, tanque de esterilização, estações de tratamento entre outros;

7.1.21.9. **EQUIPAMENTOS DE LABORATORIOS** – banhos-maria, agitador magnético, bomba de vácuo, desumidificador, umidificador, capela de segurança química, dentre outros;

7.1.21.10. **SISTEMA AUTOMAÇÃO** – Portão de entrada e saída, controle de acesso, entre outros.

7.1.21.11. **REDE DE TELEFONIA** – Manutenção de circuitos telefônicos e pontos.

7.1.21.12. RELAÇÃO DAS CENTRAIS DE GASES

LOCALIZAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	
UNIDADE I – Dois Irmãos	HÉLIO	

	DIOXIDO DE CARBONO (CO ²)	
	ARGONIO	
	NITROGENIO	
	AR COMPRIMIDO	
	GLP	
LOCALIZAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	
UNIDADE II – Bongi	HIDROGENIO	
	OXIDO NITROSO	
	AR SINTETICO	
	ACETILENO	
	ARGONIO	
	NITROGENIO	
	HELIO	

7.2. A execução dos serviços será iniciada **após a assinatura do contrato** pela empresa contratada, na forma que segue:

7.2.1. Deverá ser realizada uma reunião inicial com o objetivo de identificar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no contrato, termo de referência e seus anexos e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do serviço;

7.2.2. A reunião realizar-se-á no LFDA/PE – Unidade I, após a assinatura do contrato, podendo ocorrer na mesma data de início de vigência, a critério da CONTRATANTE.

7.2.3. Nesta ocasião, a CONTRATADA apresentará o PLANO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, no qual deverá constar, obrigatoriamente, a composição das equipes de trabalho a serem formadas, bem como a função a ser exercida por cada componente das mesmas.

7.2.3.1. De posse do plano de execução dos serviços, o LFDA/PE efetuará a análise e, em não havendo alterações, o mesmo será aprovado;

7.2.3.2. Caso o LFDA/PE julgue necessário à realização de modificações no plano de execução dos serviços, oficiará a empresa para que proceda às devidas alterações, devendo esta promover os acertos no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados da data em que receber a solicitação, não implicando na descontinuidade dos serviços.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. PAPÉIS E RESPONSABILIDADE

8.1.1. Para a execução do contrato, será implantado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define o CONTRATANTE como responsável pela gestão do contrato e pela verificação de aderência dos produtos e serviços entregues aos padrões de qualidade exigidos e a CONTRATADA como responsável pela execução dos serviços e gestão dos recursos humanos necessários.

8.1.2. A execução dos serviços contratados pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

8.1.2.1. Gestor do Contrato: servidor designado pela CONTRATANTE para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual;

8.1.2.2. Fiscal Técnico do Contrato: servidor designado pela CONTRATANTE para a fiscalização técnica da execução contratual e pela verificação dos resultados pretendidos;

8.1.2.3. Fiscal Administrativo do Contrato: servidor designado pela CONTRATANTE para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos.

8.1.2.4. Preposto: funcionário representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal com a CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

8.2. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

8.2.1. Para informar o não cumprimento de alguma norma pela CONTRATADA, deverá ser utilizado o envio de ofícios escritos, para ciência e providências.

8.2.2. Poderão ser utilizadas, também, mensagens eletrônicas (e-mails) para agilizar a comunicação entre as partes.

8.2.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar a CONTRATANTE um sistema de comunicação para abertura de Chamados.

8.3. A unidade de medida do serviço para efeito de pagamento será a emissão de relatório comprovando efetivamente a realização de serviço de manutenções.

8.4. Observado o disposto na alínea “c” do inciso II do art. 50 da Instrução Normativa nº 05 de 26 de maio de 2017, quando houver glosa parcial dos serviços, a CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado, evitando, assim, efeitos tributários sobre valor glosado pela Administração;

8.5. DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DA MEDIÇÃO DO RESULTADO

INDICADOR 1 – USO DE EPI’s E UNIFORMES	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento as exigências específicas relacionadas a segurança do trabalho, fornecimento e uso dos uniformes
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através de livro de registros
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de Referência (pessoa/dia)
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Escala de pontuação	Sem ocorrência = 10 pontos 1 ocorrência = 8 pontos 2 ocorrências = 6 pontos 3 ocorrências = 4 pontos 4 ocorrências = 2 pontos 5 ocorrências ou mais = 0 pontos
Sanções	Conforme tabela de aplicação de faixas de pagamentos aplicando-se o fator de ajuste de nível de serviço
Observações	Atendimento as Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e a prevenção de acidentes na execução dos serviços
INDICADOR 2 – PRAZO DE INÍCIO PARA ATENDIMENTO AS ORDENS DE SERVIÇOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar se o tempo para o início do atendimento das ordens de serviço está dentro do previsto em contrato
Meta a cumprir	Todas as ordens de serviço iniciando sem ocorrências de atrasos
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através de livro de registros
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de Referência
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Escala de pontuação	Sem ocorrências = 15 Pontos 1 ocorrência = 12 Pontos 2 ocorrências = 10 Pontos 3 ocorrências = 8 Pontos 4 ocorrências = 6 Pontos 5 ocorrências = 4 Pontos 6 ocorrências = 2 pontos 7 ocorrências ou mais = 0 pontos
Sanções	Conforme tabela de aplicação de faixas de pagamentos aplicando- se o fator de ajuste de nível de serviço

Observações	O indicador tem finalidade de mensurar o comprometimento quanto a resolução das demandas levantadas pela contratante o mais breve possível
INDICADOR 3 – PRAZO DE CONCLUSÃO NOS ATENDIMENTOS AS ORDENS DE SERVIÇOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar se o tempo para a conclusão do atendimento das ordens de serviço está dentro do previsto na ordem de serviço
Meta a cumprir	Todas as ordens de serviço sendo concluídas sem ocorrências de atrasos
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através de livro de registros
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de Referência
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Escala de pontuação	Sem ocorrências = 15 Pontos 1 ocorrência = 12 Pontos 2 ocorrências = 10 Pontos 3 ocorrências = 8 Pontos 4 ocorrências = 6 Pontos 5 ocorrências = 4 Pontos 6 ocorrências = 2 pontos 7 ocorrências ou mais = 0 pontos
Sanções	Conforme tabela de aplicação de faixas de pagamentos aplicando- se o fator de ajuste de nível de serviço
Observações	O indicador tem finalidade de mensurar o comprometimento quanto a resolução das demandas levantadas pela contratante o mais breve possível
INDICADOR 4 – ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS, FGTS E INSS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mitigar ocorrências de atrasos de pagamento
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através de livro de registros
Periodicidade	Mensal, nos termos do Art. 459, § 1º, do Decreto-Lei 5452/43, ou data base fornecida por convenção coletiva da categoria.
Mecanismo de cálculo	Identificação de pelo menos uma ocorrência de atraso no mês de referência
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Escala de pontuação	Sem ocorrências = 35 Pontos 1 ocorrência ou mais = 0 Pontos
Sanções	Conforme tabela de aplicação de faixas de pagamentos aplicando- se o fator de ajuste de nível de serviço
Observações	Atendendo ao disposto do Art. 459 § 1º da CLT

INDICADOR 5 – QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o nível de qualidade global na prestação do serviço
Meta a cumprir	Quanto maior melhor
Instrumento de medição	Pesquisa de satisfação por meio de formulário eletrônico
Forma de acompanhamento	Aplicação mensal de pesquisa de satisfação
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Descrita no Formulário de pesquisa de qualidade na prestação dos serviços
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Escala de pontuação	De 0 a 25 Pontos conforme resultados da pesquisa
Sanções	Conforme tabela de aplicação de faixas de pagamentos aplicando- se o fator de ajuste de nível de serviço
Observações	Quesitos avaliados na pesquisa encontra-se no formulário abaixo

Formulário de pesquisa de qualidade na prestação dos serviços			
Setor:		Contratada:	
Nº do Contrato:		Mês de referência:	
Gestor de contrato:		Fiscal de contrato:	
Grau de satisfação dos serviços - GSS: O = Ótimo B = Bom R = Regular I = Insatisfatório N = Não se aplica / Não sei responder			
Avaliação			
Descrição			GSS
Adequação e utilidade dos equipamentos e ferramentas utilizados pelo profissional.			
Prestação do serviço conforme especificado na ordem de serviço			
Serviço realizado com eficiência, sem a necessidade de retorno ou retrabalho.			
Os insumos utilizados na realização dos serviços são de boa qualidade ou compatíveis com os descritos na ordem de serviço			
O prestador do serviço deixou o ambiente onde executou o atendimento nas mesmas condições que estavam. Recolheram os resíduos ou relocaram os móveis.			
Prestadores de serviço com uniformes/calçados/luvas limpas e em condições de uso.			
Educação/cordialidade/interesse do profissional no atendimento.			

Observações, comentários e sugestões para melhoria do atendimento:

I - Número de pontos de cada grau de satisfação	O	B	R	I	N
II - Total de itens avaliados sem considerar N (Não se aplica / Não sei responder)					
III - Índice de Avaliação alcançado por cada grau de satisfação					
IV - Pontuação total (considerando os índices atingidos pelos graus de satisfação Oe B) considerando pontuação máxima de 25 pontos					

Tabela de aplicação de faixas de pagamento aplicando-se o fator de ajuste de nível de serviço

Faixas de pontuação de qualidades do mês		Pagamento do mês com fator de ajuste	Fator de ajuste de nível de serviço
Mínima	Máxima		
80	100	100% do valor previsto	1
70	79	97% do valor previsto	0,97
60	69	95% do valor previsto	0,95
50	59	93% do valor previsto	0,93
40	49	90% do valor previsto	0,9
0	39	90% do valor previsto mais multa	0,9

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1. A entrega dos **EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS, FERRAMENTAS E MATERIAIS DE USO COLETIVO** listados abaixo, deverá ser realizada após assinatura do contrato, em sua totalidade, de acordo com os prazos previstos em cada item.

EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS, FERRAMENTAS E MATERIAIS DE USO COLETIVO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	PRAZO DE ENTREGA
Calculadora científica	2	ATÉ 30 DIAS
Câmera térmica para Diagnóstico em Edificações, Com Capacidade De Armazenamento.	1	15 DIAS
Analizador de Qualidade de Energia Elétrica	1	ATÉ 30 DIAS
Impressora com scanner. (OBS. Fornecer os cartuchos compatíveis e em quantidades disponíveis para a vigência do contrato).	1	IMEDIATO
Notebook compatível com software de engenharia (AUTOCAD; GESTÃO DE MANUTENÇÃO, QUALIDADE DE ENERGIA E OUTROS)	2	IMEDIATO
Platina elétrica mínimo 600 w	1	ATÉ 15 DIAS
Serra Tico-Tico	1	ATÉ 15 DIAS
Multicortadora	1	ATÉ 15 DIAS
Lixadeira de Cinta	1	ATÉ 15 DIAS
Esmerilhadeira	1	IMEDIATO
Moto Esmeril	1	ATÉ 30 DIAS
Tesoura Faca	1	ATÉ 30 DIAS
Bomba de vácuo 5CFM	1	IMEDIATO
Bomba de vácuo 12 CFM	1	IMEDIATO
Termômetro digital penta	1	ATÉ 30 DIAS
Trena de 5m	8	IMEDIATO
Escalímetro	2	IMEDIATO
Caixa de ferramenta sanfonada com cadeado	6	IMEDIATO
Nível de mão com base de alumínio	6	IMEDIATO
Estilete	6	IMEDIATO
Sugador de solda	4	IMEDIATO
Manifold para refrigeração	2	IMEDIATO
Trena de fibra de vidro de 30m	1	IMEDIATO
Trena digital de 0,15 a 30m	1	IMEDIATO
Esquadro 12"	1	IMEDIATO
Prumo 500g	1	IMEDIATO
Régua de aço inox/alumínio	1	IMEDIATO
Esquadro de carpinteiro	1	ATÉ 15 DIAS
Riscador de carpinteiro	1	ATÉ 15 DIAS
Grampos de carpinteiro	4	ATÉ 15 DIAS
Paquímetro	1	IMEDIATO
Alicate amperímetro	4	IMEDIATO
Multímetro digital, similar a marca modelo Minipa ET-2082E	4	IMEDIATO
Jg. de chaves de fenda de 1/8" x 6" a 5/8" X 6"	6	IMEDIATO

Jg de chaves Philips	6	IMEDIATO
Arco de Serra	6	IMEDIATO
Alicate Universal	6	IMEDIATO
Alicate de Bico	6	IMEDIATO
Alicate de corte	5	IMEDIATO
Jg de Chave Allen até 3/8"	4	IMEDIATO
Jg de chave Allen até 10mm	4	IMEDIATO
Jg de chave combinada até 22mm	5	IMEDIATO
Chave Ajustável 6", 10" e 12"	6	IMEDIATO
Martelo de bola	6	IMEDIATO
Jg. Chave de torque	2	IMEDIATO
Jg de chave de boca de 6mm até 22mm	6	IMEDIATO
Ferro de solda de 30 watts	3	IMEDIATO
Ferro de solda de 100 watts	4	IMEDIATO
Chave canhão de ¼",	5	IMEDIATO
Chave canhão de 5/16"	5	IMEDIATO
Chave canhão de 3/8"	5	IMEDIATO
Alicate de pressão	6	IMEDIATO
Chave de fenda cotoco de ¼"	5	IMEDIATO
Chave philips cotoco	5	IMEDIATO
Alicate prensa para terminais pré isolados 0,5-6mm²	3	IMEDIATO
Lima triangular, tipo murça	10	IMEDIATO
Lima meia cana, tipo murça	10	IMEDIATO
Lima Chata, tipo murça	10	IMEDIATO
Chave catraca para refrigeração	1	IMEDIATO
Kit flangeador de tubos	1	IMEDIATO
Alicate bomba d'água	2	IMEDIATO
Colher de pedreiro n10	2	IMEDIATO
Chave cano de corrente de 8"	1	ATÉ 30 DIAS
Chave grifa de 1",	1	IMEDIATO
Chave grifa de 18"	1	IMEDIATO
Chave grifa de, 24"	1	IMEDIATO
Chave grifa de 36"	1	IMEDIATO
Jogo Tarraxas de ½", 3/4", 1", 1.1/2", 2", 2.1/2"	1	IMEDIATO
Martelo de unha 25mm	1	IMEDIATO
Machadinha 600g	1	IMEDIATO
Martelo de borracha 450g	1	IMEDIATO
Torques amador 12"	1	IMEDIATO
Serrote supercut 20"	1	IMEDIATO
Desempenadeira de PVC	1	IMEDIATO
Desempenadeira de aço dentada	1	IMEDIATO
Desempenadeira de aço lisa	1	IMEDIATO
Régua de pedreiro	1	IMEDIATO
Espátulas de aço inox	1	IMEDIATO
Conjunto de formões 6,12,18 mm	1	IMEDIATO
Malho ou maço de madeira	1	IMEDIATO
Serra Circular manual	1	ATÉ 15 DIAS
Alicate pressão 10"	1	IMEDIATO
Cortador de vidro	1	IMEDIATO
Torno de bancada	1	IMEDIATO
Alicate para canos 9"	1	IMEDIATO
Serrote para gesso	1	IMEDIATO
Ventosa dupla para vidro	2	ATÉ 15 DIAS
Transpaleta hidráulico zincado capacidade 3000 kg (Patinha)	1	ATÉ 30 DIAS
Esmerilhadeira	1	IMEDIATO
Compressor portátil para pintura	1	ATÉ 30 DIAS
Soprador térmico digital 2000watts	2	ATÉ 30 DIAS
Lava jato, similar a marca e modelo Hd585 Prof. S 220v Kärcher	2	IMEDIATO
Martelete 550 W, similar a marca e modelo Bosch GBH 2-18RE SDS Plus	1	IMEDIATO
Furadeira de mandril, similar a marca e modelo Bosch GSB 20-2 Impacto	2	IMEDIATO
Furadeira, similar a marca e modelo Bosch D55940F	2	IMEDIATO
Escada de alumínio tipo tesoura com 08 degraus	2	IMEDIATO
Escada articulada de alumínio, multiuso 12 em 1, com 12 degraus	2	IMEDIATO
Conjunto solda PPU 201	1	IMEDIATO
Termômetro infravermelho	2	IMEDIATO
Escada PN Dupla de Alumínio, com no mínimo 12 degraus	1	IMEDIATO
Andaime com as seguintes medidas: altura 1,00 x 1,50 comprimento, peso máximo 12 kg.	20	IMEDIATO
Diagonais com 1,475mm com peso de 3,6 kg	4	IMEDIATO
Placa de sinalização, com os dizeres "EM MANUTENÇÃO"	4	IMEDIATO
Placa de sinalização com os dizeres "INTERDITADO"	4	IMEDIATO
Placa de sinalização com os dizeres "PERIGO"	4	IMEDIATO
Placa de sinalização com os dizeres "ALTA TENSÃO"	4	IMEDIATO
Extensão Elétrica, fio paralelo de 2,5 mm e 40 m de comprimento	3	IMEDIATO
Cavalete confeccionado em material plástico, com informações e pictogramas descritos com os seguintes dizeres: CUIDADO HOMENS	4	IMEDIATO

TRABALHANDO, PROIBIDO ESTACIONAR CARGA E DESCARGA, PROIBIDO ESTACIONAR ENTRADA E SAÍDA DE VEÍCULOS.		
Corrente de plástico com elos grandes (9mm) na cor amarela - METROS	10	IMEDIATO
Cone de sinalização em PVC com base quadrada oca para enchimento de areia, tamanho 75 cm	4	IMEDIATO
Impressora tipo rotuladora	1	IMEDIATO
Recolhedora de gás 1HP 220V, similar a marca e modelo Aitcool RECO520SD	1	IMEDIATO
Cilindro para recolhedora de gás refrigerante de 12kg à 14kg, com válvula de segurança	1	IMEDIATO
Balança digital para gases refrigerantes, capacidade mínima de 50kg	1	IMEDIATO
Termoanemômetro digital, similar a marca e modelo INSTRUTHERM TAFR-190	1	ATÉ 15 DIAS
Máquina de fumaça potência mínima de 400w, 220V	1	ATÉ 15 DIAS
Lanterna com pilhas	2	IMEDIATO
Marreta de 1kg	2	IMEDIATO
Talhadeira	4	IMEDIATO
Ponteiro	4	IMEDIATO
Punho isolador saca fusível	2	IMEDIATO
Saca polia 03 garras de 4"	1	IMEDIATO
Ferro de solda tipo machadinha	1	IMEDIATO
Jg de chave catraca	2	IMEDIATO
Marreta de 1,5kg	2	IMEDIATO
Pé de Cabra Simples 500mm	2	IMEDIATO
Pistola para tubo de silicone	2	IMEDIATO
RELÓGIO DE PONTO BIOMÉTRICO	1	ATÉ 30 DIAS

OBS. A listagem dos equipamentos e ferramentas é exemplificativa (não exaustiva) cabendo ser complementada pela CONTRATADA para a boa prestação dos serviços e em observância às quantidades aplicáveis caso a caso.

9.2. A CONTRATADA deverá fornecer os equipamentos, ferramentas, aparelhos, acessórios e todo o material, os quais deverão ser primeira linha, necessários à boa execução dos serviços, assumindo toda e qualquer responsabilidade pela guarda, transporte, carga e descarga, e pela sua respectiva perda;

9.3. A CONTRATADA deverá manter em depósito cedido pela Administração todos os itens (produtos, equipamentos e ferramentas) relacionados, inclusive todos os acessórios durante a execução dos serviços;

9.4. A CONTRATADA, deverá fornecer os equipamentos e ferramentas juntamente com relação discriminativa para análise de conformidade pelo CONTRATANTE.

9.4.1. O Fiscal do contrato poderá recusar, justificadamente, qualquer equipamento ou ferramenta que julgar em má condição de uso;

9.5. A CONTRATADA deve entregar equipamentos e ferramentas em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações;

9.6. Os equipamentos e ferramentas fornecidos pela contratada devem estar devidamente identificados para não serem confundidos com os da CONTRATANTE

9.7. A CONTRATADA deverá repor qualquer equipamento, de sua listagem, que se faça necessária fazer manutenção preventiva ou corretiva.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. REMUNERAÇÃO MÍNIMA ADOTADA PELO LFDA/PE

10.1.1.1. Os valores salariais contidos na proposta não poderão ser divergentes dos estabelecidos pelo LFDA/PE no presente Termo de Referência;

10.1.1.2. Para a definição da estimativa de vencimentos pagos a cada Posto, informamos que as mesmas estão amparadas em manifestações do TCU, através de evidências neste processo, com o de acordo da autoridade competente deste órgão, bem como no contrato em término de vigência, do mesmo objeto da referida contratação.

10.1.1.3. Visando garantir a seleção de funcionários com o perfil adequado para atuar no LFDA-PE, a equipe responsável pelo ETP recomenda utilizar como parâmetro para pesquisa de salários de referência em sites especializados, o nível Sênior para cada um dos cargos que se pretende contratar.

10.1.1.4. Tal orientação visa garantir que os serviços sejam prestados com níveis de segurança e qualidade compatíveis com um laboratório de referência nacional e internacional, reduzindo os riscos associados à contratação de serviços especializados executados com pessoal com baixa qualificação e/ou insuficiente.

10.1.1.5. Sendo assim, considerando a complexidade das atividades a serem desenvolvidas e o perfil profissional necessário, foram balizados salários mínimos para cada tipo de posto de trabalho, a ser adotado pelas licitantes.

SALÁRIO BASE MÍNIMO A SER ADOTADO PELOS LICITANTES		
QTD. DE POSTOS	PROFISSIONAIS/CATEGORIA POSTO DE SERVIÇO	VALOR SALÁRIO BASE (R\$)
01	Engenheiro eletricista de manutenção	R\$ 9.624,77
01	Supervisor de construções e manutenção	R\$ 4.153,21
01	Técnico em Eletrotécnica	R\$ 2.942,41
01	Eletricista	R\$ 2.390,08
01	Técnico de Refrigeração	R\$ 2.367,85
01	Auxiliar de Refrigeração	R\$ 1.769,65
01	Bombeiro Hidráulico	R\$ 1.931,52

01	Oficial de manutenção	R\$ 1.901,66
----	-----------------------	--------------

10.1.1.6. A fixação dos valores salariais objetiva garantir a qualidade mínima dos serviços prestados ao LFA/PE, com respaldo no entendimento do Tribunal de Contas da União — TCU sobre o assunto, conforme Acórdão 614/2008 — Plenário.

Sobre o estabelecimento de salários, o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcos Vileça ao tratar do assunto no voto condutor do Acórdão nº. 256/2005 — TCU Plenário, assim se manifestou, *in verbis*:

“Ao contrário, poder-se-ia até afirmar que o estabelecimento prévio de uma referência para os salários a serem pagos aos empregados diminui o grau de incerteza das empresas na composição de seus custos e na segurança da disponibilidade de mão-de-obra qualificada disposta a trabalhar por aquela remuneração, o que pode funcionar como um atrativo ao comparecimento de mais interessadas ao certame.

[....]

Como toda empresa capitalista visa à maximização de seus lucros, com certeza as empresas fornecedoras de mão-de-obra se sentiriam tentadas a aumentar seus ganhos através da diminuição dos salários pagos aos seus empregados, que, como não podemos esquecer, constituem o mais importante custo desse tipo de contrato. O pagamento de salários mais baixos tende, naturalmente, à seleção das pessoas menos capacitadas ou, no mínimo, contribui para o descontentamento dos contratados, afetando a sua eficiência e produtividade. Em qualquer dessas hipóteses a administração restará como a maior prejudicada, apesar de, a princípio, ter se beneficiado de custos mais baixos.

[....]

Não acredito que o princípio da vantajosidade deva prevalecer a qualquer custo. A terceirização de mão-de-obra no setor público, quando legalmente permitida, não pode ser motivo de aviltamento do trabalhador, com o pagamento de salários indignos. A utilização indireta da máquina pública para a exploração do trabalhador promete apenas ineficiência dos serviços prestados ou a contratação de pessoas sem a qualificação necessária.

[....]

Observo, por último, que não está se propondo a desconsideração da vedação ao estabelecimento de preço mínimo imposta pelo art. 40 da Lei nº 8.666/93 que, aliás, constitui notável avanço em relação ao regime do antigo Decreto nº 2.300/86. Trata-se, aqui, de uma situação específica, em que o estabelecimento de piso salarial visa preservar a dignidade do trabalho, criar condições propícias à eficiente realização do serviço e não implica benefícios diretos à empresa CONTRATADA (mas sim aos trabalhadores), nem cria obstáculos à competição ou tem a capacidade de determinar o preço final da contratação.”

Esse entendimento foi corroborado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Guilherme Palmeira, no voto que orientou o Acórdão nº. 1.327/2005 — TCU Plenário, *in verbis*:

“Ao reverso, penso que, na esteira do entendimento esposado pelo eminente Ministro Marcos Vileça no voto condutor do Acórdão 256/2005 - TCU - Plenário, a fixação prévia de uma referência para a remuneração a ser paga aos empregados reduz a incerteza das empresas no estabelecimento de seus custos e a insegurança quanto à disponibilidade de mão-de-obra qualificada disposta a trabalhar por aquela remuneração. Isso, de certo modo, pode funcionar como um atrativo ao comparecimento de mais interessadas ao certame.”

Da mesma forma, o Excelentíssimo Senhor Ministro Augusto Nardes, manifestou-se sobre a possibilidade da fixação salarial no Acórdão nº. 290/2006 — TCU Plenário, *in verbis*:

“Ora, o item serviço não é composto apenas pelo salário do empregado. Há outras variáveis que devem ser consideradas, como os custos diretos e indiretos incorridos pelo LICITANTE, e a sua margem de lucro. Nesse ínterim, entendo que a prefixação de remuneração pretendida por aquela Casa Legislativa poderia ocorrer por meio do ajuste de um “salário-paradigma”, a ser pago a determinado profissional, o que não significaria, a meu ver, a fixação de preço mínimo vedada pela norma. Preço mínimo seria o todo, o item preço do serviço a ser contratado, comportando outros subitens, enquanto que tal salário, neste caso a remuneração a ser paga pela CONTRATADA aos empregados, seria uma das variáveis do preço do serviço.

Há, contudo, outros pontos que devem ser considerados no presente julgamento, como aduzido pelo recorrente. Trata-se da questão da proposta mais vantajosa e a satisfação do interesse público. Reconheço que existe, sim, a possibilidade de aviltamento dos salários dos terceirizados e consequente perda de qualidade dos serviços, o que estaria em choque com satisfação do interesse público. Nesse aspecto, no caso de uma contratação tipo menor preço, em que as empresas mantivessem os profissionais pagando-lhes apenas o piso da categoria, entendo que não seria razoável considerar, apenas como vantagem a ser obtida pela Administração, o menor preço. Livres de patamares salariais, os empregadores, de forma a maximizar seus lucros, ofertariam mão-de-obra com preços de serviços compostos por salários iguais ou muito próximos do piso das categorias profissionais, o que, per se, não garantiria o fornecimento de mão-de-obra com a qualificação pretendida pela Administração. Sob esse prisma, entendo que a qualidade e a eficiência dos serviços postos à disposição de órgãos públicos não podem ficar à mercê.

10.1.1.7. Isto posto, justificamos os valores estimados apresentados, visto que foram pesquisados preços de mercado em consonância com o artigo 15, inciso V da Lei nº 8.666/93.

10.1.1.8. Os valores estão em compatibilidade com a descrição das tarefas que atenderão a administração pública, bem como está atrelada à qualificação necessária para a prestação dos serviços preservando a produtividade e eficiência na execução dos mesmos.

10.1.1.9. Visando a agilidade da conferência da planilha de custo durante o certame, solicitamos que o fornecedor anexe no portal do Comprasnet, quando solicitado, sua planilha de custo através de **arquivo Excel**;

10.1.1.10. O LFA/PE poderá realizar diligências junto à licitante vencedora, a fim de esclarecer dúvidas acerca dos valores e/ou percentuais informados nas planilhas de custos e formação de preços apresentadas para cada categoria;

10.1.1.11. Deverá ser elaborada uma planilha de custos para cada categoria profissional.

10.1.2. SINDICATOS DA CATEGORIA E PREENCHIMENTO DA PLANILHA DE CUSTOS

10.1.2.1. Os interessados em participar da licitação, estarão obrigados a observar, tanto na formulação da proposta quanto na execução contratual, as exigências constantes de acordos coletivos de Trabalho que alcançam as categorias pertinentes à prestação dos serviços considerando seu prazo de vigência, com abrangência territorial em Recife/PE.

10.1.2.2. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei nº 10192/2001, informa-se que foi utilizada a convenção coletiva de trabalho no cálculo do valor estimado da contratação pela Administração:

10.1.2.2.1. **Para todos os postos, com exceção do Posto de Engenheiro, aqueles concedidos pela Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2021, celebrada entre o SINDICATO DA IND DA CONSTRUCAO CIVIL NO ESTADO DE PE, CNPJ nº11.010.725/0001-87, e o SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO CIVIL DE ESTRADAS PAVIMENTACAO OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL INCLUSIVE, CNPJ nº 08.142.317/0001-74, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sob o nº PE000626/2019.**

10.1.2.3. O sindicato indicado acima não é de utilização obrigatória pelos licitantes (Acórdão TCU nº 369/2012), mas sempre se exigirá o cumprimento das convenções coletivas adotadas por cada licitante.

10.1.2.3.1. Ressaltamos, que a planilha preenchida pela Administração se trata de mero apoio aos licitantes e não tem caráter vinculante.

10.1.2.4. Considerando a data base da categoria profissional, e em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, é direito da contratada a repactuação decorrente da variação dos custos com a mão de obra quando da entrada em vigor da nova Convenção Coletiva a que se referir a proposta apresentada.

10.1.2.5. Em relação ao posto de engenheiro, deverá ser considerado o estabelecido na Lei nº 4.950-A/66 e demais disposições pertinentes do CREA-PE;

10.1.2.6. Os serviços serão executados pela Contratada obedecendo ao disposto na IN SLTI/MPOG nº 05/2017, bem como deverá efetuar a contratação dos profissionais de forma regular, obedecendo à legislação trabalhista e previdenciária vigentes, bem como os acordos, convenções e dissídios coletivos das categorias profissionais respectivas;

10.1.2.7. O valor do aviso prévio trabalhado, correspondente a 30 dias de aviso prévio, será pago apenas no primeiro ano de contrato, por ser este período suficiente para o pagamento de todo o valor referente à redução da jornada de trabalho dos empregados dispensados ao final do período de vigência do contrato, conforme entendimento do órgão consultivo da AGU, com base nos acórdãos do Tribunal de Contas da União. Todavia, considerando as alterações introduzidas pela Lei nº 12.506/2011, a empresa deverá apresentar a planilha de formação de preço, após o primeiro ano de contrato, considerando o custo de 3 (três) dias por empregado para cada ano, até o limite de 12 (doze) dias.

10.1.2.8. Deverão ser considerados na proposta todos os encargos, tributos e demais benefícios, de acordo com o Modelo da Planilha de Custo e Formação de Preços elaborado pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, conforme Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES.

10.1.2.9. Caso a licitante esteja vinculada obrigatoriamente a outros Acordos ou Convenções que não os utilizados pela Administração no cálculo dos valores estimados, deverá preencher a Planilha de Custos e apresentar sua proposta em conformidade com a CCT a que estiver vinculada. Na sessão da licitação, após a etapa de lances, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá indicar qual a CCT em que se baseou para preencher a Planilha de Custos e Formação de Preços e apresentar sua proposta acompanhada de uma cópia da CCT.

10.1.2.10. A Administração não se vincula às disposições contidas Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

10.1.3. KIT PRIMEIROS SOCORROS

10.1.3.1. A Contratada deverá providenciar, no prazo de 15(quinze) dias após a assinatura do Contrato, um Kit de primeiros socorros, que ficará nas dependências da Contratante, para uso exclusivo dos empregados da Contratada;

10.1.3.2. O kit de primeiros socorros deve ser composto de:

ESPECIFICAÇÃO	UND	QT
Tesoura	UND	1
Pinça	UND	1
Caixa de luvas de procedimentos	UND	1
Termômetro clínico	UND	1
Pacote com 10 gaze 7,5 x 7,5cm (diâmetro fechado)	UND	10
Rolos de gaze	ROLO	4
Rolo de micropore	ROLO	1
Tubo de álcool em gel	Tubo	1
Caixa de band-aid	UND	1
Pacote de algodão com 500g	UND	1
Atadura de crepe	UND	2
Frasco de 100ml de soro fisiológico	UND	1
Frasco 100ml solução iodada	UND	1
Bolsa de água quente-fria	UND	1
Maleta de primeiros socorros	UND	1

10.1.3.3. O fiscal do contrato poderá, a qualquer momento, realizar levantamento dos materiais do Kit;

10.1.3.4. A Contratada deverá repor os materiais que compõem o Kit de primeiros socorros sempre que houver necessidade.

10.1.4. EPIS/EPCS

10.1.4.1. A Contratada deverá entregar, no prazo de 15(quinze) dias após a assinatura do Contrato, os EPI'S e EPCs constantes na listagem abaixo, em sua totalidade.

RELAÇÃO DOS EPI'S	QUANT.
-------------------	--------

Avental trevira	12
Avental de raspa	2
Botas de borracha	14
Capa de chuva	16
Calçados de segurança	24
Cinturão paraquedista	3
Capacete	8
Óculos de proteção contra partículas sólidas	32
Óculos proteção contra produtos químicos	24
Óculos de proteção contra gases e vapores	7
Luvas de cobertura	6
Luvas de PVC	18
Luvas de vaqueta	18
Luvas de borracha	24
Respirador semimáscara	8
Filtros para respiração de vapores orgânicos e tintas	24
Filtros para respiração de gases ácidos	16
Respirador de poeira grossa	32
Mangas de raspa	2
Protetor auricular	32
*Outros exigidos pela legislação	1
RELAÇÃO DOS EPC's	QUANT.
Protetor facial para esmeril USO GERAL	4
Luvas de raspa USO GERAL	2
Luvas de proteção elétrica USO GERAL	2
Protetor de face para solda elétrica USO GERAL	2
Óculos de proteção de solda oxi-acetileno USO GERAL	2
*Outros exigidos pela legislação	1

10.1.4.2. A lista apresentada, não se restringe, a EPI's e EPC's que deverão ser fornecidos pela CONTRATADA para execução de serviços, consoante normativos sobre o assunto, em especial Portaria MTB nº 3.214/197, que aprova as Normas Regulamentadoras - NR (O rol é meramente exemplificativo).

10.1.4.3. Todos os equipamentos de proteção individual - EPI e equipamentos de proteção coletiva – EPC deverão ser fornecidos pela CONTRATADA a seus funcionários, conforme exigidos pela legislação.

10.1.5. ADICIONAIS – INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE

10.1.5.1. Cotar grau máximo de insalubridade 40% (quarenta por cento) sobre o salário mínimo vigente, de acordo com laudo desta instituição, ou periculosidade 30% (trinta por cento) sobre o salário básico, de acordo com convenção coletiva da categoria, nos termos da Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985 c/c Decreto nº 93.412 de 14 de outubro de 1986.

10.1.6. JORNADA DE TRABALHO E CONTROLE DE FREQUÊNCIA

10.1.6.1. A execução dos serviços dos profissionais alocados no LFDA/PE, deverá ocorrer de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, com intervalo de 1(uma) hora para almoço, e nos sábados das 08h00min às 12h00min - desde que totalize 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

10.1.6.2. A jornada de trabalho aos sábados poderá ser executada através de rodízio entre os funcionários a fim de atender as 44(quarenta e quatro) horas semanais;

10.1.6.3. As horas prorrogadas nos limites necessários para atender à compensação referida no subitem anterior, não serão consideradas extraordinárias de sorte que não sofrerão os acréscimos previstos na CLT e na cláusula prevista da Convenção Coletiva correspondente as funções.

10.1.6.4. Na hipótese de horas extraordinárias, será adotado o SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE HORAS (BANCO DE HORAS), de forma a respeitar a carga horária semanal de 44(quarenta e quatro) horas;

10.1.6.5. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo e de acordo com o que for mais conveniente para a Administração, alterar os horários de início e término da jornada diária de trabalho estipulada neste Termo de Referência.

10.1.6.6. O controle de frequência a ser adotado pela Contratada deverá ser realizado de forma eletrônica, em conformidade com o que estabelece as diretrizes disciplinadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, por meio da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto - SREP.

10.1.6.7. O sistema de controle de frequência eletrônico deverá ser implantado às expensas da Contratada, no prazo máximo de **30 (trinta)** dias corridos, a contar da data de publicação do contrato.

10.1.7. VALE TRANSPORTE

10.1.7.1. Escala de trabalho **fixa** de segunda a sexta, o que nos dá uma média de 22 dias;

10.1.7.2. Escala de trabalho **variável** de trabalho aos sábados e /ou situações emergencial, numa média estimada de 4 dias;

10.1.7.3. **Desta forma tem-se como base mensal o total de 26 dias;**

10.1.7.4. Na gestão do contrato deve-se fazer o levantamento dos VT efetivamente utilizados no mês e em havendo saldo deverá ser feita a compensação no mês subsequente.

10.1.8. ATENÇÃO!!! A PROPOSTA DE PREÇO DEVERÁ CONTER A PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DAS CATEGORIAS DE MÃO DE OBRA ENVOLVIDAS NA CONTRATAÇÃO E SUAS RESPECTIVAS ABAS COMPOSTAS POR:

10.1.8.1. ABAS DAS PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DE CADA POSTO;

10.1.8.2. ABAS DAS PLANILHAS SECUNDÁRIAS DE CADA POSTO, CONSTANDO OS VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS OFERTADOS PARA OS EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS, EPIS E EPCS, KIT DE PRIMEIROS SOCORROS, UNIFORMES E O SOFTWARE DE MANUTENÇÃO;

10.1.8.3. ABA DE MATERIAIS COLETIVOS CONSTANDO OS VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS OFERTADOS;

10.1.8.4. ABA DE INSUMOS MENSAIS CONSTANDO OS VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS OFERTADOS;

10.1.8.5. ABA DO QUADRO RESUMO.

OBSERVAÇÃO: TODAS AS ABAS MENCIONADAS COMPÕEM UM ÚNICO ARQUIVO, DENOMINADO – **PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS.**

10.1.9. A licitante que for convocada para apresentar a planilha de custos deverá apresentar GFIP ou documento apto a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) do licitante, a fim de comprovar o **SAT apresentado na planilha.**

10.1.10. Serão provisionados recursos financeiros, nos percentuais previstos nas normas legais pertinentes e especificados na Planilha de Custo e Formação de Preços, para o pagamento de férias, 13º salário, rescisão contratual e indenização compensatória sobre o FGTS dos trabalhadores da Contratada empregados na execução do contrato, cujos valores retidos das faturas mensais serão depositados pelo Contratante em conta depósito vinculada, bloqueada para movimentação, conforme o disposto na Instrução Normativa nº 05/2017, e suas alterações, expedida pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

11. UNIFORMES

11.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

11.1.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

POSTO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ANUAL
ENGENHEIRO ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO	CALÇA JEANS	4
	CAMISAS POLO	4
	CINTO SOCIAL	2
	MEIA	10
SUPERVISOR DE CONSTRUÇÕES	CALÇA JEANS	4
	CAMISAS POLO	4
	CINTO SOCIAL	2
	MEIA	10
TEC ELETROTÉCNICA	Camisa eletricista conforme NR-6 e NR-10	4
	Calça eletricista conforme NR-6 e NR-10	4
	CINTO SOCIAL	2
	MEIA	10
ELETRICISTA	Camisa eletricista conforme NR-6 e NR-10	4
	Calça eletricista conforme NR-6 e NR-10	4
	CINTO SOCIAL	2
	MEIA	10
TÉCNICO REFRIGERAÇÃO	Camisa eletricista conforme NR-6 e NR-10	4
	Calça eletricista conforme NR-6 e NR-10	4
	CINTO SOCIAL	2
	MEIA	10
AUXILIAR DE REFRIGERAÇÃO	Camisa eletricista conforme NR-6 e NR-10	4
	Calça eletricista conforme NR-6 e NR-10	4
	CINTO SOCIAL	2
	MEIA	10
BOMBEIRO HIDRAULICO	Bata curta tipo Mecânico com bolsos, tecido tipo brim	4

OFICIAL DE MANUTENÇÃO	Calça para trabalho pesado, tecido tipo brim, com bolsos	4
	CINTO SOCIAL	2
	MEIA	10
	Camisa eletricista conforme NR-6 e NR-10	4
	Calça eletricista conforme NR-6 e NR-10	4
	CINTO SOCIAL	2
	MEIA	10

11.1.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos: **(podendo ser modificada a critério da Administração):**

11.1.3. Os tecidos e acabamentos, modelos (ou modelagens), cores e demais características dos itens referentes a uniformes deverão obrigatoriamente passar pela aprovação da administração deste órgão;

11.1.4. Os uniformes devem ser confeccionados de acordo com cada função em relação à resistência do tecido, bem como sapatos apropriados para cada função;

11.1.5. Os uniformes a serem utilizados pelos empregados deve-se levar em consideração o padrão mantido pelo órgão e as condições climáticas da região no decorrer do ano;

11.1.6. Todos os uniformes deverão possuir a logomarca da empresa;

11.1.7. As peças deverão ser entregues em tamanhos adequados para cada funcionário, sendo que, havendo necessidade de ajustes, estes correrão a cargo da CONTRATADA, sem repasse de custo para o empregado;

11.1.8. O conjunto de uniformes deverá ser composto das peças e especificações conforme a categoria e sexo do profissional, estando resguardado à Instituição o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados;

11.1.9. No prazo de 03 (três) dias úteis após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá submeter à aprovação da Fiscalização, modelo dos uniformes completos, masculino e feminino, a serem fornecidos aos funcionários;

11.1.10. Após aprovação a empresa terá até 20 (vinte) dias corridos para a entrega dos uniformes completos a seus respectivos funcionários; devendo ser efetivado da seguinte forma:

11.1.10.1 - 01 (UM) conjunto completo ao empregado, entenda-se por conjunto (02 calças, 02 camisas, 1- cinto e 5 meias), após aprovação da fiscalização, no prazo previsto no item acima, devendo ser substituído 01 (UM) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

11.1.11. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

11.1.12. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

11.1.13. No recibo deve constar no mínimo relação nominal dos empregados, especificação de cada peça entregue, com os respectivos quantitativos impreterivelmente assinados e datados por cada profissional na efetiva data de entrega de todas as peças que formam o conjunto de uniforme;

11.1.14. A distribuição dos uniformes será feita conjuntamente em dia único para a categoria, não podendo a CONTRATADA, em hipótese alguma, substituir a entrega aos seus empregados de qualquer das peças que compõe o conjunto de uniforme por pecúnia;

11.1.15. No caso do funcionário ser devolvido à empresa a devolução do uniforme, se houver, é de responsabilidade do funcionário com a empresa CONTRATADA;

11.1.16. A CONTRATADA deverá manter seu pessoal completa e constantemente uniformizado, com roupas e calçados em perfeito estado de conservação e aparência, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos equipamentos de proteção individual, conforme circunstância.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

12.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.

12.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

12.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

12.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

12.7.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

12.7.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

12.7.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

12.7.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

12.8. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

12.8.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

- 12.8.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
- 12.8.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 12.9. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 12.10. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 12.11. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 12.12. Arquivar, entre outros documentos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 12.13. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração;
- 13.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 13.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 13.7. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 13.8. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 13.9. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:
- 13.9.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- 13.9.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e
- 13.9.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
- 13.9.4. Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- 13.9.5. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.
- 13.10. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte;
- 13.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 13.12. Substituir, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;
- 13.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 13.13.1. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 13.14. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 13.15. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado

o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.15.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

13.16. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

13.17. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

13.18. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

13.19. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.20. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

13.20.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.20.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.20.3. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

13.21. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, devendo visitar as dependências da CONTRATADA 1(uma) vez por semana devidamente identificado através de crachá;

13.22. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.23. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

13.23.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.23.2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.23.2.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

13.24 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.25. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.27. Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

13.28. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

13.28.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

13.29. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.30. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.31. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

13.32. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.33. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.34. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

13.35. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

13.36. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

- 13.37. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.
- 13.38. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 13.39. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 13.40. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 13.41. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 13.42. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 13.43. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 13.44. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 13.45. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 13.46. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 13.47. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 13.48. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 13.49. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 13.49.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 13.49.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 13.49.3. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 13.50. Apresentar relatório mensal de manutenção, em meio impresso e/ou digital, assinado pelo engenheiro supervisor contendo as realizações/intervenções da equipe de manutenção durante o período.
- 13.51. Assumir a responsabilidade por todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados, quando da execução dos serviços, ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
- 13.52. Apresentar, após o início da prestação dos serviços, ficha dos empregados devidamente digitada, acondicionada em pasta suspensa contendo toda a identificação do funcionário: foto, tipo sanguíneo/fator RH, endereço e telefone para contato, dentre outros, mantendo-a atualizada sempre que ocorrer qualquer alteração;
- 13.53. Submeter à fiscalização da CONTRATANTE, os materiais a serem empregados nos serviços antes de executá-los;
- 13.54. Comunicar sempre e imediatamente ao Fiscal do Contrato quando da necessidade de execução de serviços de manutenção corretiva, bem como substituição de peças, que poderá acompanhar execução para certificar-se da originalidade e da genuinidade dos componentes;
- 13.55. Fornecer equipamentos, ferramentas, aparelhos, acessórios e todo o material, os quais deverão ser primeira linha, necessários à boa execução dos serviços, assumindo toda e qualquer responsabilidade pela guarda, transporte, carga e descarga, e pela sua respectiva perda; decorrente de roubo, furto ou outros fatos que possam vir a ocorrer;
- 13.56. Ampliar a relação de ferramentas e equipamentos quando necessário visando à otimização, agilidade e qualidade dos serviços prestados, sendo que devem ser disponibilizadas ferramentas nas quantidades que atendam às necessidades da CONTRATANTE;
- 13.57. Apresentar à CONTRATANTE relação de equipamentos e ferramentas à disposição os quais deverão estar locados em suas instalações e a sua disposição;
- 13.58. Remover do local dos serviços todo o entulho, sobras de materiais não utilizados e fazer a limpeza completa após a finalização da execução de cada serviço, despejando-os em local permitido pelas autoridades competentes;
- 13.59. Identificar os equipamentos e ferramentas fornecidos para perfeita execução do serviço;
- 13.60. Devolver a peça substituída dentro da embalagem original da peça substituta, bem como as que forem solicitadas, e que não foram usadas;
- 13.61. Manter na CONTRATANTE "Livro de Ocorrência" fornecido pela própria CONTRATADA, com folhas devidamente numeradas, onde serão feitas, pelo engenheiro, as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como indicações técnicas, início e término das etapas de serviços, causa e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, assuntos que requeiram providências das partes etc., devendo, necessariamente, ser apresentado ao fiscal do contrato, ao final de cada dia, para conhecimento e visto;
- 13.62. Levar ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para a adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar, por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer;
- 13.63. Atender a quaisquer serviços de emergência que se façam necessários, nos prazos mínimos exigidos, a critério da CONTRATANTE, mesmo que resulte tal incumbência em acréscimo de pessoal ou material, mesmo fora do horário normal de atendimento, inclusive aos sábados, domingos e feriados, sem ônus adicional;
- 13.64. Atender às instruções da CONTRATANTE quanto à execução e horários de realização dos serviços, permanência e circulação de pessoas nas suas dependências;
- 13.65. Cumprir a legislação e as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, diligenciando para que seus empregados trabalhem com Equipamento de Proteção Individual (EPI) e executem os testes necessários e definidos na legislação pertinente. A fiscalização da CONTRATANTE poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos, ficando o ônus da paralisação por conta da CONTRATADA;

13.66. Zelar pela área que lhe for entregue para uso, bem como pelos móveis e utensílios ali existentes, reparando-os ou substituindo-os por sua conta quando danificados ou extraviados, mediante prévia comunicação a CONTRATANTE, restituindo-os nas mesmas condições e quantidades em que lhe foram entregues para uso e gozo, ao término do Contrato;

13.67. Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas. A CONTRATADA não poderá utilizar o atraso no pagamento da fatura pela CONTRATANTE decorrente da falta de documentação exigida ou outras razões, como causa da não-promoção do pagamento dos empregados nas datas regulamentares;

13.68. Pagar aos seus funcionários, de acordo com as funções, adicional de insalubridade conforme laudo desta instituição (grau máximo – 40%) ou periculosidade nos termos da Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985 c/c Decreto nº 93.412 de 14 de outubro de 1986;

13.69. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências da CONTRATANTE, por meios próprios ou mediante ajuda de custo ou vale transporte, inclusive em casos de paralisação total ou parcial (ou greve) dos transportes coletivos, bem como nas situações onde se faça necessário a execução dos serviços em regime extraordinário;

13.69.1. Será permitida a utilização de veículos como ônibus, micro-ônibus, vans, táxis e carros de passeio, para o transporte dos empregados durante o período em que estiver prejudicada a oferta de veículos de transporte coletivo. Qualquer outra opção de veículo será analisada pelo fiscal do contrato, que a seu critério poderá aceitar ou não esta nova alternativa;

13.69.2. O custo referente a esta locomoção será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não podendo em hipótese alguma ser repassado, mesmo que uma parte dele, aos empregados a CONTRATANTE;

13.70. Assumir a responsabilidade pela qualidade dos materiais fornecidos, inclusive baterias, motores, bombas e outros, necessários à perfeita operação e funcionamento dos equipamentos e instalações dos sistemas, atendendo às recomendações contidas nos manuais dos fabricantes, reservando-se a contratante o direito de recusar qualquer material ou produto que apresentem indícios de serem reciclados;

13.71. Utilizar somente materiais, peças e componentes novos e originais, de primeira linha de fabricação;

13.72. Realizar os serviços de adaptações e modificações nas instalações existentes, decorrentes de possíveis alterações de *lay-out* que porventura venham a ocorrer, sem ônus adicional ao contrato, além do previsto na planilha de custos;

13.73. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, previdenciária, civil ou penal, relacionadas à prestação dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

13.74. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais em consequência de fato a si imputável e relacionado aos serviços contratados;

13.75. Manter, durante todo o período de vigência do ajuste, todas as condições de habilitação que ensejaram sua contratação;

13.76. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto no Contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE sendo, de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

13.77. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

13.78. Substituir qualquer empregado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes e/ou insatisfatórios;

13.79. Observar os Manuais de Instruções dos Aparelhos, Normas Técnicas Específicas relativas a cada equipamento, bem como a periodicidade e as demais orientações prescritas pelo CONTRATANTE;

13.80. Entregar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, relatório técnico detalhando todos os serviços efetivamente realizados, e, ainda, todas as informações necessárias e suficientes sobre a operacionalização dos sistemas. O relatório deverá conter, ainda, indicação das manutenções corretivas realizadas durante o mês e relação dos materiais substituídos, inclusive contendo propostas técnicas de solução dos problemas detectados em manutenções preventivas e não solucionados. A não entrega do relatório poderá caracterizar inexecução parcial do contrato;

13.81. Executar os serviços que possam resultar na paralisação de qualquer sistema por período superior a 01 (uma) hora, somente mediante prévia autorização do CONTRATANTE;

13.82. Acompanhar os serviços por meio de sistema computadorizado, mantendo software de acompanhamento da manutenção e emissão de relatórios, além do banco de dados de peças e equipamentos sempre atualizado;

13.83. A manutenção corretiva será realizada sempre que necessária e a qualquer tempo, devendo a CONTRATADA comunicar imediatamente os problemas a CONTRATANTE quando forem identificados;

13.84. Proibir, terminantemente, o uso de qualquer dependência da CONTRATANTE, como alojamento ou moradia de pessoal ou fim diverso do permitido, mesmo que transitório;

13.85. Manter os sistemas constantes do objeto deste Termo de Referência em bom estado de funcionamento, mediante a correção dos defeitos e verificações técnicas necessárias, efetuando reparos, manutenção preventiva e corretiva, lubrificação, limpeza, bem como a substituição de peças, quando necessário, utilizando, nos casos em que couber, sinalização adequada para cada tipo de serviço, como placas do tipo "EM MANUTENÇÃO";

13.86. Acompanhar e controlar diariamente o consumo de água e energia elétrica, responsabilizando-se em comunicar, de imediato a fiscalização quando detectado eventual aumento no consumo, propondo solução, devendo, neste caso, apresentar as medições com gráficos demonstrativos, mantendo a eficiência energética (água, energia elétrica e demais constituintes/envolvidos);

13.87. Realizar, semestralmente, a inspeção termográfica nas instalações dos painéis de baixa tensão, do quadro de transferência e comando de grupos geradores e dos quadros de distribuição, resultando em um relatório específico, devendo o mesmo ser completo, contendo de forma impressa, as respectivas temperaturas dos pontos da instalação considerados críticos e/ou suspeitos e indicando as providências a serem tomadas. A inspeção termográfica deverá ser realizada através de termovisor que possibilite o registro das imagens térmicas geradas, de forma fotográfica ou digitalizadas;

13.88. Participar de reuniões para assessoramento, quando se tratar de planejamentos referente às áreas objeto do presente Termo de Referência, inclusive propor melhorias nas instalações, com vistas a otimizar os sistemas instalados;

13.89. Registrar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) da região competente, indicando o (s) responsáveis pelos serviços, devendo o comprovante (uma via da ART) ser apresentado à Fiscalização no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do Contrato, sob pena de não recebimento da fatura;

13.90. É vedado à CONTRATADA sob pena de rescisão contratual: a transferência, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira ou veicular publicidade acerca do Contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

13.91. DAS OBRIGAÇÕES com o PREPOSTO, é de responsabilidade da CONTRATADA:

13.91.1. Nomear preposto, para orientar a execução dos serviços, bem como manter contato com o fiscal da CONTRATANTE, nomeado por portaria, solicitando às providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, recebendo as reclamações daquele e, por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas, conforme art. 68 da lei nº 8666/93, descrito abaixo;

13.91.2. A nomeação prevista no item anterior deverá ser feita por escrito, em documento assinado por representante legal da empresa CONTRATADA, fazendo constar os dados mínimos necessários do preposto tais como: nome, CPF, RG, e-mail e nº de telefone celular com disponibilidade para atendimento e contato com o fiscal, bem como com os funcionários alocados para recebimento e providências que se fizerem necessários.

13.91.3. O preposto selecionado deve ser profissional que tenha capacidade e autonomia gerencial para planejamento logístico e a movimentação local de recursos financeiros, materiais e humanos necessários para assegurar a dinâmica operacional e o controle implícitos à execução eficaz do serviço;

13.91.4. O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Administração da CONTRATANTE, deverá apresentar-se ao órgão, no primeiro dia útil após assinatura do Contrato, para assinar, juntamente com o servidor designado para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado a registrar as principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e à execução do contrato, relativos à sua competência;

13.91.5. Feito o contato inicial o preposto deve contatar com o Fiscal do Contrato e visitar as dependências da CONTRATADA 1(uma) vez por semana devidamente identificado através de crachá;

13.91.6. A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

13.92. Fornecer aos seus empregados benefícios, conforme estabelecidos pela Convenção Coletiva de Trabalho vigente da categoria;

13.93. Apresentar, no momento da licitação, os acordos ou convenções coletivas que regem as categorias profissionais vinculadas à execução do serviço;

13.94. Assumir todas as responsabilidades relacionadas ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito tomando todas as medidas necessárias;

13.95. Emitir o CAT - Comunicado de Acidente de Trabalho, em formulário próprio do INSS, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências do LFDA/PE e Unidades Externas;

13.96. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração e as previstas no PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, quando couber;

13.97. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;

13.98. Registrar e controlar a assiduidade e a pontualidade de seus empregados e apresentar relatórios mensais de frequência, abatendo faltas e atrasos, bem como as ocorrências havidas permitindo à FISCALIZAÇÃO o acesso ao controle de frequência;

13.99. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, conforme exigência legal prevista na CCT;

13.100. Disponibilizar software específico e apropriado para gerenciamento e controle das atividades, com as características mínimas detalhadas neste Termo de Referência;

13.101. Fornecer aos seus empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;

13.102. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

13.102.1. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos assim como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

13.102.2. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela CONTRATADA: Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes, com sua substituição por outras atóxicas ou de menor toxicidade, sempre que possível. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação. Realização do descarte adequado de materiais tóxicos como óleo de motor, lâmpadas fluorescentes e reatores, pilhas e baterias, e/ou similares, sempre apresentando à CONTRATANTE a comprovação deste descarte, de forma ecologicamente correta.

13.102.3. Os materiais empregados pela CONTRATADA deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

13.102.4. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água.

13.102.5. A CONTRATADA deverá acatar todas as orientações do LFDA-PE no tocante à política e procedimentos de gerenciamento e descarte de resíduos, bem como o estabelecido na IT SBIO 5.3.001 - Gerenciamento e descarte de resíduos, que estabelece as diretrizes sobre o gerenciamento e adequação dos resíduos gerados no LFDA-PE.

13.102.6. A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

13.102.7. A CONTRATADA deverá instruir os seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE, autorizando a participação destes em eventos de capacitação e sensibilização promovidos pela CONTRATANTE.

13.102.8. A CONTRATADA deverá retirar, sob orientação da Fiscalização, todos os materiais substituídos durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento e/ou recolhimento a depósito indicado pela CONTRATANTE.

13.102.9. Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulhos, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleos e graxas, deverão ser adequadamente separados, para posterior descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes.

13.102.10. A CONTRATADA deverá adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como: pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham, em suas composições, chumbo, mercúrio e seus compostos, remetendo-os para os estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias.

13.102.11. Tratamento idêntico deverá ser dispensado às lâmpadas fluorescentes e os frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

13.102.12. A CONTRATADA deverá estabelecer, em comum acordo com a CONTRATANTE, procedimentos e rotinas voltados ao monitoramento e melhoria contínua da eficiência energética e hidráulica da edificação e de seus equipamentos.

13.102.13. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, periodicamente e sempre que demandada, dados acerca do desempenho elétrico e hidráulico da edificação e de seus equipamentos, bem como informação a respeito das medidas adotadas para o incremento da sua eficiência.

13.102.14. A CONTRATADA deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, vigentes em níveis nacional, estadual e municipal.

13.102.15. A CONTRATADA deverá observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio. Assim como, verificar com a contratante se há plano de descarte para o material adquirido, podendo ser vedada a aquisição conforme resíduo produzido.

13.102.16. Apresentar na fase de HABILITAÇÃO, DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, conforme MODELO EM ANEXO NO EDITAL, respeitando as normas de proteção do meio ambiente anexo do Edital.

13.103. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

13.103.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

13.103.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

13.102.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

13.104. Realizar o cadastramento no SEI (Sistema Eletrônico de Informações) para assinatura eletrônica dos documentos decorrentes da licitação visando garantir o acesso e uso contínuo dos documentos digitais, conforme preconizado no Decreto nº 8539/2015.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

16.3. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II – Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III – Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

IV - Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

16.4. Será verificado pelo LFDA/PE a melhor composição da equipe de fiscalização, dentre as acima relacionadas, que será responsável pelo acompanhamento do processo e será designada antes da implantação dos serviços.

16.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

16.6. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

16.7. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

- a.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e
- a.3. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.
- b) Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
- b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- c) Entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:
- c.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- c.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;
- c.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- c.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- c.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- d.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- d.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- d.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- d.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 16.8. A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 16.9. No caso de cooperativas:
- a) recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;
- b) recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;
- c) comprovante de distribuição de sobras e produção;
- d) comprovante da aplicação do Fundo Assistência Técnica Educacional e Social (Fates);
- e) comprovante da aplicação em Fundo de reserva;
- f) comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias; e
- g) eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.
- 16.10. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 16.11. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.7 acima deverão ser apresentados.
- 16.12. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 16.13. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
- 16.14. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 16.15. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 16.16. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:
- 16.16.1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):
- a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
- b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;
- c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
- d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);
- e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;
- f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

- g.1. Relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;
- g.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e
- g.4. Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

16.16.2. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

- a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
- b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
- c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;
- d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

16.16.3. Fiscalização diária:

- a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.
- b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.
- c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

16.17. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

16.18. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

16.19. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

16.19.1. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

16.20. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
- c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

16.21. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto neste **Termo de Referência**, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.21.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.22. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.23. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.24. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.25. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.26. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.27. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.28. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.29. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.30. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.31. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.32. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.33. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.34. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

16.34.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

16.34.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

16.34.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

16.35. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

16.36. A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.37. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

16.38. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.1.4. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

17.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.4.1. O prazo de validade;

18.4.2. A data da emissão;

18.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

18.4.4. O período de prestação dos serviços;

18.4.5. O valor a pagar; e

18.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

18.6.1. Não produziu os resultados acordados;

18.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

18.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

18.16.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

18.16.2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

18.16.3. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

18.17. A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

18.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
		365	

19. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

19.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

19.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

19.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

19.3. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

19.4. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

19.4.1. 13º (décimo terceiro) salário;

19.4.2. Férias e um terço constitucional de férias;

19.4.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

19.4.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

19.4.5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

19.5. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

19.6. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

19.7. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

19.8. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

19.8.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

19.8.2. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

19.8.3. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

19.9. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP nº 5/2017.

20. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

20.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuído, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

20.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

20.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

20.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

20.3.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

20.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

20.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

20.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

20.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

20.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

20.7.1. Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

20.7.2. Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

20.7.3. Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

20.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

20.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

20.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

20.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

20.12. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

20.13. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IGPM/FGV**, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

20.13.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

20.13.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.13.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.13.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

20.13.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

20.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

20.14.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

20.14.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

20.14.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

20.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

20.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

20.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

20.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

20.19. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21. GARANTIA DA EXECUÇÃO

21.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

21.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

21.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

21.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

21.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

21.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

21.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

21.4.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

21.4.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

21.4.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

21.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

21.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

21.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

21.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

21.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

21.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

21.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

21.12. Será considerada extinta a garantia:

21.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

21.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

21.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

21.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

21.15. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

21.15.1. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

21.16. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

22.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

22.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

22.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

22.1.5. Cometer fraude fiscal.

22.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

22.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

22.2.2. **Multa de:**

22.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

22.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

22.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

22.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

22.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

22.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

22.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

22.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência

22.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.3. As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

22.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03

Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

22.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

22.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

22.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

22.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

22.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

23.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

23.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

23.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor ~~serão~~ estão previstos no edital.

23.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

23.4.1. Valor total do grupo: R\$ **1.170.002,04** (Um milhão cento e setenta mil, dois reais e quatro centavos), sendo **R\$1.020.002,04** (Um milhão, vinte mil, dois reais e quatro centavos) referente ao serviço da mão de obra (POSTOS DE TRABALHO); e **R\$150.000,00** (cento e cinquenta mil reais) estabelecido pela Administração para peças, materiais, insumos diversos, que serão pagos por demanda de acordo com a forma prevista em item específico neste Termo de Referência.

23.4.2. Valores unitários: conforme Planilhas de Custo e Formação de Preços – PCFP anexa ao edital.

23.4.3. O critério de julgamento da proposta é o menor preço total do grupo.

23.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

24. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

24.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

24.2. Tal valor foi obtido por meio do preenchimento das Planilhas de Custo e Formação de Preços – PCFP, bem como todas as abas constantes na mesma.

25. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Unidade:	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária Em Pernambuco – LFDA/PE
----------	--

CNPJ:	00.396.895/0071-38
UASG:	130016
Gestão:	001
Fonte:	0100
Plano Interno:	FUNLABBRO
PTRES:	188778/22101/13007
Elemento de Despesas:	339037
	339030

Recife, 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIO FLAVIO AYRES DE ALBUQUERQUE, ENGENHEIRO CIVIL**, em 17/11/2020, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA DE FARIAS CORDEIRO, Auditor Fiscal Federal Agropecuário**, em 17/11/2020, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12713665** e o código CRC **A90F6788**.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

ANEXO II

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

(SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA)

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
COMUM DE ENGENHARIA Nº/...., QUE FAZEM
ENTRE SI O(A)..... E A
EMPRESA**

A UNIÃO, por intermédio do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, através do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária e Pernambuco - LFDA/PE, com sede na Rua Dom Manoel de Medeiros s/nº – Campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco – CEP 52171-030, na cidade de Recife/Estado PE, inscrito no CNPJ sob o nº 00.396.895/0071-38, neste ato representado pela Coordenadora Cláudia de Farias Cordeiro, nomeada pela Portaria nº 2.817, de 19 de dezembro de 2016, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2016, inscrita no CPF nº 588.962.794-53, portadora da Carteira de Identidade nº 2.237.909 SDS/PE, ou sua substituta, Sra. Adriana Soares Leite, nos termos da Portaria da Secretaria Executiva do MAPA nº 291 de 02/02/2017, publicada no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 2017, tendo em vista o que consta no Processo nº 21002.000520/2020-24 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº **XXX/20XX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviço comum de engenharia, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

1.3. Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE / POSTOS	HORÁRIO/ PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VALORES
...					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (....), perfazendo o valor total de R\$ (....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 001/130016

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: PTRES -188778/22101/13007

Elemento de Despesa: 339037/339030

PI: FUNLABBRO

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA – SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

12.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

12.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

12.7.1. A garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

12.7.2. Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

12.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

12.9. A CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de..... de 20....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 –

2 -



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

ANEXO III

TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL ENTRE A UNIÃO E O MINISTÉRIO PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de- obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, I e IV da Constituição Federal);



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - **A UNIÃO abster-se-á** de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;**
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO

Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO

Sub-Procuradora-Regional da União – 1ª Região Advogado da União Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE

REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÕES DE PREÇOS

Processo nº:
 Licitação nº:
 Data do Pregão: DD/MM/AAAA Horário: XX:XX hrs
 Pregão nº XXXX/20XX

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/ UF	Recife
		Engenheiro Eletricista
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Unidade de medida	Posto
2	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	1
3	Cargo:	Engenheiro Elétricista de Manutenção

MÃO-DE-OBRA

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo do serviço	Engenheiro Eletricista de Manutenção
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	2143
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 8.360,00
4	Categoria profissional	Construção Civil
5	Data base da categoria	1/5/2020

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1 Composição da remuneração					Valor (R\$)
A	Salário base				
B	Adicional de periculosidade	Sim/Não	S		R\$ -
C	Adicional de insalubridade	Sim/Não	N	40%	R\$ -
D	Adicional noturno				
E	Hora noturna adicional - ou hora noturna reduzida				
F	Adicional de hora extra no feriado				
G	Outros (especificar)				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO					R\$ -

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias		
2.1	13º salário e adicional de férias	Valor (R\$)
A	13º salário	R\$ -
B	Adicional de Férias	R\$ -
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ -
TOTAL		R\$ -

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições		
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Valor (R\$)
A	INSS	R\$ -
B	Salário Educação	R\$ -
C	Seguro Acidente do Trabalho (RATxFAP)	R\$ -
D	SESC ou Sesi	R\$ -
E	SENAI ou SENAC	R\$ -
F	SEBRAE	R\$ -
G	INCRA	R\$ -
H	FGTS	R\$ -

TOTAL		36,80%	R\$ -
--------------	--	---------------	--------------

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários							
2.3 Benefícios Mensais e Diários							Valor (R\$)
A	Transporte	SIM/NÃO	Valor	Passagens	Dias	Desconto	R\$ -
		S		2	26	R\$ -	
B	Auxílio Alimentação (almoço)		SIM/NÃO	Valor	Dias	Desconto	R\$ -
			S		22	R\$ -	
C	Café da manhã (gratuito)		S		22	R\$ -	R\$ -
D	Auxílio Creche						
E	Seguro de vida, invalidez e funeral						
TOTAL							R\$ -

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO		
3	Provisão para Rescisão	(%) Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42% R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03% R\$ -
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00% R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94% R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71% R\$ -
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	2,00% R\$ -
TOTAL		7,10% R\$ -

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		
4.1	Substituto nas Ausências Legais	(%) Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	9,075% R\$ -
B	Substituto na Cobertura das Ausências Legais	0,27% R\$ -
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	0,02% R\$ -
D	Substituto na Cobertura das Ausências por Acidente de Trabalho	0,33% R\$ -
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,060% R\$ -
F	Substituto na Cobertura de Outras Ausências (doença)	1,66% R\$ -
TOTAL		11,42% R\$ -

Submódulo 4.2 - Intra jornada		
4.2	Substituto na Intra jornada	(%) Valor (R\$)
A	Substituto no Intervalo para Repouso ou Alimentação	R\$ -
TOTAL		R\$ -

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausência Legais	R\$ -
4.2	Substituto na Intra jornada	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS		Valor (R\$)
5	Insumos Diversos	
A	Equipamentos, Ferramentas e Utensílios	R\$ -
B	EPI'S + EPC'S	R\$ -
C	Kit de Primeiros Socorros	R\$ -
D	Uniformes (custo mensal por empregado)	R\$ -
E	Software de gestão de manutenção	R\$ -

F	Insumos Mensais	R\$	-
TOTAL		R\$	-

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		(%)	Valor (R\$)
A	Custos indiretos		5,00%	R\$ -
B	Lucro		5,00%	R\$ -
C	Tributos			
	C.1	Tributos Federais	PIS	7,60% R\$ -
	C.2		COFINS	1,65% R\$ -
	C.3	Tributos Municipais	ISS	5,00% R\$ -
TOTAL				R\$ -

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
SUBTOTAL (A+B+C+D+E)		R\$ -
F	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ -
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ -

QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
neiro Eletricista de Manu	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -
Valor mensal dos serviços					R\$ -
Valor Mensal estimado dos produtos/materiais (Os produtos/materiais serão pagos pelo efetivo)					
VALOR ESTIMADO MENSAL DA CONTRATAÇÃO					R\$ -

QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	
DESCRIÇÃO	VALOR
Valor mensal do serviço	R\$ -
Número de meses de execução contratual	12
Valor global da proposta (Valor Mensal x Meses de Execução)	R\$ -

ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA PLANILHA

INFORMAÇÕES E DADOS PARA CÁLCULO

Informar a Data da Apresentação da Proposta
 Informar o Município e UF
 Informar qual CCT Base e Ano
 Informar Nº de Meses da Execução Contratual de Acordo com o Termo de Referência

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Informar a Unidade de Medida de Acordo com o Termo de Referência
 Informar a Quantidade a Contratar de Acordo com o Termo de Referência
 Informar o Cargo a ser Preenchido

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra
Informar o Tipo de Serviço

Informar o CBO da Ocupação
 Informar o Salário Normativo contido na CCT
 Informar a Categoria Profissional
 Informar a Data Base da Categoria

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1 Composição da remuneração

Cálculo = Se Houver Adicional - Marcar S (Campo E34) para o cálculo Salário Mínimo ou Regional (campo F33) x Percentual de 10%, 20% ou 40% dependendo do grau de insalubridade (campo G33) ser gerado no Campo H34
 Soma dos Itens A a G

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias

2.1 13º salário e adicional de férias

Soma dos Itens A a C

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2 GPS, FGTS e outras contribuições

Cálculo = Percentual Legal de 20% (Campo H50) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Percentual Legal de 2,50% (Campo H51) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Multiplicação dos Fatores RAT x FAT - Valor que poderá ser no máximo de 3% (Campo H52) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Percentual Legal de 1,50% (Campo H53) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Percentual Legal de 1,00% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Percentual Legal de 0,60% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Percentual Legal de 0,20% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Percentual Legal de 8,00% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Soma dos Itens A a H

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3 Benefícios Mensais e Diários

Caso não seja previsto Auxílio Transporte, marcar a opção "N" no Campo C63
 Cálculo = Valor Unitário da Passagem (Campo D63) x Quant. (Campo E63) x Total de Dias (Campo F63) - Desconto (6% do Total da Remuneração - Campo G63)
 Caso não seja previsto Auxílio Alimentação/Refeição, marcar a opção "N" no Campo D65
 Cálculo = Valor Unitário do Vale (Campo E65) x Total de Dias (Campo F65) - Desconto (verificar se há ou não desconto na CCT e aplicar)
 Inserir o valor por funcionário no campo H66 se houver previsão na CCT
 Cálculo = 10% do piso salarial do profissional previsto na CCT /12 meses
 Cotação de preços
 Soma dos Itens A a E

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS

2 Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Soma do Total do Módulo 2.1 extraída do Campo H46
 Soma do Total do Módulo 2.2 extraída do Campo I58
 Soma do Total do Módulo 2.3 extraída do Campo H68
 Soma dos Itens 2.1 + 2.2 + 2.3

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO

3 Provisão para Rescisão

Cálculo = Percentual de 1/12 * 0,05 (Campo H80) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Percentual de 8% x 0,42% do APT (Campo H81) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Anexo XII da IN 5/2017: Para os órgãos que trabalham com Conta Vinculada, a soma das Multas do FGTS (itens C + F) deve ser igual a 4% Fonte: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1238-extincao-contribuicao-social-sobre-o-fgts>
 Cálculo = ((1/30)*7)/12 = Percentual de 1,94% (Campo H84) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Percentual do Submódulo 2.2 (Campo H58) x Percentual do Aviso Prévio Trabalhado (H84) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Anexo XII da IN 5/2017: Para os órgãos que trabalham com Conta Vinculada, a soma das Multas do FGTS (itens C + F) deve ser igual a 4%. Fonte: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1238-extincao-contribuicao-social-sobre-o-fgts>
 Soma dos Itens A a F

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**Submódulo 4.1 - Ausências Legais**

Cálculo = Percentual de 9,075% (Campo H92) x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de 0,274%=(1/365)*100 - fonte TCU) (Campo H93) x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de 0,021%=(5/365)*0,015*100 - fonte TCU (Campo H94) x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de 0,33%=[(15/365)*0,08*100] - fonte TCU (Campo H95)x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de 0,06%=[(1/12)*0,02*(4/12)100]- fonte TCU (Campo H96)x Total da Remuneração (Campo H38)

5,96 dias/ano IBGE. (5,96 dias/30 dias) x (1/12 meses) = 0,0166 = 1,66%

Soma dos Itens A a F

Submódulo 4.2 - Intra jornada**QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE****4 Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

Soma Total do Submódulo 4.1 extraída do Campo H98

Soma Total do Submódulo 4.2 extraída do Campo H103

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS**5 Insumos Diversos**

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto.

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO**6 Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

Cálculo = % (Campo H123) x Módulo 1 a 5 (Campo H139)

Cálculo = % (Campo H124) x Módulo 1 a 5 (Campo H139)

Cálculo = % (Campo H126) x Módulo 1 a 5 (Campo H139) + Custos Indiretos (Campo I123) + Lucro (Campo I124)

Cálculo = % (Campo H127) x Módulo 1 a 5 (Campo H139) + Custos Indiretos (Campo I123) + Lucro (Campo I124)

Cálculo = % (Campo H128) x Módulo 1 a 5 (Campo H139) + Custos Indiretos (Campo I123) + Lucro (Campo I124)

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)

Cálculo = Soma do Módulo 1 extraído do Campo H38

Cálculo = Soma do Módulo 2 extraído do Campo H77

Cálculo = Soma do Módulo 3 extraído do Campo H87

Cálculo = Soma do Módulo 4 extraído do Campo H110

Cálculo = Soma do Módulo 5 extraído do Campo H1119

Soma dos Itens A a E

Cálculo = Soma do Módulo 6 extraído do Campo H129

Soma dos Itens A a E + F

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÕES DE PREÇOS

Processo nº:
 Licitação nº:
 Data do Pregão: DD/MM/AAAA Horário: XX:XX hrs Pregão nº XXXX/20XX

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/ UF	Recife
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	SINDICATO DA IND DA CONSTRUCAO CIVIL NO ESTADO DE PE
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Unidade de medida	Posto
2	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	1
3	Cargo:	Supervisor de Construções e Manutenção

MÃO-DE-OBRA

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo do serviço	Supervisor de Construções e Manutenção
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7102
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.568,60
4	Categoria profissional	Construção Civil
5	Data base da categoria	1/5/2020

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da remuneração					Valor (R\$)	
A	Salário base						
B	Adicional de periculosidade	Sim/Não	N			R\$	-
C	Adicional de insalubridade	Sim/Não	S		40%	R\$	-
D	Adicional noturno						
E	Hora noturna adicional - ou hora noturna reduzida						
F	Adicional de hora extra no feriado						
G	Outros (especificar)						
TOTAL DA REMUNERAÇÃO						R\$	-

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias		
2.1	13º salário e adicional de férias	Valor (R\$)
A	13º salário	R\$ -
B	Adicional de Férias	R\$ -
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ -
TOTAL		R\$ -

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições		
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Valor (R\$)
A	INSS	R\$ -
B	Salário Educação	R\$ -
C	Seguro Acidente do Trabalho (RATxFAP)	R\$ -
D	SESC ou Sesi	R\$ -
E	SENAI ou SENAC	R\$ -
F	SEBRAE	R\$ -
G	INCRA	R\$ -
H	FGTS	R\$ -

TOTAL	36,80%	R\$	-
--------------	---------------	------------	----------

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários							
2.3 Benefícios Mensais e Diários							Valor (R\$)
A	Transporte	SIM/NÃO	Valor	Passagens	Dias	Desconto	R\$ -
		S		2	26	R\$ -	
B	Auxílio-Alimentação (almoço)	SIM/NÃO	Valor	Dias	Desconto		R\$ -
		S		22	R\$ -		
C	Café da manhã (gratuito)	S		22	R\$ -		R\$ -
D	Auxílio Creche						R\$ -
E	Seguro de vida, invalidez e funeral						
TOTAL							R\$ -

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	(%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ -
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ -
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	2,00%	R\$ -
TOTAL		7,10%	R\$ -

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais	(%)	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	9,075%	R\$ -
B	Substituto na Cobertura das Ausências Legais	0,27%	R\$ -
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ -
D	Substituto na Cobertura das Ausências por Acidente de Trabalho	0,33%	R\$ -
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,060%	R\$ -
F	Substituto na Cobertura de Outras Ausências (doença)	1,66%	R\$ -
TOTAL		11,42%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Intra jornada			
4.2	Substituto na Intra jornada	(%)	Valor (R\$)
A	Substituto no Intervalo para Repouso ou Alimentação		R\$ -
TOTAL		R\$	-

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausência Legais	R\$ -
4.2	Substituto na Intra jornada	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)	
A	Equipamentos, Ferramentas e Utensílios	R\$	-
B	EPI'S + EPC'S	R\$	-
C	Kit de Primeiros Socorros	R\$	-
D	Uniformes (custo mensal por empregado)	R\$	-
E	Software de gestão de manutenção	R\$	-

F	Insumos Mensais	R\$	-
TOTAL		R\$	-

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		(%)	Valor (R\$)
A	Custos indiretos		5,00%	R\$ -
B	Lucro		5,00%	R\$ -
C	Tributos			
	C.1	Tributos Federais	PIS	7,60% R\$ -
	C.2		COFINS	1,65% R\$ -
	C.3	Tributos Municipais	ISS	5,00% R\$ -
TOTAL			24,25%	R\$ -

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
SUBTOTAL (A+B+C+D+E)		R\$ -
F	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ -
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ -

QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (D x E)	(F) =
or de Construções e Ma	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -	-
Valor mensal dos serviços					R\$	-
Valor Mensal estimado dos produtos/materiais (Os produtos/materiais serão pagos pelo efetivo)						
VALOR ESTIMADO MENSAL DA CONTRATAÇÃO					R\$	-

QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	
DESCRIÇÃO	VALOR
Valor mensal do serviço	R\$ -
Número de meses de execução contratual	12
Valor global da proposta (Valor Mensal x Meses de Execução)	R\$ -

ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA PLANILHA

INFORMAÇÕES E DADOS PARA CÁLCULO

Informar a Data da Apresentação da Proposta
 Informar o Município e UF
 Informar qual CCT Base e Ano
 Informar Nº de Meses da Execução Contratual de Acordo com o Termo de Referência

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Informar a Unidade de Medida de Acordo com o Termo de Referência
 Informar a Quantidade a Contratar de Acordo com o Termo de Referência
 Informar o Cargo a ser Preenchido

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

Informar o Tipo de Serviço

Informar o CBO da Ocupação
 Informar o Salário Normativo contido na CCT
 Informar a Categoria Profissional
 Informar a Data Base da Categoria

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1 Composição da remuneração

Cálculo = Se Houver Adicional - Marcar S (Campo E34) para o cálculo Salário Mínimo ou Regional (campo F33) x Percentual de 10%, 20% ou 40% dependendo do grau de insalubridade (campo G33) ser gerado no Campo H34
 Soma dos Itens A a G

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias

2.1 13º salário e adicional de férias

Soma dos Itens A a C

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2 GPS, FGTS e outras contribuições

Cálculo = Percentual Legal de 20% (Campo H50) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Percentual Legal de 2,50% (Campo H51) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Multiplicação dos Fatores RAT x FAT - Valor que poderá ser no máximo de 3% (Campo H52) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Percentual Legal de 1,50% (Campo H53) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Percentual Legal de 1,00% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Percentual Legal de 0,60% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Percentual Legal de 0,20% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Percentual Legal de 8,00% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Soma dos Itens A a H

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3 Benefícios Mensais e Diários

Caso não seja previsto Auxílio Transporte, marcar a opção "N" no Campo C63
 Cálculo = Valor Unitário da Passagem (Campo D63) x Quant. (Campo E63) x Total de Dias (Campo F63) - Desconto (6% do Total da Remuneração - Campo G63)
 Caso não seja previsto Auxílio Alimentação/Refeição, marcar a opção "N" no Campo D65
 Cálculo = Valor Unitário do Vale (Campo E65) x Total de Dias (Campo F65) - Desconto (verificar se há ou não desconto na CCT e aplicar)
 Inserir o valor por funcionário no campo H66 se houver previsão na CCT
 Cálculo = 10% do piso salarial do profissional previsto na CCT /12 meses
 Cotação de preços
 Soma dos Itens A a E

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2 Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Soma do Total do Módulo 2.1 extraída do Campo H46
 Soma do Total do Módulo 2.2 extraída do Campo I58
 Soma do Total do Módulo 2.3 extraída do Campo H68
 Soma dos Itens 2.1 + 2.2 + 2.3

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO

3 Provisão para Rescisão

Cálculo = Percentual de 1/12 * 0,05 (Campo H80) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Percentual de 8% x 0,42% do APT (Campo H81) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Anexo XII da IN 5/2017: Para os órgãos que trabalham com Conta Vinculada, a soma das Multas do FGTS (itens C + F) deve ser igual a 4% Fonte: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1238-extincao-contribuicao-social-sobre-o-fgts>
 Cálculo = ((1/30)*7)/12 = Percentual de 1,94% (Campo H84) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Percentual do Submódulo 2.2 (Campo H58) x Percentual do Aviso Prévio Trabalhado (H84) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Anexo XII da IN 5/2017: Para os órgãos que trabalham com Conta Vinculada, a soma das Multas do FGTS (itens C + F) deve ser igual a 4%. Fonte: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1238-extincao-contribuicao-social-sobre-o-fgts>
 Soma dos Itens A a F

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**Submódulo 4.1 - Ausências Legais**

Cálculo = Percentual de 9,075% (Campo H92) x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de 0,274%=(1/365)*100 - fonte TCU (Campo H93) x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de 0,021%=(5/365)*0,015*100 - fonte TCU (Campo H94) x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de 0,33%=[(15/365)*0,08*100] - fonte TCU (Campo H95)x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de 0,06%=[(1/12)*0,02*(4/12)100]- fonte TCU (Campo H96)x Total da Remuneração (Campo H38)

5,96 dias/ano IBGE. (5,96 dias/30 dias) x (1/12 meses) = 0,0166 = 1,66%

Soma dos Itens A a F

Submódulo 4.2 - Intra jornada**QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE****4 Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

Soma Total do Submódulo 4.1 extraída do Campo H98

Soma Total do Submódulo 4.2 extraída do Campo H103

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS**5 Insumos Diversos**

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto.

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO**6 Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

Cálculo = % (Campo H123) x Módulo 1 a 5 (Campo H139)

Cálculo = % (Campo H124) x Módulo 1 a 5 (Campo H139)

Cálculo = % (Campo H126) x Módulo 1 a 5 (Campo H139) + Custos Indiretos (Campo I123) + Lucro (Campo I124)

Cálculo = % (Campo H127) x Módulo 1 a 5 (Campo H139) + Custos Indiretos (Campo I123) + Lucro (Campo I124)

Cálculo = % (Campo H128) x Módulo 1 a 5 (Campo H139) + Custos Indiretos (Campo I123) + Lucro (Campo I124)

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)

Cálculo = Soma do Módulo 1 extraído do Campo H38

Cálculo = Soma do Módulo 2 extraído do Campo H77

Cálculo = Soma do Módulo 3 extraído do Campo H87

Cálculo = Soma do Módulo 4 extraído do Campo H110

Cálculo = Soma do Módulo 5 extraído do Campo H1119

Soma dos Itens A a E

Cálculo = Soma do Módulo 6 extraído do Campo H129

Soma dos Itens A a E + F

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÕES DE PREÇOS

Processo nº:

Licitação nº:

Data do Pregão: DD/MM/AAAA

Horário:

Pregão nº XXXX/20XX

XX:XX hrs

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/ UF	Recife
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	SINDICATO DA IND DA CONSTRUCAO CIVIL NO ESTADO DE PE
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Unidade de medida	Posto
2	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	1
3	Cargo:	TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA

MÃO-DE-OBRA

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo do serviço	Técnico em Eletrotécnica
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	3131
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.568,60
4	Categoria profissional	Construção Civil
5	Data base da categoria	1/5/2020

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da remuneração				Valor (R\$)
A	Salário base				
B	Adicional de periculosidade	Sim/Não	S		R\$ -
C	Adicional de insalubridade	Sim/Não	N	40%	R\$ -
D	Adicional noturno				
E	Hora noturna adicional - ou hora noturna reduzida				
F	Adicional de hora extra no feriado				
G	Outros (especificar)				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO					R\$ -

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias

2.1	13º salário e adicional de férias	(%)	Valor (R\$)
A	13º salário	8,3%	R\$ -
B	Adicional de Férias	3,0%	R\$ -
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	7,5%	R\$ -
TOTAL		18,88%	R\$ -

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	(%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	Seguro Acidente do Trabalho (RATx FAP)	RAT 3,0 FAP 1,0	R\$ -
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ -
E	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -

TOTAL	36,80%	R\$ -
--------------	---------------	--------------

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários						
2.3	Benefícios Mensais e Diários					Valor (R\$)
A	Transporte	SIM/NÃO	Valor	Passagens	Dias	Desconto
		S		2	26	R\$ -
B	Auxílio Alimentação (Almoço)	SIM/NÃO	Valor	Dias	Desconto	R\$
		S		22	R\$ -	-
C	Café da manhã (gratuito)	S		22	R\$ -	-
D	Auxílio Creche					R\$ -
E	Seguro de vida, invalidez e funeral					R\$ -
TOTAL						R\$ -

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO		
3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42% R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03% R\$ -
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00% R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94% R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71% R\$ -
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	2,00% R\$ -
TOTAL		7,10% R\$ -

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		
4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	9,075% R\$ -
B	Substituto na Cobertura das Ausências Legais	0,27% R\$ -
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	0,02% R\$ -
D	Substituto na Cobertura das Ausências por Acidente de Trabalho	0,33% R\$ -
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,060% R\$ -
F	Substituto na Cobertura de Outras Ausências (doença)	1,66% R\$ -
TOTAL		11,42% R\$ -

Submódulo 4.2 - Intra jornada		
4.2	Substituto na Intra jornada	Valor (R\$)
A	Substituto no Intervalo para Repouso ou Alimentação	R\$ -
TOTAL		R\$ -

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausência Legais	R\$ -
4.2	Substituto na Intra jornada	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS	
5	Insumos Diversos
A	Equipamentos, Ferramentas e Utensílios
B	EPI'S + EPC'S
C	Kit de Primeiros Socorros
D	Uniformes (custo mensal por empregado)

E	Software de gestão de manutenção	R\$	-
F	Insumos Mensais	R\$	-
TOTAL		R\$	-

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		(%)	Valor (R\$)
A	Custos indiretos		5,00%	R\$ -
B	Lucro		5,00%	R\$ -
C	Tributos			
	C.1	Tributos Federais	PIS	7,60% R\$ -
	C.2		COFINS	1,65% R\$ -
	C.3	Tributos Municipais	ISS	5,00% R\$ -
TOTAL			24,25%	R\$ -

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ -
SUBTOTAL (A+B+C+D+E)		R\$ -
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ -
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ -

QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (D x E)	(F) =
Técnico em Eletrotécnica	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -	-
Valor mensal dos serviços					R\$	-
Valor Mensal estimado dos produtos/materiais (Os produtos/materiais serão pagos pelo efetivo)						
VALOR ESTIMADO MENSAL DA CONTRATAÇÃO					R\$	-

QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	
DESCRIÇÃO	VALOR
Valor mensal do serviço	R\$ -
Número de meses de execução contratual	12
Valor global da proposta (Valor Mensal x Meses de Execução)	R\$ -

ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA PLANILHA

INFORMAÇÕES E DADOS PARA CÁLCULO

Informar a Data da Apresentação da Proposta

Informar o Município e UF

Informar qual CCT Base e Ano

Informar Nº de Meses da Execução Contratual de Acordo com o Termo de Referência

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Informar a Unidade de Medida de Acordo com o Termo de Referência

Informar a Quantidade a Contratar de Acordo com o Termo de Referência

Informar o Cargo a ser Preenchido

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL**Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra**

Informar o Tipo de Serviço
Informar o CBO da Ocupação
Informar o Salário Normativo contido na CCT
Informar a Categoria Profissional
Informar a Data Base da Categoria

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**1 Composição da remuneração**

Cálculo = Se Houver Adicional - Marcar S (Campo E34) para o cálculo Salário Mínimo ou Regional (campo F33) x Percentual de 10%, 20% ou 40% dependendo do grau de insalubridade (campo G33) ser gerado no Campo H34
Soma dos Itens A a G

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias****2.1 13º salário e adicional de férias**

Soma dos Itens A a C

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições**2.2 GPS, FGTS e outras contribuições**

Cálculo = Percentual Legal de 20% (Campo H50) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 2,50% (Campo H51) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Multiplicação dos Fatores RAT x FAT - Valor que poderá ser no máximo de 3% (Campo H52) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 1,50% (Campo H53) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 1,00% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 0,60% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 0,20% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 8,00% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
Soma dos Itens A a H

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários**2.3 Benefícios Mensais e Diários**

Caso não seja previsto Auxílio Transporte, marcar a opção "N" no Campo C63
Cálculo = Valor Unitário da Passagem (Campo D63) x Quant. (Campo E63) x Total de Dias (Campo F63) - Desconto (6% do Total da Remuneração - Campo G63)
Caso não seja previsto Auxílio Alimentação/Refeição, marcar a opção "N" no Campo D65
Cálculo = Valor Unitário do Vale (Campo E65) x Total de Dias (Campo F65) - Desconto (verificar se há ou não desconto na CCT e aplicar)
Inserir o valor por funcionário no campo H66 se houver previsão na CCT
Cálculo = 10% do piso salarial do profissional previsto na CCT /12 meses
Cotação de preços
Soma dos Itens A a E

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS**2 Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

Soma do Total do Módulo 2.1 extraída do Campo H46
Soma do Total do Módulo 2.2 extraída do Campo I58
Soma do Total do Módulo 2.3 extraída do Campo H68
Soma dos Itens 2.1 + 2.2 + 2.3

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO**3 Provisão para Rescisão**

Cálculo = Percentual de $1/12 \times 0,05$ (Campo H80) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual de 8% x 0,42% do APT (Campo H81) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Anexo XII da IN 5/2017: Para os órgãos que trabalham com Conta Vinculada, a soma das Multas do FGTS (itens C + F) deve ser igual a 4% Fonte: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1238-extincao-contribuicao-social-sobre-o-fgts>
Cálculo = $((1/30) \times 7) / 12$ = Percentual de 1,94% (Campo H84) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual do Submódulo 2.2 (Campo H58) x Percentual do Aviso Prévio Trabalhado (H84) x Total da Remuneração

(Campo H38)

Cálculo = Anexo XII da IN 5/2017: Para os órgãos que trabalham com Conta Vinculada, a soma das Multas do FGTS (itens C + F) deve ser igual a 4%. Fonte: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1238-extincao-contribuicao-social-sobre-o-fgts>
Soma dos Itens A a F

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

Cálculo = Percentual de 9,075% (Campo H92) x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de $0,274\% = (1/365) \times 100$ - fonte TCU (Campo H93) x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de $0,021\% = (5/365) \times 0,015 \times 100$ - fonte TCU (Campo H94) x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de $0,33\% = [(15/365) \times 0,08 \times 100]$ - fonte TCU (Campo H95) x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de $0,06\% = [(1/12) \times 0,02 \times (4/12) \times 100]$ - fonte TCU (Campo H96) x Total da Remuneração (Campo H38)

5,96 dias/ano IBGE. (5,96 dias/30 dias) x (1/12 meses) = 0,0166 = 1,66%

Soma dos Itens A a F

Submódulo 4.2 - Intraornada

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4 Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Soma Total do Submódulo 4.1 extraída do Campo H98

Soma Total do Submódulo 4.2 extraída do Campo H103

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS

5 Insumos Diversos

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto.

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6 Custos Indiretos, Tributos e Lucro

Cálculo = % (Campo H123) x Módulo 1 a 5 (Campo H139)

Cálculo = % (Campo H124) x Módulo 1 a 5 (Campo H139)

Cálculo = % (Campo H126) x Módulo 1 a 5 (Campo H139) + Custos Indiretos (Campo I123) + Lucro (Campo I124)

Cálculo = % (Campo H127) x Módulo 1 a 5 (Campo H139) + Custos Indiretos (Campo I123) + Lucro (Campo I124)

Cálculo = % (Campo H128) x Módulo 1 a 5 (Campo H139) + Custos Indiretos (Campo I123) + Lucro (Campo I124)

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)

Cálculo = Soma do Módulo 1 extraído do Campo H38

Cálculo = Soma do Módulo 2 extraído do Campo H77

Cálculo = Soma do Módulo 3 extraído do Campo H87

Cálculo = Soma do Módulo 4 extraído do Campo H110

Cálculo = Soma do Módulo 5 extraído do Campo H1119

Soma dos Itens A a E

Cálculo = Soma do Módulo 6 extraído do Campo H129

Soma dos Itens A a E + F

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÕES DE PREÇOS

Processo nº:

Licitação nº:

Data do Pregão: DD/MM/AAAA

Horário:

Pregão nº XXXX/20XX

XX:XX hrs

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/ UF	Recife
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	SINDICATO DA IND DA CONSTRUCAO CIVIL NO ESTADO DE PE
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Unidade de medida	Posto
2	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	1
3	Cargo:	Eletricista

MÃO-DE-OBRA

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo do serviço	Eletricista
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	9511
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.568,60
4	Categoria profissional	Construção Civil
5	Data base da categoria	1/5/2020

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da remuneração				Valor (R\$)
A	Salário base				
B	Adicional de periculosidade	Sim/Não	S		R\$ -
C	Adicional de insalubridade	Sim/Não	N	40%	R\$ -
D	Adicional noturno				
E	Hora noturna adicional - ou hora noturna reduzida				
F	Adicional de hora extra no feriado				
G	Outros (especificar)				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO					R\$ -

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias

2.1	13º salário e adicional de férias	(%)	Valor (R\$)
A	13º salário	8,33%	R\$ -
B	Adicional de Férias	3,025%	R\$ -
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	7,52%	R\$ -
TOTAL		18,88%	R\$ -

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições					(%)	Valor (R\$)
A	INSS					20,00%	R\$ -
B	Salário Educação					2,50%	R\$ -
C	Seguro Acidente do Trabalho (RATxFAP)	RAT	3,0	FAP	1,0	3,00%	R\$ -
D	SESC ou SESI					1,50%	R\$ -
E	SENAI ou SENAC					1,00%	R\$ -
F	SEBRAE					0,60%	R\$ -
G	INCRA					0,20%	R\$ -
H	FGTS					8,00%	R\$ -

TOTAL	36,80%	R\$ -
--------------	---------------	--------------

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários							
2.3	Benefícios Mensais e Diários						Valor (R\$)
A	Transporte	SIM/NÃO	Valor	Passagens	Dias	Desconto	R\$ -
		S		2	26	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio Alimentação (Almoço)	SIM/NÃO	Valor	Dias	Desconto		R\$ -
		S		22	R\$ -		
C	Café da manhã (gratuito)	S		22	R\$ -		R\$ -
D	Auxílio Creche						R\$ -
E	Seguro de vida, invalidez e funeral						
TOTAL							R\$ -

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	(%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ -
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ -
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	2,00%	R\$ -
TOTAL		7,10%	R\$ -

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais	(%)	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	9,075%	R\$ -
B	Substituto na Cobertura das Ausências Legais	0,27%	R\$ -
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ -
D	Substituto na Cobertura das Ausências por Acidente de Trabalho	0,33%	R\$ -
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,060%	R\$ -
F	Substituto na Cobertura de Outras Ausências (doença)	1,66%	R\$ -
TOTAL		11,42%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Intra jornada			
4.2	Substituto na Intra jornada	(%)	Valor (R\$)
A	Substituto no Intervalo para Repouso ou Alimentação		R\$ -
TOTAL			R\$ -

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausência Legais	R\$ -
4.2	Substituto na Intra jornada	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)	
A	Equipamentos, Ferramentas e Utensílios	R\$	-
B	EPI'S + EPC'S	R\$	-
C	Kit de Primeiros Socorros	R\$	-
D	Uniformes (custo mensal por empregado)	R\$	-

E	Software de gestão de manutenção	R\$	-
F	Insumos Mensais	R\$	-
TOTAL		R\$	-

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		(%)	Valor (R\$)
A	Custos indiretos		5,00%	R\$ -
B	Lucro		5,00%	R\$ -
C	Tributos			
	C.1	Tributos Federais	PIS	7,60% R\$ -
	C.2		COFINS	1,65% R\$ -
	C.3	Tributos Municipais	ISS	5,00% R\$ -
TOTAL			24,25%	R\$ -

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ -
SUBTOTAL (A+B+C+D+E)		R\$ -
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ -
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ -

QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (D x E)	(F) =
Eletricista	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -	-
Valor mensal dos serviços					R\$	-
Valor Mensal estimado dos produtos/materiais (Os produtos/materiais serão pagos pelo efetivo)						
VALOR ESTIMADO MENSAL DA CONTRATAÇÃO					R\$	-

QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	
DESCRIÇÃO	VALOR
Valor mensal do serviço	R\$ -
Número de meses de execução contratual	12
Valor global da proposta (Valor Mensal x Meses de Execução)	R\$ -

ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA PLANILHA

INFORMAÇÕES E DADOS PARA CÁLCULO

Informar a Data da Apresentação da Proposta

Informar o Município e UF

Informar qual CCT Base e Ano

Informar Nº de Meses da Execução Contratual de Acordo com o Termo de Referência

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Informar a Unidade de Medida de Acordo com o Termo de Referência

Informar a Quantidade a Contratar de Acordo com o Termo de Referência

Informar o Cargo a ser Preenchido

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL**Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra**

Informar o Tipo de Serviço
Informar o CBO da Ocupação
Informar o Salário Normativo contido na CCT
Informar a Categoria Profissional
Informar a Data Base da Categoria

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**1 Composição da remuneração**

Cálculo = Se Houver Adicional - Marcar S (Campo E34) para o cálculo Salário Mínimo ou Regional (campo F33) x Percentual de 10%, 20% ou 40% dependendo do grau de insalubridade (campo G33) ser gerado no Campo H34
Soma dos Itens A a G

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias****2.1 13º salário e adicional de férias**

Soma dos Itens A a C

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições**2.2 GPS, FGTS e outras contribuições**

Cálculo = Percentual Legal de 20% (Campo H50) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 2,50% (Campo H51) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Multiplicação dos Fatores RAT x FAT - Valor que poderá ser no máximo de 3% (Campo H52) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 1,50% (Campo H53) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 1,00% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 0,60% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 0,20% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 8,00% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
Soma dos Itens A a H

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários**2.3 Benefícios Mensais e Diários**

Caso não seja previsto Auxílio Transporte, marcar a opção "N" no Campo C63
Cálculo = Valor Unitário da Passagem (Campo D63) x Quant. (Campo E63) x Total de Dias (Campo F63) - Desconto (6% do Total da Remuneração - Campo G63)
Caso não seja previsto Auxílio Alimentação/Refeição, marcar a opção "N" no Campo D65
Cálculo = Valor Unitário do Vale (Campo E65) x Total de Dias (Campo F65) - Desconto (verificar se há ou não desconto na CCT e aplicar)
Inserir o valor por funcionário no campo H66 se houver previsão na CCT
Cálculo = 10% do piso salarial do profissional previsto na CCT /12 meses
Cotação de preços
Soma dos Itens A a E

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS**2 Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

Soma do Total do Módulo 2.1 extraída do Campo H46
Soma do Total do Módulo 2.2 extraída do Campo I58
Soma do Total do Módulo 2.3 extraída do Campo H68
Soma dos Itens 2.1 + 2.2 + 2.3

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO**3 Provisão para Rescisão**

Cálculo = Percentual de $1/12 \times 0,05$ (Campo H80) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual de 8% x 0,42% do APT (Campo H81) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Anexo XII da IN 5/2017: Para os órgãos que trabalham com Conta Vinculada, a soma das Multas do FGTS (itens C + F) deve ser igual a 4% Fonte: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1238-extincao-contribuicao-social-sobre-o-fgts>
Cálculo = $((1/30) \times 7) / 12$ = Percentual de 1,94% (Campo H84) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual do Submódulo 2.2 (Campo H58) x Percentual do Aviso Prévio Trabalhado (H84) x Total da Remuneração

(Campo H38)

Cálculo = Anexo XII da IN 5/2017: Para os órgãos que trabalham com Conta Vinculada, a soma das Multas do FGTS (itens C + F) deve ser igual a 4%. Fonte: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1238-extincao-contribuicao-social-sobre-o-fgts>
Soma dos Itens A a F

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

Cálculo = Percentual de 9,075% (Campo H92) x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de $0,274\% = (1/365) \times 100$ - fonte TCU (Campo H93) x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de $0,021\% = (5/365) \times 0,015 \times 100$ - fonte TCU (Campo H94) x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de $0,33\% = [(15/365) \times 0,08 \times 100]$ - fonte TCU (Campo H95) x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de $0,06\% = [(1/12) \times 0,02 \times (4/12) \times 100]$ - fonte TCU (Campo H96) x Total da Remuneração (Campo H38)

5,96 dias/ano IBGE. (5,96 dias/30 dias) x (1/12 meses) = 0,0166 = 1,66%

Soma dos Itens A a F

Submódulo 4.2 - Intraornada

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4 Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Soma Total do Submódulo 4.1 extraída do Campo H98

Soma Total do Submódulo 4.2 extraída do Campo H103

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS

5 Insumos Diversos

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto.

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6 Custos Indiretos, Tributos e Lucro

Cálculo = % (Campo H123) x Módulo 1 a 5 (Campo H139)

Cálculo = % (Campo H124) x Módulo 1 a 5 (Campo H139)

Cálculo = % (Campo H126) x Módulo 1 a 5 (Campo H139) + Custos Indiretos (Campo I123) + Lucro (Campo I124)

Cálculo = % (Campo H127) x Módulo 1 a 5 (Campo H139) + Custos Indiretos (Campo I123) + Lucro (Campo I124)

Cálculo = % (Campo H128) x Módulo 1 a 5 (Campo H139) + Custos Indiretos (Campo I123) + Lucro (Campo I124)

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)

Cálculo = Soma do Módulo 1 extraído do Campo H38

Cálculo = Soma do Módulo 2 extraído do Campo H77

Cálculo = Soma do Módulo 3 extraído do Campo H87

Cálculo = Soma do Módulo 4 extraído do Campo H110

Cálculo = Soma do Módulo 5 extraído do Campo H1119

Soma dos Itens A a E

Cálculo = Soma do Módulo 6 extraído do Campo H129

Soma dos Itens A a E + F

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÕES DE PREÇOS

Processo nº:

Licitação nº:

Data do Pregão: DD/MM/AAAA

Horário:

Pregão nº XXXX/20XX

XX:XX hrs

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/ UF	Recife
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	SINDICATO DA IND DA CONSTRUCAO CIVIL NO ESTADO DE PE
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Unidade de medida	Posto
2	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	1
3	Cargo:	TÉCNICO DE REFRIGERAÇÃO

MÃO-DE-OBRA

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo do serviço	Técnico de Refrigeração
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	3141
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.568,60
4	Categoria profissional	Construção Civil
5	Data base da categoria	1/5/2020

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da remuneração	Valor (R\$)
A	Salário base	
B	Adicional de periculosidade	Sim/Não N R\$ -
C	Adicional de insalubridade	Sim/Não S 40% R\$ -
D	Adicional noturno	
E	Hora noturna adicional - ou hora noturna reduzida	
F	Adicional de hora extra no feriado	
G	Outros (especificar)	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ -

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias

2.1	13º salário e adicional de férias	(%)	Valor (R\$)
A	13º salário	8,33%	R\$ -
B	Adicional de Férias	3,025%	R\$ -
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	7,52%	R\$ -
TOTAL		18,88%	R\$ -

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	(%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	Seguro Acidente do Trabalho (RATx FAP)	RAT 3,0 FAP 1,0 3,00%	R\$ -
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ -
E	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -

TOTAL		36,80%	R\$	-
--------------	--	---------------	------------	----------

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários							Valor (R\$)
2.3	Benefícios Mensais e Diários						
A	Transporte	SIM/NÃO	Valor	Passagens	Dias	Desconto	R\$ -
		S		2	26	R\$ -	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Almoço)	SIM/NÃO	Valor		Dias	Desconto	R\$ -
		S			22	R\$ -	
C	Café da manhã (gratuito)	S			22	R\$ -	R\$ -
D	Auxílio Creche						R\$ -
E	Seguro de vida, invalidez e funeral						
TOTAL							R\$ -

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	(%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ -
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ -
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	2,00%	R\$ -
TOTAL		7,10%	R\$ -

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais	(%)	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	9,075%	R\$ -
B	Substituto na Cobertura das Ausências Legais	0,27%	R\$ -
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ -
D	Substituto na Cobertura das Ausências por Acidente de Trabalho	0,33%	R\$ -
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,060%	R\$ -
F	Substituto na Cobertura de Outras Ausências (doença)	1,66%	R\$ -
TOTAL		11,42%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Intra jornada			
4.2	Substituto na Intra jornada	(%)	Valor (R\$)
A	Substituto no Intervalo para Repouso ou Alimentação		R\$ -
TOTAL			R\$ -

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausência Legais	R\$ -
4.2	Substituto na Intra jornada	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)	
A	Equipamentos, Ferramentas e Utensílios	R\$	-
B	EPI'S + EPC'S	R\$	-
C	Kit de Primeiros Socorros	R\$	-
D	Uniformes (custo mensal por empregado)	R\$	-

E	Software de gestão de manutenção	R\$	-
F	Insumos Mensais	R\$	-
TOTAL		R\$	-

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		(%)	Valor (R\$)
A	Custos indiretos		5,00%	R\$ -
B	Lucro		5,00%	R\$ -
C	Tributos			
	C.1	Tributos Federais	PIS	7,60% R\$ -
	C.2		COFINS	1,65% R\$ -
	C.3	Tributos Municipais	ISS	5,00% R\$ -
TOTAL			24,25%	R\$ -

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ -
SUBTOTAL (A+B+C+D+E)		R\$ -
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ -
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ -

QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (D x E)	(F) =
Técnico de Refrigeração	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -	-
Valor mensal dos serviços					R\$ -	-
Valor Mensal estimado dos produtos/materiais (Os produtos/materiais serão pagos pelo efetivo)						
VALOR ESTIMADO MENSAL DA CONTRATAÇÃO					R\$ -	-

QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	
DESCRIÇÃO	VALOR
Valor mensal do serviço	R\$ -
Número de meses de execução contratual	12
Valor global da proposta (Valor Mensal x Meses de Execução)	R\$ -

ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA PLANILHA

INFORMAÇÕES E DADOS PARA CÁLCULO

Informar a Data da Apresentação da Proposta

Informar o Município e UF

Informar qual CCT Base e Ano

Informar Nº de Meses da Execução Contratual de Acordo com o Termo de Referência

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Informar a Unidade de Medida de Acordo com o Termo de Referência

Informar a Quantidade a Contratar de Acordo com o Termo de Referência

Informar o Cargo a ser Preenchido

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL**Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra**

Informar o Tipo de Serviço
Informar o CBO da Ocupação
Informar o Salário Normativo contido na CCT
Informar a Categoria Profissional
Informar a Data Base da Categoria

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**1 Composição da remuneração**

Cálculo = Se Houver Adicional - Marcar S (Campo E34) para o cálculo Salário Mínimo ou Regional (campo F33) x Percentual de 10%, 20% ou 40% dependendo do grau de insalubridade (campo G33) ser gerado no Campo H34
Soma dos Itens A a G

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias****2.1 13º salário e adicional de férias**

Soma dos Itens A a C

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições**2.2 GPS, FGTS e outras contribuições**

Cálculo = Percentual Legal de 20% (Campo H50) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 2,50% (Campo H51) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Multiplicação dos Fatores RAT x FAT - Valor que poderá ser no máximo de 3% (Campo H52) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 1,50% (Campo H53) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 1,00% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 0,60% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 0,20% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 8,00% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
Soma dos Itens A a H

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários**2.3 Benefícios Mensais e Diários**

Caso não seja previsto Auxílio Transporte, marcar a opção "N" no Campo C63
Cálculo = Valor Unitário da Passagem (Campo D63) x Quant. (Campo E63) x Total de Dias (Campo F63) - Desconto (6% do Total da Remuneração - Campo G63)
Caso não seja previsto Auxílio Alimentação/Refeição, marcar a opção "N" no Campo D65
Cálculo = Valor Unitário do Vale (Campo E65) x Total de Dias (Campo F65) - Desconto (verificar se há ou não desconto na CCT e aplicar)
Inserir o valor por funcionário no campo H66 se houver previsão na CCT
Cálculo = 10% do piso salarial do profissional previsto na CCT /12 meses
Cotação de preços
Soma dos Itens A a E

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS**2 Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

Soma do Total do Módulo 2.1 extraída do Campo H46
Soma do Total do Módulo 2.2 extraída do Campo I58
Soma do Total do Módulo 2.3 extraída do Campo H68
Soma dos Itens 2.1 + 2.2 + 2.3

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO**3 Provisão para Rescisão**

Cálculo = Percentual de $1/12 \times 0,05$ (Campo H80) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual de 8% x 0,42% do APT (Campo H81) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Anexo XII da IN 5/2017: Para os órgãos que trabalham com Conta Vinculada, a soma das Multas do FGTS (itens C + F) deve ser igual a 4% Fonte: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1238-extincao-contribuicao-social-sobre-o-fgts>
Cálculo = $((1/30) \times 7) / 12$ = Percentual de 1,94% (Campo H84) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual do Submódulo 2.2 (Campo H58) x Percentual do Aviso Prévio Trabalhado (H84) x Total da Remuneração

(Campo H38)

Cálculo = Anexo XII da IN 5/2017: Para os órgãos que trabalham com Conta Vinculada, a soma das Multas do FGTS (itens C + F) deve ser igual a 4%. Fonte: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1238-extincao-contribuicao-social-sobre-o-fgts>
Soma dos Itens A a F

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

Cálculo = Percentual de 9,075% (Campo H92) x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de $0,274\% = (1/365) \times 100$ - fonte TCU (Campo H93) x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de $0,021\% = (5/365) \times 0,015 \times 100$ - fonte TCU (Campo H94) x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de $0,33\% = [(15/365) \times 0,08 \times 100]$ - fonte TCU (Campo H95) x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de $0,06\% = [(1/12) \times 0,02 \times (4/12) \times 100]$ - fonte TCU (Campo H96) x Total da Remuneração (Campo H38)

5,96 dias/ano IBGE. (5,96 dias/30 dias) x (1/12 meses) = 0,0166 = 1,66%

Soma dos Itens A a F

Submódulo 4.2 - Intraornada

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4 Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Soma Total do Submódulo 4.1 extraída do Campo H98

Soma Total do Submódulo 4.2 extraída do Campo H103

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS

5 Insumos Diversos

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto.

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6 Custos Indiretos, Tributos e Lucro

Cálculo = % (Campo H123) x Módulo 1 a 5 (Campo H139)

Cálculo = % (Campo H124) x Módulo 1 a 5 (Campo H139)

Cálculo = % (Campo H126) x Módulo 1 a 5 (Campo H139) + Custos Indiretos (Campo I123) + Lucro (Campo I124)

Cálculo = % (Campo H127) x Módulo 1 a 5 (Campo H139) + Custos Indiretos (Campo I123) + Lucro (Campo I124)

Cálculo = % (Campo H128) x Módulo 1 a 5 (Campo H139) + Custos Indiretos (Campo I123) + Lucro (Campo I124)

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)

Cálculo = Soma do Módulo 1 extraído do Campo H38

Cálculo = Soma do Módulo 2 extraído do Campo H77

Cálculo = Soma do Módulo 3 extraído do Campo H87

Cálculo = Soma do Módulo 4 extraído do Campo H110

Cálculo = Soma do Módulo 5 extraído do Campo H1119

Soma dos Itens A a E

Cálculo = Soma do Módulo 6 extraído do Campo H129

Soma dos Itens A a E + F

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÕES DE PREÇOS

Processo nº:

Licitação nº:

Data do Pregão: DD/MM/AAAA

Horário:

Pregão nº XXXX/20XX

XX:XX hrs

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/ UF	Recife
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	SINDICATO DA IND DA CONSTRUCAO CIVIL NO ESTADO DE PE
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Unidade de medida	Posto
2	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	1
3	Cargo:	Auxiliar de Refrigeração

MÃO-DE-OBRA

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo do serviço	Auxiliar de Refrigeração
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	9112
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.568,60
4	Categoria profissional	Construção Civil
5	Data base da categoria	1/5/2020

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1 Composição da remuneração					Valor (R\$)
A	Salário base				
B	Adicional de periculosidade	Sim/Não	N		R\$ -
C	Adicional de insalubridade	Sim/Não	S	40%	R\$ -
D	Adicional noturno				
E	Hora noturna adicional - ou hora noturna reduzida				
F	Adicional de hora extra no feriado				
G	Outros (especificar)				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO					R\$ -

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias			
2.1	13º salário e adicional de férias	(%)	Valor (R\$)
A	13º salário	8,33%	R\$ -
B	Adicional de Férias	3,03%	R\$ -
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	7,52%	R\$ -
TOTAL		18,88%	R\$ -

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	(%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	Seguro Acidente do Trabalho (RATxFAP)	RAT 3,0 FAP 1,0	R\$ -
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ -
E	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -

TOTAL	36,80%	R\$	-
--------------	---------------	------------	----------

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários						
2.3 Benefícios Mensais e Diários						Valor (R\$)
A	Transporte	SIM/NÃO S	Valor	Passagens 2	Dias 26	Desconto R\$ -
B	Auxílio Alimentação (Almoço)	SIM/NÃO S	Valor	Dias 22	Desconto R\$ -	R\$ -
C	Café da manhã (gratuito)	S		22	R\$ -	R\$ -
D	Auxílio Creche					R\$ -
E	Seguro de vida, invalidez e funeral					
TOTAL						R\$ -

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	(%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ -
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ -
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	2,00%	R\$ -
TOTAL		7,10%	R\$ -

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais	(%)	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	9,075%	R\$ -
B	Substituto na Cobertura das Ausências Legais	0,27%	R\$ -
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ -
D	Substituto na Cobertura das Ausências por Acidente de Trabalho	0,33%	R\$ -
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,060%	R\$ -
F	Substituto na Cobertura de Outras Ausências (doença)	1,66%	R\$ -
TOTAL		11,42%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Intra jornada			
4.2	Substituto na Intra jornada	(%)	Valor (R\$)
A	Substituto no Intervalo para Repouso ou Alimentação		R\$ -
TOTAL		R\$	-

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausência Legais	R\$ -
4.2	Substituto na Intra jornada	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)	
A	Equipamentos, Ferramentas e Utensílios	R\$	-
B	EPI'S + EPC'S	R\$	-
C	Kit de Primeiros Socorros	R\$	-
D	Uniformes (custo mensal por empregado)	R\$	-
E	Software de gestão de manutenção	R\$	-
F	Insumos Mensais	R\$	-

TOTAL	R\$	-
--------------	------------	----------

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			Valor (R\$)
A	Custos indiretos			R\$ -
B	Lucro			R\$ -
C	Tributos			
	C.1	Tributos Federais	PIS	R\$ -
	C.2		COFINS	R\$ -
	C.3	Tributos Municipais	ISS	R\$ -
TOTAL				R\$ -

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ -
SUBTOTAL (A+B+C+D+E)		R\$ -
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ -
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ -

QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (D x E)	(F) =
Auxiliar de Refrigeração	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -	
Valor mensal dos serviços					R\$ -	
<u>Valor Mensal estimado dos produtos/materiais (Os produtos/materiais serão pagos pelo efetivo)</u>						
VALOR ESTIMADO MENSAL DA CONTRATAÇÃO					R\$ -	

QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	
DESCRIÇÃO	VALOR
Valor mensal do serviço	R\$ -
Número de meses de execução contratual	12
Valor global da proposta (Valor Mensal x Meses de Execução)	R\$ -

ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA PLANILHA

INFORMAÇÕES E DADOS PARA CÁLCULO

Informar a Data da Apresentação da Proposta
 Informar o Município e UF
 Informar qual CCT Base e Ano
 Informar Nº de Meses da Execução Contratual de Acordo com o Termo de Referência

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Informar a Unidade de Medida de Acordo com o Termo de Referência
 Informar a Quantidade a Contratar de Acordo com o Termo de Referência
 Informar o Cargo a ser Preenchido

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

Informar o Tipo de Serviço
 Informar o CBO da Ocupação

Informar o Salário Normativo contido na CCT
Informar a Categoria Profissional
Informar a Data Base da Categoria

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1 Composição da remuneração

Cálculo = Se Houver Adicional - Marcar S (Campo E34) para o cálculo Salário Mínimo ou Regional (campo F33) x Percentual de 10%, 20% ou 40% dependendo do grau de insalubridade (campo G33) ser gerado no Campo H34
Soma dos Itens A a G

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias

2.1 13º salário e adicional de férias

Soma dos Itens A a C

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2 GPS, FGTS e outras contribuições

Cálculo = Percentual Legal de 20% (Campo H50) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 2,50% (Campo H51) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Multiplicação dos Fatores RAT x FAT - Valor que poderá ser no máximo de 3% (Campo H52) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 1,50% (Campo H53) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 1,00% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 0,60% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 0,20% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 8,00% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
Soma dos Itens A a H

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3 Benefícios Mensais e Diários

Caso não seja previsto Auxílio Transporte, marcar a opção "N" no Campo C63
Cálculo = Valor Unitário da Passagem (Campo D63) x Quant. (Campo E63) x Total de Dias (Campo F63) - Desconto (6% do Total da Remuneração - Campo G63)
Caso não seja previsto Auxílio Alimentação/Refeição, marcar a opção "N" no Campo D65
Cálculo = Valor Unitário do Vale (Campo E65) x Total de Dias (Campo F65) - Desconto (verificar se há ou não desconto na CCT e aplicar)
Inserir o valor por funcionário no campo H66 se houver previsão na CCT
Cálculo = 10% do piso salarial do profissional previsto na CCT /12 meses
Cotação de preços
Soma dos Itens A a E

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2 Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Soma do Total do Módulo 2.1 extraída do Campo H46
Soma do Total do Módulo 2.2 extraída do Campo I58
Soma do Total do Módulo 2.3 extraída do Campo H68
Soma dos Itens 2.1 + 2.2 + 2.3

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO

3 Provisão para Rescisão

Cálculo = Percentual de 1/12 * 0,05 (Campo H80) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual de 8% x 0,42% do APT (Campo H81) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Anexo XII da IN 5/2017: Para os órgãos que trabalham com Conta Vinculada, a soma das Multas do FGTS (itens C + F) deve ser igual a 4% Fonte: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1238-extincao-contribuicao-social-sobre-o-fgts>
Cálculo = ((1/30)*7)/12 = Percentual de 1,94% (Campo H84) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual do Submódulo 2.2 (Campo H58) x Percentual do Aviso Prévio Trabalhado (H84) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Anexo XII da IN 5/2017: Para os órgãos que trabalham com Conta Vinculada, a soma das Multas do FGTS (itens C + F) deve ser igual a 4%. Fonte: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1238-extincao-contribuicao-social-sobre-o-fgts>
Soma dos Itens A a F

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

Cálculo = Percentual de 9,075% (Campo H92) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Percentual Calculado de 0,274%=(1/365)*100 - fonte TCU) (Campo H93) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Percentual Calculado de 0,021%=(5/365)*0,015*100 - fonte TCU (Campo H94) x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Percentual Calculado de 0,33%=[(15/365)*0,08*100] - fonte TCU (Campo H95)x Total da Remuneração (Campo H38)
 Cálculo = Percentual Calculado de 0,06%=[(1/12)*0,02*(4/12)100]- fonte TCU (Campo H96)x Total da Remuneração (Campo H38)
 5,96 dias/ano IBGE. (5,96 dias/30 dias) x (1/12 meses) = 0,0166 = 1,66%
 Soma dos Itens A a F

Submódulo 4.2 - Intra jornada

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4 Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Soma Total do Submódulo 4.1 extraída do Campo H98

Soma Total do Submódulo 4.2 extraída do Campo H103

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS

5 Insumos Diversos

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto.
 Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto
 Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto
 Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto
 Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto
 Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6 Custos Indiretos, Tributos e Lucro

Cálculo = % (Campo H123) x Módulo 1 a 5 (Campo H139)

Cálculo = % (Campo H124) x Módulo 1 a 5 (Campo H139)

Cálculo = % (Campo H126) x Módulo 1 a 5 (Campo H139) + Custos Indiretos (Campo I123) + Lucro (Campo I124)

Cálculo = % (Campo H127) x Módulo 1 a 5 (Campo H139) + Custos Indiretos (Campo I123) + Lucro (Campo I124)

Cálculo = % (Campo H128) x Módulo 1 a 5 (Campo H139) + Custos Indiretos (Campo I123) + Lucro (Campo I124)

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)

Cálculo = Soma do Módulo 1 extraído do Campo H38

Cálculo = Soma do Módulo 2 extraído do Campo H77

Cálculo = Soma do Módulo 3 extraído do Campo H87

Cálculo = Soma do Módulo 4 extraído do Campo H110

Cálculo = Soma do Módulo 5 extraído do Campo H1119

Soma dos Itens A a E

Cálculo = Soma do Módulo 6 extraído do Campo H129

Soma dos Itens A a E + F

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÕES DE PREÇOS

Processo nº:

Licitação nº:

Data do Pregão: DD/MM/AAAA

Horário:

Pregão nº XXXX/20XX

XX:XX hrs

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/ UF	Recife
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	SINDICATO DA IND DA CONSTRUCAO CIVIL NO ESTADO DE PE
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Unidade de medida	Posto
2	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	1
3	Cargo:	Bombeiro Hidráulico

MÃO-DE-OBRA

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo do serviço	Bombeiro Hidráulico
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7241
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.568,60
4	Categoria profissional	Construção Civil
5	Data base da categoria	1/5/2020

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da remuneração					Valor (R\$)
A	Salário base					
B	Adicional de periculosidade	Sim/Não	N			R\$ -
C	Adicional de insalubridade	Sim/Não	S		40%	R\$ -
D	Adicional noturno					
E	Hora noturna adicional - ou hora noturna reduzida					
F	Adicional de hora extra no feriado					
G	Outros (especificar)					
TOTAL DA REMUNERAÇÃO						R\$ -

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias

2.1	13º salário e adicional de férias	(%)	Valor (R\$)
A	13º salário	8,33%	R\$ -
B	Adicional de Férias	3,025%	R\$ -
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	7,52%	R\$ -
TOTAL		18,88%	R\$ -

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições					(%)	Valor (R\$)
A	INSS					20,00%	R\$ -
B	Salário Educação					2,50%	R\$ -
C	Seguro Acidente do Trabalho (RATx FAP)	RAT	3,0	FAP	1,0	3,00%	R\$ -
D	SESC ou Sesi					1,50%	R\$ -
E	SENAI ou SENAC					1,00%	R\$ -
F	SEBRAE					0,60%	R\$ -
G	INCRA					0,20%	R\$ -
H	FGTS					8,00%	R\$ -

TOTAL	36,80%	R\$ -
--------------	---------------	--------------

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários						
2.3	Benefícios Mensais e Diários					Valor (R\$)
A	Transporte	SIM/NÃO	Valor	Passagens	Dias	Desconto
		S		2	26	R\$ -
B	Auxílio Alimentação (Almoço)	SIM/NÃO	Valor	Dias	Desconto	R\$ -
		S		22	R\$ -	
C	Café da manhã (gratuito)	S		22	R\$ -	R\$ -
D	Auxílio Creche					R\$ -
E	Seguro de vida, invalidez e funeral					
TOTAL						R\$ -

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO		
3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42% R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03% R\$ -
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00% R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94% R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71% R\$ -
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	2,00% R\$ -
TOTAL		7,10% R\$ -

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		
4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	9,075% R\$ -
B	Substituto na Cobertura das Ausências Legais	0,27% R\$ -
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	0,02% R\$ -
D	Substituto na Cobertura das Ausências por Acidente de Trabalho	0,33% R\$ -
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,060% R\$ -
F	Substituto na Cobertura de Outras Ausências (doença)	1,66% R\$ -
TOTAL		11,42% R\$ -

Submódulo 4.2 - Intra jornada		
4.2	Substituto na Intra jornada	Valor (R\$)
A	Substituto no Intervalo para Repouso ou Alimentação	R\$ -
TOTAL		R\$ -

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausência Legais	R\$ -
4.2	Substituto na Intra jornada	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS	
5	Insumos Diversos
A	Equipamentos, Ferramentas e Utensílios
B	EPI'S + EPC'S
C	Kit de Primeiros Socorros
D	Uniformes (custo mensal por empregado)

E	Software de gestão de manutenção	R\$	-
F	Insumos Mensais	R\$	-
TOTAL		R\$	-

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		(%)	Valor (R\$)
A	Custos indiretos		5,00%	R\$ -
B	Lucro		5,00%	R\$ -
C	Tributos			
	C.1	Tributos Federais	PIS	7,60% R\$ -
	C.2		COFINS	1,65% R\$ -
	C.3	Tributos Municipais	ISS	5,00% R\$ -
TOTAL			24,25%	R\$ -

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ -
SUBTOTAL (A+B+C+D+E)		R\$ -
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ -
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ -

QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (D x E)	(F) =
Bombeiro Hidráulico	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -	-
Valor mensal dos serviços					R\$	-
Valor Mensal estimado dos produtos/materiais (Os produtos/materiais serão pagos pelo efetivo)						
VALOR ESTIMADO MENSAL DA CONTRATAÇÃO					R\$	-

QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	
DESCRIÇÃO	VALOR
Valor mensal do serviço	R\$ -
Número de meses de execução contratual	12
Valor global da proposta (Valor Mensal x Meses de Execução)	R\$ -

ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA PLANILHA

INFORMAÇÕES E DADOS PARA CÁLCULO

Informar a Data da Apresentação da Proposta

Informar o Município e UF

Informar qual CCT Base e Ano

Informar Nº de Meses da Execução Contratual de Acordo com o Termo de Referência

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Informar a Unidade de Medida de Acordo com o Termo de Referência

Informar a Quantidade a Contratar de Acordo com o Termo de Referência

Informar o Cargo a ser Preenchido

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL**Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra**

Informar o Tipo de Serviço
Informar o CBO da Ocupação
Informar o Salário Normativo contido na CCT
Informar a Categoria Profissional
Informar a Data Base da Categoria

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**1 Composição da remuneração**

Cálculo = Se Houver Adicional - Marcar S (Campo E34) para o cálculo Salário Mínimo ou Regional (campo F33) x Percentual de 10%, 20% ou 40% dependendo do grau de insalubridade (campo G33) ser gerado no Campo H34
Soma dos Itens A a G

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias****2.1 13º salário e adicional de férias**

Soma dos Itens A a C

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições**2.2 GPS, FGTS e outras contribuições**

Cálculo = Percentual Legal de 20% (Campo H50) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 2,50% (Campo H51) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Multiplicação dos Fatores RAT x FAT - Valor que poderá ser no máximo de 3% (Campo H52) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 1,50% (Campo H53) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 1,00% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 0,60% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 0,20% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 8,00% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
Soma dos Itens A a H

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários**2.3 Benefícios Mensais e Diários**

Caso não seja previsto Auxílio Transporte, marcar a opção "N" no Campo C63
Cálculo = Valor Unitário da Passagem (Campo D63) x Quant. (Campo E63) x Total de Dias (Campo F63) - Desconto (6% do Total da Remuneração - Campo G63)
Caso não seja previsto Auxílio Alimentação/Refeição, marcar a opção "N" no Campo D65
Cálculo = Valor Unitário do Vale (Campo E65) x Total de Dias (Campo F65) - Desconto (verificar se há ou não desconto na CCT e aplicar)
Inserir o valor por funcionário no campo H66 se houver previsão na CCT
Cálculo = 10% do piso salarial do profissional previsto na CCT /12 meses
Cotação de preços
Soma dos Itens A a E

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS**2 Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

Soma do Total do Módulo 2.1 extraída do Campo H46
Soma do Total do Módulo 2.2 extraída do Campo I58
Soma do Total do Módulo 2.3 extraída do Campo H68
Soma dos Itens 2.1 + 2.2 + 2.3

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO**3 Provisão para Rescisão**

Cálculo = Percentual de $1/12 \times 0,05$ (Campo H80) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual de 8% x 0,42% do APT (Campo H81) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Anexo XII da IN 5/2017: Para os órgãos que trabalham com Conta Vinculada, a soma das Multas do FGTS (itens C + F) deve ser igual a 4% Fonte: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1238-extincao-contribuicao-social-sobre-o-fgts>
Cálculo = $((1/30) \times 7) / 12$ = Percentual de 1,94% (Campo H84) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual do Submódulo 2.2 (Campo H58) x Percentual do Aviso Prévio Trabalhado (H84) x Total da Remuneração

(Campo H38)

Cálculo = Anexo XII da IN 5/2017: Para os órgãos que trabalham com Conta Vinculada, a soma das Multas do FGTS (itens C + F) deve ser igual a 4%. Fonte: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1238-extincao-contribuicao-social-sobre-o-fgts>
Soma dos Itens A a F

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

Cálculo = Percentual de 9,075% (Campo H92) x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de $0,274\% = (1/365) \times 100$ - fonte TCU (Campo H93) x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de $0,021\% = (5/365) \times 0,015 \times 100$ - fonte TCU (Campo H94) x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de $0,33\% = [(15/365) \times 0,08 \times 100]$ - fonte TCU (Campo H95) x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de $0,06\% = [(1/12) \times 0,02 \times (4/12) \times 100]$ - fonte TCU (Campo H96) x Total da Remuneração (Campo H38)

5,96 dias/ano IBGE. (5,96 dias/30 dias) x (1/12 meses) = 0,0166 = 1,66%

Soma dos Itens A a F

Submódulo 4.2 - Intraornada

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4 Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Soma Total do Submódulo 4.1 extraída do Campo H98

Soma Total do Submódulo 4.2 extraída do Campo H103

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS

5 Insumos Diversos

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto.

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6 Custos Indiretos, Tributos e Lucro

Cálculo = % (Campo H123) x Módulo 1 a 5 (Campo H139)

Cálculo = % (Campo H124) x Módulo 1 a 5 (Campo H139)

Cálculo = % (Campo H126) x Módulo 1 a 5 (Campo H139) + Custos Indiretos (Campo I123) + Lucro (Campo I124)

Cálculo = % (Campo H127) x Módulo 1 a 5 (Campo H139) + Custos Indiretos (Campo I123) + Lucro (Campo I124)

Cálculo = % (Campo H128) x Módulo 1 a 5 (Campo H139) + Custos Indiretos (Campo I123) + Lucro (Campo I124)

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)

Cálculo = Soma do Módulo 1 extraído do Campo H38

Cálculo = Soma do Módulo 2 extraído do Campo H77

Cálculo = Soma do Módulo 3 extraído do Campo H87

Cálculo = Soma do Módulo 4 extraído do Campo H110

Cálculo = Soma do Módulo 5 extraído do Campo H1119

Soma dos Itens A a E

Cálculo = Soma do Módulo 6 extraído do Campo H129

Soma dos Itens A a E + F

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÕES DE PREÇOS

Processo nº:
 Licitação nº:
 Data do Pregão: DD/MM/AAAA Horário: XX:XX hrs Pregão nº XXXX/20XX

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/ UF	Recife
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	SINDICATO DA IND DA CONSTRUCAO CIVIL NO ESTADO DE PE
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Unidade de medida	Posto
2	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	1
3	Cargo:	Oficial de Manutenção

MÃO-DE-OBRA

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo do serviço	Oficial de Manutenção
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.568,60
4	Categoria profissional	Construção Civil
5	Data base da categoria	1/5/2020

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da remuneração				Valor (R\$)
A	Salário base				
B	Adicional de periculosidade	Sim/Não	S		R\$ -
C	Adicional de insalubridade	Sim/Não	N	40%	R\$ -
D	Adicional noturno				
E	Hora noturna adicional - ou hora noturna reduzida				
F	Adicional de hora extra no feriado				
G	Outros (especificar)				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO					R\$ -

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias		
2.1	13º salário e adicional de férias	Valor (R\$)
A	13º salário	R\$ -
B	Adicional de Férias	R\$ -
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ -
TOTAL		R\$ -

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições		
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Valor (R\$)
A	INSS	R\$ -
B	Salário Educação	R\$ -
C	Seguro Acidente do Trabalho (RATxFAP)	R\$ -
D	SESC ou SESI	R\$ -
E	SENAI ou SENAC	R\$ -
F	SEBRAE	R\$ -
G	INCRA	R\$ -
H	FGTS	R\$ -

TOTAL	36,80%	R\$ -
--------------	---------------	--------------

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários						
2.3 Benefícios Mensais e Diários						Valor (R\$)
A	Transporte	SIM/NÃO	Valor	Passagens	Dias	Desconto
		S		2	26	R\$ -
B	Auxílio Alimentação (almoço)	SIM/NÃO	Valor	Dias	Desconto	R\$
		S		22	R\$ -	-
C	Café da manhã (gratuito)	S		22	R\$ -	R\$ -
D	Auxílio Creche					R\$ -
E	Seguro de vida, invalidez e funeral					
TOTAL						R\$ -

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO		
3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42% R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03% R\$ -
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00% R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94% R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71% R\$ -
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	2,00% R\$ -
TOTAL		7,10% R\$ -

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		
4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	9,075% R\$ -
B	Substituto na Cobertura das Ausências Legais	0,27% R\$ -
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	0,02% R\$ -
D	Substituto na Cobertura das Ausências por Acidente de Trabalho	0,33% R\$ -
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,060% R\$ -
F	Substituto na Cobertura de Outras Ausências (doença)	1,66% R\$ -
TOTAL		11,42% R\$ -

Submódulo 4.2 - Intra jornada		
4.2	Substituto na Intra jornada	Valor (R\$)
A	Substituto no Intervalo para Repouso ou Alimentação	R\$ -
TOTAL		R\$ -

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausência Legais	R\$ -
4.2	Substituto na Intra jornada	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS	
5	Insumos Diversos
A	Equipamentos, Ferramentas e Utensílios
B	EPI'S + EPC'S
C	Kit de Primeiros Socorros
D	Uniformes (custo mensal por empregado)
E	Software de gestão de manutenção

F	Insumos Mensais	R\$	-
TOTAL		R\$	-

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		(%)	Valor (R\$)
A	Custos indiretos		5,00%	R\$ -
B	Lucro		5,00%	R\$ -
C	Tributos			
	C.1	Tributos Federais	PIS	7,60% R\$ -
	C.2		COFINS	1,65% R\$ -
	C.3	Tributos Municipais	ISS	5,00% R\$ -
TOTAL				R\$ -

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
SUBTOTAL (A+B+C+D+E)		R\$ -
F	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ -
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ -

QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
Oficial de Manutenção	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -
Valor mensal dos serviços					R\$ -
Valor Mensal estimado dos produtos/materiais (Os produtos/materiais serão pagos pelo efetivo)					
VALOR ESTIMADO MENSAL DA CONTRATAÇÃO					R\$ -

QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	
DESCRIÇÃO	VALOR
Valor mensal do serviço	R\$ -
Número de meses de execução contratual	12
Valor global da proposta (Valor Mensal x Meses de Execução)	R\$ -

ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA PLANILHA

INFORMAÇÕES E DADOS PARA CÁLCULO

Informar a Data da Apresentação da Proposta
 Informar o Município e UF
 Informar qual CCT Base e Ano
 Informar Nº de Meses da Execução Contratual de Acordo com o Termo de Referência

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Informar a Unidade de Medida de Acordo com o Termo de Referência
 Informar a Quantidade a Contratar de Acordo com o Termo de Referência
 Informar o Cargo a ser Preenchido

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra
Informar o Tipo de Serviço

Informar o CBO da Ocupação
Informar o Salário Normativo contido na CCT
Informar a Categoria Profissional
Informar a Data Base da Categoria

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1 Composição da remuneração

Cálculo = Se Houver Adicional - Marcar S (Campo E34) para o cálculo Salário Mínimo ou Regional (campo F33) x Percentual de 10%, 20% ou 40% dependendo do grau de insalubridade (campo G33) ser gerado no Campo H34
Soma dos Itens A a G

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias

2.1 13º salário e adicional de férias

Soma dos Itens A a C

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2 GPS, FGTS e outras contribuições

Cálculo = Percentual Legal de 20% (Campo H50) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 2,50% (Campo H51) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Multiplicação dos Fatores RAT x FAT - Valor que poderá ser no máximo de 3% (Campo H52) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 1,50% (Campo H53) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 1,00% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 0,60% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 0,20% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual Legal de 8,00% (Campo H54) x Total da Remuneração (Campo H38)
Soma dos Itens A a H

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3 Benefícios Mensais e Diários

Caso não seja previsto Auxílio Transporte, marcar a opção "N" no Campo C63
Cálculo = Valor Unitário da Passagem (Campo D63) x Quant. (Campo E63) x Total de Dias (Campo F63) - Desconto (6% do Total da Remuneração - Campo G63)
Caso não seja previsto Auxílio Alimentação/Refeição, marcar a opção "N" no Campo D65
Cálculo = Valor Unitário do Vale (Campo E65) x Total de Dias (Campo F65) - Desconto (verificar se há ou não desconto na CCT e aplicar)
Inserir o valor por funcionário no campo H66 se houver previsão na CCT
Cálculo = 10% do piso salarial do profissional previsto na CCT /12 meses
Cotação de preços
Soma dos Itens A a E

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2 Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Soma do Total do Módulo 2.1 extraída do Campo H46
Soma do Total do Módulo 2.2 extraída do Campo I58
Soma do Total do Módulo 2.3 extraída do Campo H68
Soma dos Itens 2.1 + 2.2 + 2.3

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO

3 Provisão para Rescisão

Cálculo = Percentual de $1/12 \times 0,05$ (Campo H80) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual de 8% x 0,42% do APT (Campo H81) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Anexo XII da IN 5/2017: Para os órgãos que trabalham com Conta Vinculada, a soma das Multas do FGTS (itens C + F) deve ser igual a 4% Fonte: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1238-extincao-contribuicao-social-sobre-o-fgts>
Cálculo = $((1/30) \times 7) / 12$ = Percentual de 1,94% (Campo H84) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Percentual do Submódulo 2.2 (Campo H58) x Percentual do Aviso Prévio Trabalhado (H84) x Total da Remuneração (Campo H38)
Cálculo = Anexo XII da IN 5/2017: Para os órgãos que trabalham com Conta Vinculada, a soma das Multas do FGTS (itens C + F) deve ser igual a 4%. Fonte: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1238-extincao-contribuicao-social-sobre-o-fgts>
Soma dos Itens A a F

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**Submódulo 4.1 - Ausências Legais**

Cálculo = Percentual de 9,075% (Campo H92) x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de 0,274%=(1/365)*100 - fonte TCU) (Campo H93) x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de 0,021%=(5/365)*0,015*100 - fonte TCU (Campo H94) x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de 0,33%=[(15/365)*0,08*100] - fonte TCU (Campo H95)x Total da Remuneração (Campo H38)

Cálculo = Percentual Calculado de 0,06%=[(1/12)*0,02*(4/12)100]- fonte TCU (Campo H96)x Total da Remuneração (Campo H38)

5,96 dias/ano IBGE. (5,96 dias/30 dias) x (1/12 meses) = 0,0166 = 1,66%

Soma dos Itens A a F

Submódulo 4.2 - Intra jornada**QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE****4 Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

Soma Total do Submódulo 4.1 extraída do Campo H98

Soma Total do Submódulo 4.2 extraída do Campo H103

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS**5 Insumos Diversos**

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto.

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

Cálculo = Memória de cálculo na planilha auxiliar do respectivo posto

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO**6 Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

Cálculo = % (Campo H123) x Módulo 1 a 5 (Campo H139)

Cálculo = % (Campo H124) x Módulo 1 a 5 (Campo H139)

Cálculo = % (Campo H126) x Módulo 1 a 5 (Campo H139) + Custos Indiretos (Campo I123) + Lucro (Campo I124)

Cálculo = % (Campo H127) x Módulo 1 a 5 (Campo H139) + Custos Indiretos (Campo I123) + Lucro (Campo I124)

Cálculo = % (Campo H128) x Módulo 1 a 5 (Campo H139) + Custos Indiretos (Campo I123) + Lucro (Campo I124)

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)

Cálculo = Soma do Módulo 1 extraído do Campo H38

Cálculo = Soma do Módulo 2 extraído do Campo H77

Cálculo = Soma do Módulo 3 extraído do Campo H87

Cálculo = Soma do Módulo 4 extraído do Campo H110

Cálculo = Soma do Módulo 5 extraído do Campo H1119

Soma dos Itens A a E

Cálculo = Soma do Módulo 6 extraído do Campo H129

Soma dos Itens A a E + F

QUADRO RESUMO DA PROPOSTA

Tipo de serviço (A)	Valor	Qtde de	Valor total do
	proposto	empregado	serviço
	por	s por posto	(D) = (B x C)
	empregado	(C)	
	(B)		
Engenheiro Eletricista de Manutenção	R\$ -	1	R\$ -
Supervisor de Construções e Manutenção	R\$ -	1	R\$ -
Técnico Eletrotécnica	R\$ -	1	R\$ -
Eletricista	R\$ -	1	R\$ -
Técnico Refrigeração	R\$ -	1	R\$ -
Auxiliar de Refrigeração	R\$ -	1	R\$ -
Bombeiro Hidraulico	R\$ -	1	R\$ -
Oficial de Manutenção	R\$ -	1	R\$ -
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS			R\$ -
VALOR GLOBAL (ANUAL) PROPOSTO DO SERVIÇO.			R\$ -
VALOR TOTAL DAS PEÇAS (ANUAL)*			R\$ 150.000,00
VALOR GLOBAL ANUAL SERVIÇOS + PEÇAS			R\$ 150.000,00

* Este item não será objeto de disputa, seu valor é fixo.

ENGENHEIRO ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO						
Equipamentos						
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VIDA ÚTIL ANOS	TAXA ANUAL (VALOR RESIDUAL) DEPRECIAÇÃO	TAXA DA DEPRECIAÇÃO(valor total x taxa residual/12 x vida útil anual)
Calculadora científica	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Câmera térmica para Diagnóstico em Edificações, Com Capacidade De Armazenamento.	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Analizador de Qualidade de Energia Elétrica	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Impressora com scanner. (OBS. Fornecer os cartuchos compatíveis e em quantidades disponíveis para a vigência do contrato).	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Notebook	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Total			R\$ -			R\$ -
Utensílios						
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VIDA ÚTIL ANOS	TAXA ANUAL DEPRECIAÇÃO	TAXA DA DEPRECIAÇÃO(valor total x taxa residual/12 x vida útil anual)
Trena de 5m	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Escalímetro	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Total			R\$ -			R\$ -
SOMA TOTAL DA DEPRECIAÇÃO						R\$ -

VALOR DA DEPRECIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	
A) Valor Total dos Equipamentos, Ferramentas+Utensílios	R\$ -
B = Depreciação Mensal*	R\$ -
C) Manutenção Mensal = (A x 0,5%**)	R\$ -

D= (B+C)/1 (número de postos)	R\$ -
E) Depreciação do Material de Uso Coletivo (valor retirado da planilha de material coletivo)	R\$ -
F= D+E (Valor a ser inserido na Planilha de Custos)	R\$ -
<p>*Depreciação calculada pelo moldes do TCU</p> <p>→ Soma do valor total de cada item x taxa residual do item/ 12 (quantidade de meses do ano) X vida útil anual do item;</p> <p>→ A taxa residual e a vida útil de cada item foi retirado do Anexo III da IN RFB n.1700/2017.</p>	
<p>**Manutenção Calculada pelos moldes do TCU</p> <p>→ O percentual de 0,5% foi obtido adotando-se a metodologia das Tabelas de Comparações de Preços para Orçamentação, publicação da Editora Pini, para equipamentos de pequeno porte(~1,5HP), com utilização, em média, de 83h/mês, em conjunto com o Manual de Custos Rodoviários do DNIT (Volume 1/2003)</p>	

RELAÇÃO DOS EPI'S	QUANT.	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Capa de chuva	2		R\$ -
Calçados de segurança	3		R\$ -
Capacete	1		R\$ -
Óculos de proteção contra partículas sólidas	4		R\$ -
Óculos proteção contra produtos químicos	3		R\$ -
Respirador semimáscara	1		R\$ -
Filtros para respiração de vapores orgânicos e tintas	3		R\$ -
Filtros para respiração de gases ácidos	2		R\$ -
Respirador de poeira grossa	4		R\$ -
Protetor auricular	4		R\$ -
*Outros exigidos pela legislação			
TOTAL EPIs			R\$ -
<p>*Obs: De acordo com as características do trabalho a ser desenvolvido, mesmo que eventualmente, serão ainda fornecidos a todos os funcionários envolvidos os equipamentos de segurança necessários, destacados, mas não limitados aos listados acima.</p>			
RELAÇÃO DOS EPC's	QUANT.	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Protetor facial para esmeril USO GERAL	4		R\$ -

Luvas de raspa USO GERAL	2		R\$	-
Luvas de proteção elétrica USO GERAL	2		R\$	-
Protetor de face para solda elétrica USO GERAL	2		R\$	-
Óculos de proteção de solda oxi-acetileno USO GERAL	2		R\$	-
Mangas de raspa	2		R\$	-
Avental de raspa	2		R\$	-
Cinturão paraquedista	3		R\$	-
*Outros exigidos pela legislação				
<p>*Obs: De acordo com as características do trabalho a ser desenvolvido, mesmo que eventualmente, serão ainda fornecidos a todos os funcionários envolvidos os equipamentos de segurança necessários, destacados, mas não limitados aos listados acima.</p>				
A= Total Anual dos EPCs			R\$	-
B=Total Anual dos EPCs dividido pelo total de postos (8 postos)				-
C= Valor Total Anual dos EPIs				-
D=(B+C)/12= VALOR TOTAL MENSAL EPIs + EPCs (Valor a ser inserido na planilha)			R\$	-

PESQUISA DE PREÇO PARA KIT DE PRIMEIROS SOCORROS				
Especificação	UND	QT	VALOR UNITÁRIO	Preço total por item
Tesoura	UND	1		R\$ -
Pinça	UND	1		R\$ -
Caixa de luvas de procedimentos	UND	1		R\$ -
Termômetro Clínico	UND	1		R\$ -
Pacote com 10 gazes 7,5 x 7,5cm (diâmetro fechado)	UND	10		R\$ -
Rolos de gaze	ROLO	4		R\$ -
Rolo de micropore	ROLO	1		R\$ -
Tubo de álcool em gel	Tubo	1		R\$ -
Caixa de band-aid	UND	1		R\$ -
Pacote de algodão com 500g	UND	1		R\$ -

Atadura de crepe	UND	2		R\$	-
Frasco de 100ml de soro fisiológico	UND	1		R\$	-
frasco 100mL solução iodada	UND	1		R\$	-
bolsa de água quente-fria	UND	1		R\$	-
maleta de primeiros socorros	UND	1		R\$	-
A= TOTAL DO KIT DE PRIMEIROS SOCORROS				R\$	-
B= A / 8 (total de postos)/12(valor mensal) → Valor a ser inserido na Planilha de Custos					-

PESQUISA DE PREÇO PARA UNIFORMES			
Descrição	Quantidade Anual	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Calça jeans	4		R\$ -
Camisa de malha tipo pólo	4		R\$ -
Cinto social em couro na cor preta (com fivela prateada ou cromada em metal)	2		R\$ -
Meia na cor preta (par)	10		R\$ -
A=VALOR TOTAL ANUAL			R\$ -
B= A/12 → VALOR TOTAL MENSAL (Valor a ser inserido na Planilha de Custos)			R\$ -

PESQUISA DE PREÇO PARA SOFTWARE DE MANUTENÇÃO			
Descrição	Quantidade Anual	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Software de gestão de manutenção	1		R\$ -
A=VALOR TOTAL ANUAL			R\$ -
B= A / 8 (total de postos)/12(valor mensal) → Valor a ser inserido na Planilha de Custos			R\$ -

SUPERVISOR DE CONSTRUÇÕES						
Equipamentos						
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VIDA ÚTIL ANOS	TAXA ANUAL DEPRECIAÇÃO	TAXA DA DEPRECIAÇÃO (valor total * taxa residual / 12 * vida útil anual)
Calculadora científica	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Notebook	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
TOTAL			R\$ -			R\$ -
Utensílios						
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VIDA ÚTIL ANOS	TAXA ANUAL DEPRECIAÇÃO	TAXA DA DEPRECIAÇÃO (valor total * taxa residual / 12 * vida útil anual)
Trena de 5m	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Trena de fibra de vidro de 30m	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Trena digital de 0,15 a 30m	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Escalímetro	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
TOTAL			R\$ -			R\$ -
SOMA TOTAL DA DEPRECIAÇÃO						R\$ -

VALOR DA DEPRECIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	
A) Valor Total dos Equipamentos/Ferramentas+Utensílios	R\$ -
B = Depreciação Mensal*	R\$ -
C) Manutenção Mensal = (A x 0,5%*)	R\$ -
D= (B+C)/1 (número de postos)	R\$ -
E) Depreciação do Material de Uso Coletivo (valor retirado da planilha de material coletivo)	R\$ -
F= D+E (Valor a ser inserido na Planilha de Custos)	R\$ -

*Depreciação calculada pelo moldes do TCU → Soma
do valor total de cada item x taxa residual do item/ 12 meses(quantidade de meses do ano) x vida útil do item;
→ A taxa residual e a vida útil de cada item foi retirado do Anexo III da IN RFB n.1700/2017.

**Manutenção Calculada pelos moldes do TCU
→ O percentual de 0,5% foi obtido adotando-se a metodologia das Tabelas de Comparações de Preços para Orçamentação, publicação da Editora Pini, para equipamentos de pequeno porte(~1,5HP), com utilização, em média, de 83h/mês, em conjunto com o Manual de Custos Rodoviários do DNIT (Volume 1/2003)

RELAÇÃO DOS EPI'S	QUANT.	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Botas de borracha	2		R\$ -
Capa de chuva	2		R\$ -
Calçados de segurança	3		R\$ -
Capacete	1		R\$ -
Óculos de proteção contra partículas sólidas	4		R\$ -
Óculos proteção contra produtos químicos	3		R\$ -
Respirador semimáscara	1		R\$ -
Filtros para respiração de vapores orgânicos e tintas	3		R\$ -
Filtros para respiração de gases ácidos	2		R\$ -
Respirador de poeira grossa	4		R\$ -
Protetor auricular	4		R\$ -
*Outros exigidos pela legislação			
TOTAL EPIs			R\$ -
*Obs: De acordo com as características do trabalho a ser desenvolvido, mesmo que eventualmente, serão ainda fornecidos a todos os funcionários envolvidos os equipamentos de segurança necessários, destacados, mas não limitados aos listados acima.			
RELAÇÃO DOS EPC's	QUANT.	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Protetor facial para esmeril USO GERAL	4		R\$ -
Luvras de raspa USO GERAL	2		R\$ -

Luvas de proteção elétrica USO GERAL	2		R\$	-
Protetor de face para solda elétrica USO GERAL	2		R\$	-
Óculos de proteção de solda oxi-acetileno USO GERAL	2		R\$	-
Mangas de raspa	2		R\$	-
Avental de raspa	2		R\$	-
Cinturão paraquedista	3		R\$	-
*Outros exigidos pela legislação				
*Obs: De acordo com as características do trabalho a ser desenvolvido, mesmo que eventualmente, serão ainda fornecidos a todos os funcionários envolvidos os equipamentos de segurança necessários, destacados, mas não limitados aos listados acima.				
A= Total Anual dos EPCs			R\$	-
B=Total Anual dos EPCs dividido pelo total de postos (8 postos)				-
C= Valor Total Anual dos EPIs				-
B+C/12= VALOR TOTAL MENSAL EPIs + EPCs (Valor a ser inserido na planilha)			R\$	-

PESQUISA DE PREÇO PARA KIT DE PRIMEIROS SOCORROS				
Especificação	UND	QT	VALOR UNITÁRIO	Preço total por item
Tesoura	UND	1		R\$ -
Pinça	UND	1		R\$ -
Caixa de luvas de procedimentos	UND	1		R\$ -
Termômetro Clínico	UND	1		R\$ -
Pacote com 10 gazes 7,5 x 7,5cm (diâmetro fechado)	UND	10		R\$ -
Rolos de gaze	ROLO	4		R\$ -
Rolo de micropore	ROLO	1		R\$ -
Tubo de álcool em gel	Tubo	1		R\$ -
Caixa de band-aid	UND	1		R\$ -
Pacote de algodão com 500g	UND	1		R\$ -
Atadura de crepe	UND	2		R\$ -
Frasco de 100ml de soro fisiológico	UND	1		R\$ -

frasco 100mL solução iodada	UND	1		R\$	-
bolsa de água quente-fria	UND	1		R\$	-
maleta de primeiros socorros	UND	1		R\$	-
A= TOTAL DO KIT DE PRIMEIROS SOCORROS				R\$	-
B= A / 8 (total de postos)/12(valor mensal) → Valor a ser inserido na Planilha de Custos					-

PESQUISA DE PREÇO PARA UNIFORMES			
Descrição	Quantidade Anual	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Calça jeans	4		R\$ -
Camisa de malha tipo pólo	4		R\$ -
Cinto social em couro na cor preta (com fivela prateada ou cromada em metal)	2		R\$ -
Meia na cor preta (par)	10		R\$ -
A=VALOR TOTAL ANUAL			R\$ -
B= A/12 → VALOR TOTAL MENSAL (Valor a ser inserido na Planilha de Custos)			R\$ -

PESQUISA DE PREÇO PARA SOFTWARE DE MANUTENÇÃO			
Descrição	Quantidade Anual	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Software de gestão de manutenção	1		R\$ -
A=VALOR TOTAL ANUAL			R\$ -
B= A / 8 (total de postos)/12(valor mensal) → Valor a ser inserido na Planilha de Custos			R\$ -

TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA

Ferramentas

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VIDA ÚTIL ANOS	TAXA ANUAL DEPRECIAÇÃO	TAXA DA DEPRECIAÇÃO(val or total *taxa residual/12 *vida útil anual)
Alicate amperímetro	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Multímetro digital, similar a marca modelo Minipa ET-2082E	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Jg. de chaves de fenda de 1/8" x 6" a 5/8" X 6"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg de chaves Philips	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Arco de Serra	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate Universal	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate de Bico	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate de corte	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg de Chave Allen até 3/8"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg de chave Allen até 10mm	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg de chave combinada até 22mm	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave Ajustável 6", 10" e 12"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Martelo de bola	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg. Chave de torque	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg de chave de boca de 6mm até 22mm	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Ferro de solda de 30 watts	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Ferro de solda de 100 watts	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Chave canhão de ¼",	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave canhão de 5/16"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave canhão de 3/8"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate de pressão	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave de fenda cotoco de ¼"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave philips cotoco	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate prensa para terminais pré isolados 0,5-6mm²	1		R\$ -	5	20%	R\$ -

Lima triangular, tipo murça	2		R\$ -	5	20%	R\$ -
Lima meia cana, tipo murça	2		R\$ -	5	20%	R\$ -
Lima Chata, tipo murça	2		R\$ -	5	20%	R\$ -
Total			R\$ -			R\$ -

Utensílios						
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VIDA ÚTIL ANOS	TAXA ANUAL DEPRECIAÇÃO	TAXA DA DEPRECIAÇÃO(val or total *taxa residual/12 *vida útil anual)
Caixa de ferramenta sanfonada com cadeado	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Trena de 5m	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Nível de mão com base de alumínio	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Estilete	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Sugador de solda	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
TOTAL			R\$ -			R\$ -
SOMA TOTAL DA DEPRECIAÇÃO						R\$ -

VALOR DA DEPRECIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	
A) Valor Total dos Equipamentos, Ferramentas+Utensílios	R\$ -
B = Depreciação Mensal*	R\$ -
C) Manutenção Mensal = (A x 0,5%**)	R\$ -
D= (B+C)/1 (número de postos)	R\$ -
E) Depreciação do Material de Uso Coletivo (valor retirado da planilha de material coletivo)	R\$ -
F= D+E (Valor a ser inserido na Planilha de Custos)	R\$ -
*Depreciação calculada pelo moldes do TCU → Soma do valor total de cada item x taxa residual do item/ 12 (quantidade de meses do ano) X vida útil anual do item; → A taxa residual e a vida útil de cada item foi retirado do Anexo III da IN RFB n.1700/2017.	
**Manutenção Calculada pelos moldes do TCU O percentual de 0,5% foi obtido adotando-se a metodologia das Tabelas de Comparações de Preços para Orçamentação, publicação da Editora Pini, para equipamentos de pequeno porte(~1,5HP), com utilização, em média, de 83h/mês, em conjunto com o Manual de Custos Rodoviários do DNIT (Volume 1/2003)	

RELAÇÃO DOS EPI'S	QUANT.	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Avental trevira	2		R\$ -
Botas de borracha	2		R\$ -
Capa de chuva	2		R\$ -
Calçados de segurança	3		R\$ -
Capacete	1		R\$ -
Óculos de proteção contra partículas sólidas	4		R\$ -
Óculos proteção contra produtos químicos	3		R\$ -
Óculos de proteção contra gases e vapores	1		R\$ -
Luvas de cobertura	2		R\$ -
Luvas de PVC	3		R\$ -
Luvas de vaqueta	3		R\$ -
Luvas de borracha	4		R\$ -
Respirador semimáscara	1		R\$ -
Filtros para respiração de vapores orgânicos e tintas	3		R\$ -
Filtros para respiração de gases ácidos	2		R\$ -
Respirador de poeira grossa	4		R\$ -
Protetor auricular	4		R\$ -
*Outros exigidos pela legislação			
TOTAL EPIs			R\$ -
*Obs: De acordo com as características do trabalho a ser desenvolvido, mesmo que eventualmente, serão ainda fornecidos a todos os funcionários envolvidos os equipamentos de segurança necessários, destacados, mas não limitados aos listados acima.			
RELAÇÃO DOS EPC's	QUANT.	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Protetor facial para esmeril USO GERAL	4		R\$ -
Luvas de raspa USO GERAL	2		R\$ -
Luvas de proteção elétrica USO GERAL	2		R\$ -
Protetor de face para solda elétrica USO GERAL	2		R\$ -
Óculos de proteção de solda oxi-acetileno USO GERAL	2		R\$ -
Mangas de raspa	2		R\$ -
Avental de raspa	2		R\$ -

Cinturão paraquedista	3		R\$	-
*Outros exigidos pela legislação				
*Obs: De acordo com as características do trabalho a ser desenvolvido, mesmo que eventualmente, serão ainda fornecidos a todos os funcionários envolvidos os equipamentos de segurança necessários, destacados, mas não limitados aos listados acima.				
A= Total Anual dos EPCs			R\$	-
B=Total Anual dos EPCs dividido pelo total de postos (8 postos)				-
C= Valor Total Anual dos EPis				-
D=(B+C)/12= VALOR TOTAL MENSAL EPis + EPCs (Valor a ser inserido na planilha)			R\$	-

PESQUISA DE PREÇO PARA KIT DE PRIMEIROS SOCORROS				
Especificação	UND	QT	VALOR UNITÁRIO	Preço total por item
Tesoura	UND	1		R\$ -
Pinça	UND	1		R\$ -
Caixa de luvas de procedimentos	UND	1		R\$ -
Termômetro Clínico	UND	1		R\$ -
Pacote com 10 gazes 7,5 x 7,5cm (diâmetro fechado)	UND	10		R\$ -
Rolos de gaze	ROLO	4		R\$ -
Rolo de micropore	ROLO	1		R\$ -
Tubo de álcool em gel	Tubo	1		R\$ -
Caixa de band-aid	UND	1		R\$ -
Pacote de algodão com 500g	UND	1		R\$ -
Atadura de crepe	UND	2		R\$ -
Frasco de 100ml de soro fisiológico	UND	1		R\$ -
frasco 100mL solução iodada	UND	1		R\$ -
bolsa de água quente-fria	UND	1		R\$ -
maleta de primeiros socorros	UND	1		R\$ -
A= TOTAL DO KIT DE PRIMEIROS SOCORROS				R\$ -
B= A / 8 (total de postos)/12(valor mensal) → Valor a ser inserido na Planilha de Custos				-

PESQUISA DE PREÇO PARA UNIFORMES

Descrição	Quantidade Anual	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Meia na cor preta (par)	10		R\$ -
Camisa eletricista conforme NR-6 e NR-10	4		R\$ -
Calça eletricista conforme NR-6 eNR-10	4		R\$ -
A=VALOR TOTAL ANUAL			R\$ -
B= A/12 → VALOR TOTAL MENSAL (Valor a ser inserido na Planilha de Custos)			R\$ -

PESQUISA DE PREÇO PARA SOFTWARE DE MANUTENÇÃO			
Descrição	Quantidade Anual	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Software de gestão de manutenção	1		R\$ -
A=VALOR TOTAL ANUAL			R\$ -
B= A / 8 (total de postos)/12(valor mensal) → Valor a ser inserido na Planilha de Custos			R\$ -

ELETRICISTA

Ferramentas

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VIDA ÚTIL ANOS	TAXA ANUAL DEPRECIAÇÃO	TAXA DA DEPRECIAÇÃO (valor total * taxa residual / 12 * vida útil anual)
Alicate amperímetro	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Multímetro digital, similar a marca modelo Minipa ET-2082E	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Jg. de chaves de fenda de 1/8" x 6" a 5/8" X 6"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg de chaves Philips	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Arco de Serra	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate Universal	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate de Bico	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate de corte	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg de Chave Allen até 3/8"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg de chave Allen até 10mm	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg de chave combinada até 22mm	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave Ajustável 6", 10" e 12"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Martelo de bola	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg de chave de boca de 6mm até 22mm	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Ferro de solda de 30 watts	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Ferro de solda de 100 watts	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Chave canhão de 1/4",	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave canhão de 5/16"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave canhão de 3/8"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate de pressão	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave de fenda cotoco de 1/4"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave philips cotoco	1		R\$ -	5	20%	R\$ -

Alicate prensa para terminais pré isolados 0,5-6mm ²	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Lima triangular, tipo murça	2		R\$ -	5	20%	R\$ -
Lima meia cana, tipo murça	2		R\$ -	5	20%	R\$ -
Lima Chata, tipo murça	2		R\$ -	5	20%	R\$ -
TOTAL			R\$ -			R\$ -

Utensílios						
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VIDA ÚTIL ANOS	TAXA ANUAL DEPRECIAÇÃO	TAXA DA DEPRECIAÇÃO (valor total * taxa residual / 12 * vida útil anual)
Caixa de ferramenta sanfonada com cadeado	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Trena de 5m	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Nível de mão com base de alumínio	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Estilete	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Sugador de solda	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
TOTAL			R\$ -			R\$ -
SOMA TOTAL DA DEPRECIAÇÃO						R\$ -

VALOR DA DEPRECIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	
A) Valor Total dos Equipamentos/Ferramentas+Utensílios	R\$ -
B = Depreciação Mensal*	R\$ -
C) Manutenção Mensal = (A x 0,5%**)	R\$ -
D= (B+C)/1 (número de postos)	R\$ -
E) Depreciação do Material de Uso Coletivo (valor retirado da planilha de material coletivo)	R\$ -
F= D+E (Valor a ser inserido na Planilha de Custos)	R\$ -

*Depreciação calculada pelo moldes do TCU

- Soma do valor total de cada item x taxa residual do item/ 12 meses (quantidade de meses do ano) X vida útil do item;
→ A taxa residual e a vida útil de cada item foi retirado do Anexo III da IN RFB n.1700/2017.

****Manutenção Calculada pelos moldes do TCU**

→ O percentual de 0,5% foi obtido adotando-se a metodologia das Tabelas de Comparações de Preços para Orçamentação, publicação da Editora Pini, para equipamentos de pequeno porte(~1,5HP), com utilização, em média, de 83h/mês, em conjunto com o Manual de Custos Rodoviários do DNIT (Volume 1/2003)

RELAÇÃO DOS EPI'S	QUANT.	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Avental trevira	2		R\$ -
Botas de borracha	2		R\$ -
Capa de chuva	2		R\$ -
Calçados de segurança	3		R\$ -
Capacete	1		R\$ -
Óculos de proteção contra partículas sólidas	4		R\$ -
Óculos proteção contra produtos químicos	3		R\$ -
Óculos de proteção contra gases e vapores	1		R\$ -
Luvas de cobertura	2		R\$ -
Luvas de PVC	3		R\$ -
Luvas de vaqueta	3		R\$ -
Luvas de borracha	4		R\$ -
Respirador semimáscara	1		R\$ -
Filtros para respiração de vapores orgânicos e tintas	3		R\$ -
Filtros para respiração de gases ácidos	2		R\$ -
Respirador de poeira grossa	4		R\$ -
Protetor auricular	4		R\$ -
*Outros exigidos pela legislação			
TOTAL EPIs			R\$ -
<p>*Obs: De acordo com as características do trabalho a ser desenvolvido, mesmo que eventualmente, serão ainda fornecidos a todos os funcionários envolvidos os equipamentos de segurança necessários, destacados, mas não limitados aos listados acima.</p>			
RELAÇÃO DOS EPC's	QUANT.	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Protetor facial para esmeril USO GERAL	4		R\$ -

Luvras de raspa USO GERAL	2		R\$	-
Luvras de proteção elétrica USO GERAL	2		R\$	-
Protetor de face para solda elétrica USO GERAL	2		R\$	-
Óculos de proteção de solda oxi-acetileno USO GERAL	2		R\$	-
Mangas de raspa	2		R\$	-
Avental de raspa	2		R\$	-
Cinturão paraquedista	3		R\$	-
*Outros exigidos pela legislação				
*Obs: De acordo com as características do trabalho a ser desenvolvido, mesmo que eventualmente, serão ainda fornecidos a todos os funcionários envolvidos os equipamentos de segurança necessários, destacados, mas não limitados aos listados acima.				
A= Total Anual dos EPCs			R\$	-
B=Total Anual dso EPCs dividido pelo total de postos (8 postos)				-
C= Valor Total Anual dos EPIs				-
B+C/12= VALOR TOTAL MENSAL EPIs + EPCs (Valor a ser inserido na planilha)			R\$	-

PESQUISA DE PREÇO PARA KIT DE PRIMEIROS SOCORROS				
Especificação	UND	QT	VALOR UNITÁRIO	Preço total por item
Tesoura	UND	1		R\$ -
Pinça	UND	1		R\$ -
Caixa de luvas de procedimentos	UND	1		R\$ -
Termômetro Clínico	UND	1		R\$ -
Pacote com 10 gazes 7,5 x 7,5cm (diâmetro fechado)	UND	10		R\$ -
Rolos de gaze	ROLO	4		R\$ -
Rolo de micropore	ROLO	1		R\$ -
Tubo de álcool em gel	Tubo	1		R\$ -
Caixa de band-aid	UND	1		R\$ -
Pacote de algodão com 500g	UND	1		R\$ -
Atadura de crepe	UND	2		R\$ -
Frasco de 100ml de soro fisiológico	UND	1		R\$ -

frasco 100mL solução iodada	UND	1		R\$	-
bolsa de água quente-fria	UND	1		R\$	-
maleta de primeiros socorros	UND	1		R\$	-
A= TOTAL DO KIT DE PRIMEIROS SOCORROS				R\$	-
B= A / 8 (total de postos)/12(valor mensal) → Valor a ser inserido na Planilha de Custos					-

PESQUISA DE PREÇO PARA UNIFORMES			
Descrição	Quantidade e Anual	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Meia na cor preta (par)	10		R\$ -
Camisa eletricista conforme NR-6 e NR-10	4		R\$ -
Calça eletricista conforme NR-6 e NR-10	4		R\$ -
A=VALOR TOTAL ANUAL			R\$ -
B= A/12 → VALOR TOTAL MENSAL (Valor a ser inserido na Planilha de Custos)			R\$ -

PESQUISA DE PREÇO PARA SOFTWARE DE MANUTENÇÃO			
Descrição	Quantidade e Anual	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Software de gestão de manutenção	1		R\$ -
A=VALOR TOTAL ANUAL			R\$ -
B= A / 8 (total de postos)/12(valor mensal) → Valor a ser inserido na Planilha de Custos			R\$ -

TÉCNICO DE REFRIGERAÇÃO

Ferramentas

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VIDA ÚTIL ANOS	TAXA ANUAL DEPRECIAÇÃO	TAXA DA DEPRECIAÇÃO(val or total *taxa residual/12 *vida útil anual)
Alicate amperímetro	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Multímetro digital, similar a marca modelo Minipa ET-2082E	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Jg. de chaves de fenda de 1/8" x 6" a 5/8" X 6"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg de chaves Philips	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Arco de Serra	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate Universal	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate de Bico	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate de corte	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg de Chave Allen até 3/8"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg de chave Allen até 10mm	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg de chave combinada até 22mm	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Martelo de bola	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave Ajustável 6", 10"e 12"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg. Chave de torque	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg de chave de boca de 6mm até 22mm	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Ferro de solda de 30 watts	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Ferro de solda de 100 watts	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Chave canhão de 1/4",	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave canhão de 5/16"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave canhão de 3/8"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate de pressão	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave catraca para refrigeração	1		0,00	5	20%	R\$ -
Chave de fenda cotoco de 1/4"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -

Chave philips cotoco	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate prensa para terminais pré isolados 0,5-6mm²	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Lima triangular, tipo murça	2		R\$ -	5	20%	R\$ -
Lima meia cana, tipo murça	2		R\$ -	5	20%	R\$ -
Lima Chata, tipo murça	2		R\$ -	5	20%	R\$ -
Kit flangeador de tubos	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
TOTAL			R\$ -			R\$ -

Utensílios						
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VIDA ÚTIL ANOS	TAXA ANUAL DEPRECIAÇÃO	TAXA DA DEPRECIAÇÃO(val or total *taxa residual/12 *vida útil anual)
Caixa de ferramenta sanfonada com cadeado	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Trena de 5m	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Nível de mão com base de alumínio	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Estilete	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Sugador de solda	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Manifold para refrigeração	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
TOTAL			R\$ -			R\$ -

Equipamentos						
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VIDA ÚTIL ANOS	TAXA ANUAL DEPRECIAÇÃO	TAXA DA DEPRECIAÇÃO(val or total *taxa residual/12 *vida útil anual)
Bomba de vácuo 5CFM	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Bomba de vácuo 12 CFM	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Termômetro digital penta	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
TOTAL			R\$ -			R\$ -
SOMA TOTAL DA DEPRECIAÇÃO						R\$ -

VALOR DA DEPRECIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	
A= Valor Total dos Equipamentos, Ferramentas+Utensílios	R\$ -
B = Depreciação Mensal*	R\$ -
C= Manutenção Mensal =(A X 0,5%)**	R\$ -
D= (B+C)/1 (número de postos)	R\$ -
E) Depreciação do Material de Uso Coletivo (valor retirado da planilha de material coletivo)	R\$ -
F= D+E (Valor a ser inserido na Planilha de Custos)	R\$ -
<p>*Depreciação calculada pelo moldes do TCU</p> <p>→ Soma do valor total de cada item x taxa residual do item/ 12 meses(quantidade de meses do ano) X vida útil do item;</p> <p>→ A taxa residual e a vida útil de cada item foi retirado do Anexo III da IN RFB n.1700/2017.</p>	
<p>**Manutenção Calculada pelos moldes do TCU</p> <p>→ O percentual de 0,5% foi obtido adotando-se a metodologia das Tabelas de Comparações de Preços para Orçamentação, publicação da Editora Pini, para equipamentos de pequeno porte(~1,5HP), com utilização, em média, de 83h/mês, em conjunto com o Manual de Custos Rodoviários do DNIT (Volume 1/2003)</p>	

RELAÇÃO DOS EPI'S	QUANT.	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Avental trevira	2		R\$ -
Botas de borracha	2		R\$ -
Capa de chuva	2		R\$ -
Calçados de segurança	3		R\$ -
Capacete	1		R\$ -
Óculos de proteção contra partículas sólidas	4		R\$ -
Óculos proteção contra produtos químicos	3		R\$ -
Óculos de proteção contra gases e vapores	1		R\$ -
Luvas de PVC	3		R\$ -
Luvas de vaqueta	3		R\$ -
Luvas de borracha	4		R\$ -
Respirador semimáscara	1		R\$ -
Filtros para respiração de vapores orgânicos e tintas	3		R\$ -
Filtros para respiração de gases ácidos	2		R\$ -

Respirador de poeira grossa	4		R\$ -
Protetor auricular	4		R\$ -
*Outros exigidos pela legislação			
TOTAL EPIs			R\$ -
*Obs: De acordo com as características do trabalho a ser desenvolvido, mesmo que eventualmente, serão ainda fornecidos a todos os funcionários envolvidos os equipamentos de segurança necessários, destacados, mas não limitados aos listados acima.			
RELAÇÃO DOS EPC's	QUANT.	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Protetor facial para esmeril USO GERAL	4		R\$ -
Luvas de raspa USO GERAL	2		R\$ -
Luvas de proteção elétrica USO GERAL	2		R\$ -
Protetor de face para solda elétrica USO GERAL	2		R\$ -
Óculos de proteção de solda oxi-acetileno USO GERAL	2		R\$ -
Mangas de raspa	2		R\$ -
Avental de raspa	2		R\$ -
Cinturão paraquedista	3		R\$ -
*Outros exigidos pela legislação			
*Obs: De acordo com as características do trabalho a ser desenvolvido, mesmo que eventualmente, serão ainda fornecidos a todos os funcionários envolvidos os equipamentos de segurança necessários, destacados, mas não limitados aos listados acima.			
A= Total Anual dos EPCs			R\$ -
B=Total Anual dso EPCs dividido pelo total de postos (8 postos)			-
C= Valor Total Anual dos EPIs			-
B+C/12= VALOR TOTAL MENSAL EPIs + EPCs (Valor a ser inserido na planilha)			R\$ -

PESQUISA DE PREÇO PARA KIT DE PRIMEIROS SOCORROS				
Especificação	UND	QT	VALOR UNITÁRIO	Preço total por item
Tesoura	UND	1		R\$ -
Pinça	UND	1		R\$ -

Caixa de luvas de procedimentos	UND	1		R\$	-
Termômetro Clínico	UND	1		R\$	-
Pacote com 10 gazes 7,5 x 7,5cm (diâmetro fechado)	UND	10		R\$	-
Rolos de gaze	ROLO	4		R\$	-
Rolo de micropore	ROLO	1		R\$	-
Tubo de álcool em gel	Tubo	1		R\$	-
Caixa de band-aid	UND	1		R\$	-
Pacote de algodão com 500g	UND	1		R\$	-
Atadura de crepe	UND	2		R\$	-
Frasco de 100ml de soro fisiológico	UND	1		R\$	-
frasco 100mL solução iodada	UND	1		R\$	-
bolsa de água quente-fria	UND	1		R\$	-
maleta de primeiros socorros	UND	1		R\$	-
A= TOTAL DO KIT DE PRIMEIROS SOCORROS				R\$	-
B= A / 8 (total de postos)/12(valor mensal) → Valor a ser inserido na Planilha de Custos					-

PESQUISA DE PREÇO PARA UNIFORMES			
Descrição	Quantidade Anual	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Meia na cor preta (par)	10		R\$ -
Camisa eletricista conforme NR-6 e NR-10	4		R\$ -
Calça eletricista conforme NR-6 e NR-10	4		R\$ -
A=VALOR TOTAL ANUAL			R\$ -
B= A/12 → VALOR TOTAL MENSAL (Valor a ser inserido na Planilha de Custos)			R\$ -

PESQUISA DE PREÇO PARA SOFTWARE DE MANUTENÇÃO			
Descrição	Quantidade Anual	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Software de gestão de manutenção	1		R\$ -
A=VALOR TOTAL ANUAL			R\$ -
B= A / 8 (total de postos)/12(valor mensal) → Valor a ser inserido na Planilha de Custos			R\$ -

AUXILIAR DE REFRIGERAÇÃO

Ferramentas	
-------------	--

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDA DE	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VIDA ÚTIL ANOS	TAXA ANUAL DEPRECIAÇÃO	TAXA DA DEPRECIAÇÃO(va lor total *taxa residual/12 *vida útil anual)
Jg. de chaves de fenda de 1/8" x 6" a 5/8" X 6"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg de chaves Philips	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Arco de Serra	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate Universal	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate de Bico	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate de corte	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg de chave combinada até 22mm	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Martelo de bola	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave Ajustável 6", 10"e 12"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg de chave de boca de 6mm até 22mm	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave canhão de ¼",	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave canhão de 5/16"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave canhão de 3/8"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate de pressão	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave de fenda cotoco de ¼"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave philips cotoco	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
TOTAL			R\$ -			R\$ -

Utensílios	
------------	--

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VIDA ÚTIL ANOS	TAXA ANUAL DEPRECIAÇÃO	TAXA DA DEPRECIAÇÃO (valor total * taxa residual / 12 * vida útil anual)
Caixa de ferramenta sanfonada com cadeado	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Trena de 5m	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Nível de mão com base de alumínio	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Estilete	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Manifold para refrigeração	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
TOTAL			R\$ -			R\$ -
SOMA TOTAL DA DEPRECIAÇÃO						R\$ -

VALOR DA DEPRECIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	
A= Valor Total dos Equipamentos, Ferramentas+Utensílios	R\$ -
B = Depreciação Mensal*	R\$ -
C= Manutenção Mensal =(A X 0,5%)**	R\$ -
D= (B+C)/1 (número de postos)	R\$ -
E) Depreciação do Material de Uso Coletivo (valor retirado da planilha de material coletivo)	R\$ -
F= D+E (Valor a ser inserido na Planilha de Custos)	R\$ -
*Depreciação calculada pelo moldes do TCU → Soma do valor total de cada item x taxa residual do item/ 12 meses(quantidade de meses do ano) X vida útil do item; → A taxa residual e a vida útil de cada item foi retirado do Anexo III da IN RFB n.1700/2017.	
**Manutenção Calculada pelos moldes do TCU → O percentual de 0,5% foi obtido adotando-se a metodologia das Tabelas de Comparações de Preços para Orçamentação, publicação da Editora Pini, para equipamentos de pequeno porte(~1,5HP), com utilização, em média, de 83h/mês, em conjunto com o Manual de Custos Rodoviários do DNIT (Volume 1/2003)	

RELAÇÃO DOS EPI'S	QUANT.	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
-------------------	--------	------------------	-------------------

Avental trevira	2		R\$ -
Botas de borracha	2		R\$ -
Capa de chuva	2		R\$ -
Calçados de segurança	3		R\$ -
Capacete	1		R\$ -
Óculos de proteção contra partículas sólidas	4		R\$ -
Óculos proteção contra produtos químicos	3		R\$ -
Óculos de proteção contra gases e vapores	1		R\$ -
Luvas de PVC	3		R\$ -
Luvas de vaqueta	3		R\$ -
Luvas de borracha	4		R\$ -
Respirador semimáscara	1		R\$ -
Filtros para respiração de vapores orgânicos e tintas	3		R\$ -
Filtros para respiração de gases ácidos	2		R\$ -
Respirador de poeira grossa	4		R\$ -
Protetor auricular	4		R\$ -
*Outros exigidos pela legislação			
TOTAL EPis			R\$ -
*Obs: De acordo com as características do trabalho a ser desenvolvido, mesmo que eventualmente, serão ainda fornecidos a todos os funcionários envolvidos os equipamentos de segurança necessários, destacados, mas não limitados aos listados acima.			
RELAÇÃO DOS EPC's	QUANT.	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Protetor facial para esmeril USO GERAL	4		R\$ -
Luvas de raspa USO GERAL	2		R\$ -
Luvas de proteção elétrica USO GERAL	2		R\$ -
Protetor de face para solda elétrica USO GERAL	2		R\$ -

Óculos de proteção de solda oxi-acetileno	2		R\$ -
USO GERAL	2		R\$ -
Mangas de raspa	2		R\$ -
Avental de raspa	2		R\$ -
Cinturão paraquedista	3		R\$ -
*Outros exigidos pela legislação			
*Obs: De acordo com as características do trabalho a ser desenvolvido, mesmo que eventualmente, serão ainda fornecidos a todos os funcionários envolvidos os equipamentos de segurança necessários, destacados, mas não limitados aos listados acima.			
A= Total Anual dos EPCs			R\$ -
B=Total Anual dso EPCs dividido pelo total de postos (8 postos)			-
C= Valor Total Anual dos EPIs			-
B+C/12= VALOR TOTAL MENSAL EPIs + EPCs (Valor a ser inserido na planilha)			R\$ -

PESQUISA DE PREÇO PARA KIT DE PRIMEIROS SOCORROS				
Especificação	UND	QT	VALOR UNITÁRIO	Preço total por item
Tesoura	UND	1		R\$ -
Pinça	UND	1		R\$ -
Caixa de luvas de procedimentos	UND	1		R\$ -
Termômetro Clínico	UND	1		R\$ -
Pacote com 10 gazes 7,5 x 7,5cm (diâmetro fechado)	UND	10		R\$ -
Rolos de gaze	ROLO	4		R\$ -
Rolo de micropore	ROLO	1		R\$ -
Tubo de álcool em gel	Tubo	1		R\$ -
Caixa de band-aid	UND	1		R\$ -
Pacote de algodão com 500g	UND	1		R\$ -
Atadura de crepe	UND	2		R\$ -
Frasco de 100ml de soro fisiológico	UND	1		R\$ -
frasco 100mL solução iodada	UND	1		R\$ -
bolsa de água quente-fria	UND	1		R\$ -
maleta de primeiros socorros	UND	1		R\$ -

A= TOTAL DO KIT DE PRIMEIROS SOCORROS	R\$	-
B= A / 8 (total de postos)/12(valor mensal) → Valor a ser inserido na Planilha de Custos		-

PESQUISA DE PREÇO PARA UNIFORMES			
Descrição	Quantidade e Anual	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Meia na cor preta (par)	10		R\$ -
Camisa eletricista conforme NR-6 e NR-10	4		R\$ -
Calça eletricista conforme NR-6 e NR-10	4		R\$ -
A=VALOR TOTAL ANUAL			R\$ -
B= A/12 → VALOR TOTAL MENSAL (Valor a ser inserido na Planilha de Custos)			R\$ -

PESQUISA DE PREÇO PARA SOFTWARE DE MANUTENÇÃO			
Descrição	Quantidade e Anual	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Software de gestão de manutenção	1		R\$ -
A=VALOR TOTAL ANUAL			R\$ -
B= A / 8 (total de postos)/12(valor mensal) → Valor a ser inserido na Planilha de Custos			R\$ -

BOMBEIRO HIDRÁULICO	
---------------------	--

Ferramentas	
-------------	--

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDA DE	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VIDA ÚTIL ANOS	TAXA ANUAL DEPRECIACÃO	TAXA DA DEPRECIACÃO(val or total *taxa residual/12 *vida útil anual)
Jg. de chaves de fenda de 1/8" x 6" a 5/8" X 6"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg de chaves Philips	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Arco de Serra	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate Universal	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate de Bico	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave Ajustável 6", 10"e 12"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Martelo de bola	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg de chave de boca de 6mm até 22mm	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate de pressão	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave cano de corrente de 8"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave grifa de 1",	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave grifa de 18"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave grifa de, 24"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave grifa de 36"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jogo Tarraxas de ½",3/4," 1", 1.1/2", 2", 2.1/2"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate bomba d'água	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Colher de pedreiro n10	1		0,00	5	20%	R\$ -
Lima meia cana, tipo murça	2		R\$ -	5	20%	R\$ -
Lima triangular, tipo murça	2		R\$ -	5	20%	R\$ -
Lima Chata, tipo murça	2		R\$ -	5	20%	R\$ -
TOTAL			R\$ -			R\$ -

Utensílios	
1	1
2	2
3	3
4	4
5	5
6	6
7	7
8	8
9	9
10	10
11	11
12	12
13	13
14	14
15	15
16	16
17	17
18	18
19	19
20	20
21	21
22	22
23	23
24	24
25	25
26	26
27	27
28	28
29	29
30	30
31	31
32	32
33	33
34	34
35	35
36	36
37	37
38	38
39	39
40	40
41	41
42	42
43	43
44	44
45	45
46	46
47	47
48	48
49	49
50	50
51	51
52	52
53	53
54	54
55	55
56	56
57	57
58	58
59	59
60	60
61	61
62	62
63	63
64	64
65	65
66	66
67	67
68	68
69	69
70	70
71	71
72	72
73	73
74	74
75	75
76	76
77	77
78	78
79	79
80	80
81	81
82	82
83	83
84	84
85	85
86	86
87	87
88	88
89	89
90	90
91	91
92	92
93	93
94	94
95	95
96	96
97	97
98	98
99	99
100	100

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VIDA ÚTIL ANOS	TAXA ANUAL DEPRECIAÇÃO	TAXA DA DEPRECIAÇÃO (valor total * taxa residual / 12 * vida útil anual)
Caixa de ferramenta sanfonada com cadeado	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Trena de 5m	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Nível de mão com base de alumínio	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Estilete	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
TOTAL			R\$ -			R\$ -
SOMA TOTAL DA DEPRECIAÇÃO						R\$ -

VALOR DA DEPRECIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	
A) Valor Total dos Equipamentos/Ferramentas+Utensílios	R\$ -
B = Depreciação Mensal*	R\$ -
C) Manutenção Mensal = (A x 0,5%*)	R\$ -
D= (B+C)/1 (número de postos)	R\$ -
E) Depreciação do Material de Uso Coletivo (valor retirado da planilha de material coletivo)	R\$ -
F= D+E (Valor a ser inserido na Planilha de Custos)	R\$ -
*Depreciação calculada pelo molde do TCU → Soma do valor total de cada item x taxa residual do item/ 12 meses(quantidade de meses do ano) X vida útil do item; → A taxa residual e a vida útil de cada item foi retirado do Anexo III da IN RFB n.1700/2017.	
**Manutenção Calculada pelos moldes do TCU → O percentual de 0,5% foi obtido adotando-se a metodologia das Tabelas de Comparações de Preços para Orçamento, publicação da Editora Pini, para equipamentos de pequeno porte(~1,5HP), com utilização, em média, de 83h/mês, em conjunto com o Manual de Custos Rodoviários do DNIT (Volume 1/2003)	

RELAÇÃO DOS EPI'S	QUANT.	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Avental trevira	2		R\$ -
Botas de borracha	2		R\$ -
Capa de chuva	2		R\$ -
Calçados de segurança	3		R\$ -

Capacete	1		R\$ -
Óculos de proteção contra partículas sólidas	4		R\$ -
Óculos proteção contra produtos químicos	3		R\$ -
Óculos de proteção contra gases e vapores	1		R\$ -
Luvas de PVC	3		R\$ -
Luvas de vaqueta	3		R\$ -
Luvas de borracha	4		R\$ -
Respirador semimáscara	1		R\$ -
Filtros para respiração de vapores orgânicos e tintas	3		R\$ -
Filtros para respiração de gases ácidos	2		R\$ -
Respirador de poeira grossa	4		R\$ -
Protetor auricular	4		R\$ -
*Outros exigidos pela legislação			
TOTAL EPIs			R\$ -
*Obs: De acordo com as características do trabalho a ser desenvolvido, mesmo que eventualmente, serão ainda fornecidos a todos os funcionários envolvidos os equipamentos de segurança necessários, destacados, mas não limitados aos listados acima.			
RELAÇÃO DOS EPC's	QUANT.	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Protetor facial para esmeril USO GERAL	4		R\$ -
Luvas de raspa USO GERAL	2		R\$ -
Luvas de proteção elétrica USO GERAL	2		R\$ -
Protetor de face para solda elétrica USO GERAL	2		R\$ -
Óculos de proteção de solda oxi-acetileno USO GERAL	2		R\$ -
Mangas de raspa	2		R\$ -
Avental de raspa	2		R\$ -
Cinturão paraquedista	3		R\$ -
*Outros exigidos pela legislação			
*Obs: De acordo com as características do trabalho a ser desenvolvido, mesmo que eventualmente, serão ainda fornecidos a todos os funcionários envolvidos os equipamentos de segurança necessários, destacados, mas não limitados aos listados acima.			

A= Total Anual dos EPCs	R\$ -
B=Total Anual dos EPCs dividido pelo total de postos (8 postos)	-
C= Valor Total Anual dos EPIs	-
B+C/12= VALOR TOTAL MENSAL EPIs + EPCs (Valor a ser inserido na planilha)	R\$ -

PESQUISA DE PREÇO PARA KIT DE PRIMEIROS SOCORROS				
Especificação	UND	QT	VALOR UNITÁRIO	Preço total por item
Tesoura	UND	1		R\$ -
Pinça	UND	1		R\$ -
Caixa de luvas de procedimentos	UND	1		R\$ -
Termômetro Clínico	UND	1		R\$ -
Pacote com 10 gazes 7,5 x 7,5cm (diâmetro fechado)	UND	10		R\$ -
Rolos de gaze	ROLO	4		R\$ -
Rolo de micropore	ROLO	1		R\$ -
Tubo de álcool em gel	Tubo	1		R\$ -
Caixa de band-aid	UND	1		R\$ -
Pacote de algodão com 500g	UND	1		R\$ -
Atadura de crepe	UND	2		R\$ -
Frasco de 100ml de soro fisiológico	UND	1		R\$ -
frasco 100mL solução iodada	UND	1		R\$ -
bolsa de água quente-fria	UND	1		R\$ -
maleta de primeiros socorros	UND	1		R\$ -
A= TOTAL DO KIT DE PRIMEIROS SOCORROS				R\$ -
B= A / 8 (total de postos)/12(valor mensal) → Valor a ser inserido na Planilha de Custos				-

PESQUISA DE PREÇO PARA UNIFORMES			
Descrição	Quantidade Anual	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Meia na cor preta (par)	10		-
Calça para trabalho pesado, tecido tipo brim, com bolsos.	4		-

Bata curta, tipo Mecânico, com bolsos e tecido tipo brim.	4		R\$	-
A=VALOR TOTAL ANUAL				-
B= A/12 → VALOR TOTAL MENSAL (Valor a ser inserido na Planilha de Custos)				-

PESQUISA DE PREÇO PARA SOFTWARE DE MANUTENÇÃO				
Descrição	Quantidad e Anual	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	
Software de gestão de manutenção	1		R\$	-
A=VALOR TOTAL ANUAL			R\$	-
B= A / 8 (total de postos)/12(valor mensal) → Valor a ser inserido na Planilha de Custos			R\$	-

OFICIAL DE MANUTENÇÃO						
EQUIPAMENTOS						
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDA DE	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VIDA ÚTIL ANOS	TAXA ANUAL DEPRECIAÇÃO	TAXA DA DEPRECIAÇÃO(valor total *taxa residual/12 *vida útil anual)
Plaina elétrica mínimo 600 w	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Serra Tico-Tico	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Multicortadora	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Lixadeira de Cinta	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Esmerilhadeira	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Moto Esmeril	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Tesoura Faca	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
TOTAL			R\$ -			R\$ -

FERRAMENTAS						
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDA DE	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VIDA ÚTIL ANOS	TAXA ANUAL DEPRECIAÇÃO	TAXA DA DEPRECIAÇÃO(valor total *taxa residual/12 *vida útil anual)
Alicate amperímetro	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Multímetro digital, similar a marca modelo Minipa ET-2082E	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Jg. de chaves de fenda de 1/8" x 6" a 5/8" X 6"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg de chaves Philips	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Arco de Serra	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate Universal	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate de Bico	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate de corte	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg de Chave Allen até 3/8"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg de chave Allen até 10mm	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg de chave combinada até 22mm	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave Ajustável 6", 10" e 12"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Martelo de bola	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Jg de chave de boca de 6mm até 22mm	1		R\$ -	5	20%	R\$ -

Ferro de solda de 100 watts	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Chave canhão de ¼",	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave canhão de 5/16"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave canhão de 3/8"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate de pressão	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave de fenda cotoco de ¼"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Chave philips cotoco	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate bomba d'água	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Colher de pedreiro n10	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Martelo de unha 25mm	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Machadinha 600g	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Martelo de borracha 450g	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Torques amador 12"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Serrate supercut 20"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Desempenadeira de PVC	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Desempenadeira de aço dentada	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Desempenadeira de aço lisa	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Régua de pedreiro	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Espatulas de aço inox	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Conjunto de formões 6,12,18 mm	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Malho ou maço de madeira	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Serra Circular manual	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate para canos 9"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Alicate pressão 10"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Serrate para gesso	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Cortador de vidro	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Ventosa dupla para vidro	2		R\$ -	5	20%	R\$ -
Lima triangular, tipo murça	2		R\$ -	5	20%	R\$ -
Lima meia cana, tipo murça	2		R\$ -	5	20%	R\$ -
Lima Chata, tipo murça	2		R\$ -	5	20%	R\$ -
Torno de bancada	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
TOTAL			R\$ -			R\$ -

UTENSÍLIOS						
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDA DE	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VIDA ÚTIL ANOS	TAXA ANUAL DEPRECIACÃO	TAXA DA DEPRECIACÃO(valor total *taxa residual/12 *vida útil anual)

Caixa de ferramenta sanfonada com cadeado	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Trena de 5m	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Nível de mão com base de alumínio	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Estilete	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Sugador de solda	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Esquadro 12"	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Prumo 500g	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Réguas de aço inox/alumínio	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Esquadro de carpinteiro	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Riscador de carpinteiro	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Grampos de carpinteiro	4		R\$ -	5	20%	R\$ -
Paquímetro	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
TOTAL			R\$ -			R\$ -
SOMA TOTAL DA DEPRECIAÇÃO						R\$ -

VALOR DA DEPRECIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS+FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	
A) Valor Total dos Equipamentos+Ferramentas+Utensílios	R\$ -
B = Depreciação Mensal*	R\$ -
C) Manutenção Mensal = (A x 0,5%*)	R\$ -
D= (B+C)/1 (número de postos)	R\$ -
E) Depreciação do Material de Uso Coletivo (valor retirado da planilha de material coletivo)	R\$ -
F= D+E (Valor a ser inserido na Planilha de Custos)	R\$ -
<p>*Depreciação calculada pelo moldes do TCU →</p> <p>Soma do valor total de cada item x taxa residual do item/ 12 meses(quantidade de meses do ano) x vida útil do item;</p> <p>→ A taxa residual e a vida útil de cada item foi retirado do Anexo III da IN RFB n.1700/2017.</p>	
<p>**Manutenção Calculada pelos moldes do TCU</p> <p>→ O percentual de 0,5% foi obtido adotando-se a metodologia das Tabelas de Comparações de Preços para Orçamentação, publicação da Editora Pini, para equipamentos de pequeno porte(~1,5HP), com utilização, em média, de 83h/mês, em conjunto com o Manual de Custos Rodoviários do DNIT (Volume 1/2003)</p>	

RELAÇÃO DOS EPI'S	QUANT.	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Avental trevira	2		R\$ -
Botas de borracha	2		R\$ -

Capa de chuva	2		R\$ -
Calçados de segurança	3		R\$ -
Capacete	1		R\$ -
Óculos de proteção contra partículas sólidas	4		R\$ -
Óculos proteção contra produtos químicos	3		R\$ -
Óculos de proteção contra gases e vapores	1		R\$ -
Luvas de cobertura	2		R\$ -
Luvas de PVC	3		R\$ -
Luvas de vaqueta	3		R\$ -
Luvas de borracha	4		R\$ -
Respirador semimáscara	1		R\$ -
Filtros para respiração de vapores orgânicos e tintas	3		R\$ -
Filtros para respiração de gases ácidos	2		R\$ -
Respirador de poeira grossa	4		R\$ -
Protetor auricular	4		R\$ -
*Outros exigidos pela legislação			R\$ -
TOTAL EPIs			R\$ -

*Obs: De acordo com as características do trabalho a ser desenvolvido, mesmo que eventualmente, serão ainda fornecidos a todos os funcionários envolvidos os equipamentos de segurança necessários, destacados, mas não limitados aos listados acima.

RELAÇÃO DOS EPC's	QUANT.	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Protetor facial para esmeril USO GERAL	4		R\$ -
Luvas de raspa USO GERAL	2		R\$ -
Luvas de proteção elétrica USO GERAL	2		R\$ -
Protetor de face para solda elétrica USO GERAL	2		R\$ -
Óculos de proteção de solda oxi-acetileno USO GERAL	2		R\$ -
Mangas de raspa	2		R\$ -
Avental de raspa	2		R\$ -
Cinturão paraquedista	3		R\$ -
*Outros exigidos pela legislação			

*Obs: De acordo com as características do trabalho a ser desenvolvido, mesmo que eventualmente, serão ainda fornecidos a todos os funcionários envolvidos os equipamentos de segurança necessários, destacados, mas não limitados aos listados acima.

A= Total Anual dos EPCs	R\$	-
B=Total Anual dos EPCs dividido pelo total de postos (8 postos)		-
C= Valor Total Anual dos EPis		-
B+C/12= VALOR TOTAL MENSAL EPis + EPCs (Valor a ser inserido na planilha)	R\$	-

PESQUISA DE PREÇO PARA KIT DE PRIMEIROS SOCORROS				
Especificação	UND	QT	VALOR UNITÁRIO	Preço total por item
Tesoura	UND	1		R\$ -
Pinça	UND	1		R\$ -
Caixa de luvas de procedimentos	UND	1		R\$ -
Termômetro Clínico	UND	1		R\$ -
Pacote com 10 gazes 7,5 x 7,5cm (diâmetro fechado)	UND	10		R\$ -
Rolos de gaze	ROLO	4		R\$ -
Rolo de micropore	ROLO	1		R\$ -
Tubo de álcool em gel	Tubo	1		R\$ -
Caixa de band-aid	UND	1		R\$ -
Pacote de algodão com 500g	UND	1		R\$ -
Atadura de crepe	UND	2		R\$ -
Frasco de 100ml de soro fisiológico	UND	1		R\$ -
frasco 100mL solução iodada	UND	1		R\$ -
bolsa de água quente-fria	UND	1		R\$ -
maleta de primeiros socorros	UND	1		R\$ -
A= TOTAL DO KIT DE PRIMEIROS SOCORROS				R\$ -
B= A / 8 (total de postos)/12(valor mensal) → Valor a ser inserido na Planilha de Custos				-

PESQUISA DE PREÇO PARA UNIFORMES			
Descrição	Quantidade Anual	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Meia na cor preta (par)	10		R\$ -

Camisa eletricista conforme NR-6 e NR-10	4		R\$	-
Calça eletricista conforme NR-6 e NR-10	4		R\$	-
A=VALOR TOTAL ANUAL			R\$	-
B= A/12 → VALOR TOTAL MENSAL (Valor a ser inserido na Planilha de Custos)			R\$	-

PESQUISA DE PREÇO PARA SOFTWARE DE MANUTENÇÃO			
Descrição	Quantidad e Anual	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Software de gestão de manutenção	1		R\$ -
A=VALOR TOTAL ANUAL			R\$ -
B= A / 8 (total de postos)/12(valor mensal) → Valor a ser inserido na Planilha de Custos			R\$ -

MATERIAIS E FERRAMENTAS DE USO COLETIVO

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VIDA ÚTIL ANOS	TAXA ANUAL DEPRECIÇÃO	TAXA DA DEPRECIÇÃO (valor total * taxa residual/12 * vida útil anual)
Transpalete hidráulico zincado capacidade 3000 kg (Patinha)	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Esmerilhadeira	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Compressor portátil para pintura	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Soprador térmico digital 2000watts	2		R\$ -	10	10%	R\$ -
Lava jato, similar a marca e modelo Hd585 Prof. S 220v Kärcher	2		R\$ -	10	10%	R\$ -
Martelete 550 W, similar a marca e modelo Bosch GBH 2-18RE SDS Plus	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Furadeira de mandril, similar a marca e modelo Bosch GSB 20-2 Impacto	2		R\$ -	10	10%	R\$ -
Furadeira, similar a marca e modelo Bosch D55940F	2		R\$ -	10	10%	R\$ -
Escada de alumínio tipo tesoura com 08 degraus	2		R\$ -	4	25%	R\$ -
Escada articulada de alumínio, multiuso 12 em 1, com 12 degraus	2		R\$ -	4	25%	R\$ -
Conjunto solda PPU 201	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Termômetro infravermelho	2		R\$ -	10	10%	R\$ -
Escada PN Dupla de Alumínio, com no mínimo 12 degraus	1		R\$ -	4	25%	R\$ -
Andaime com as seguintes medidas: altura 1,00 x 1,50 comprimento, peso máximo 12 kg.	20		R\$ -	4	25%	R\$ -
Diagonais com 1,475mm com peso de 3,6 kg	4		R\$ -	4	25%	R\$ -
Placa de sinalização, com os dizeres "EM MANUTENÇÃO"	4		R\$ -	5	20%	R\$ -
Placa de sinalização com os dizeres "INTERDITADO"	4		R\$ -	5	20%	R\$ -
Placa de sinalização com os dizeres "PERIGO"	4		R\$ -	5	20%	R\$ -

Placa de sinalização com os dizeres “ALTA TENSÃO”	4		R\$ -	5	20%	R\$ -
Extensão Elétrica, fio paralelo de 2,5 mm e 40 m de comprimento	3		R\$ -	5	20%	R\$ -
Cavelete confeccionado em material plástico, com informações e pictogramas descritos com os seguintes dizeres: CUIDADO HOMENS TRABALHANDO, PROIBIDO ESTACIONAR CARGA E DESCARGA, PROIBIDO ESTACIONAR ENTRADA E SAÍDA DE VEÍCULOS.	4		R\$ -	5	20%	R\$ -
Corrente de plástico com elos grandes (9mm) na cor amarela - METROS	10		R\$ -	5	20%	R\$ -
Cone de sinalização em PVC com base quadrada oca para enchimento de areia, tamanho 75 cm	4		R\$ -	5	20%	R\$ -
Impressora tipo rotuladora	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Recolhedora de gás 1HP 220V, similar a marca e modelo Aitcool RECO520SD	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Cilindro para recolhedora de gás refrigerante de 12kg à 14kg, com válvula de segurança	1		R\$ -	5	20%	R\$ -
Balança digital para gases refrigerantes, capacidade mínima de 50kg	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Termoanemômetro digital, similar a marca e modelo INSTRUTHERM TAFR-190 - obs: Em substituição ao kit de aterramento para barramentos	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Máquina de fumaça potência mínima de 400w, 220V - obs: Em substituição ao detector de tensão	1		R\$ -	10	10%	R\$ -
Lanterna com pilhas	2		R\$ -	5	20%	R\$ -
Marreta de 1kg	2		R\$ -	5	20%	R\$ -
Talhadeira	4		R\$ -	5	20%	R\$ -
Ponteiro	4		R\$ -	5	20%	R\$ -
Punho isolador saca fusível	2		R\$ -	5	20%	R\$ -

Saca polia 03 garras de 4"	1		R\$	-	5	20%	R\$	-
Ferro de solda tipo machadinha	1		R\$	-	10	10%	R\$	-
Jg de chave catraca	2		R\$	-	5	20%	R\$	-
Marreta de 1,5kg	2		R\$	-	5	20%	R\$	-
Pé de Cabra Simples 500mm	2		R\$	-	5	20%	R\$	-
Pistola para tubo de silicone	2		R\$	-	5	20%	R\$	-
RELÓGIO DE PONTO BIOMÉTRICO	1		R\$	-	10	10%	R\$	-
TOTAL			R\$	-			R\$	-
SOMA TOTAL DA DEPRECIAÇÃO							R\$	-

VALOR DA DEPRECIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	
A) Valor Total dos Equipamentos/Ferramentas+Utensílios	R\$ -
B) Depreciação Mensal	R\$ -
C) Manutenção Mensal = (A x 0,5%)	R\$ -
D= (B+C)/ 8(número de postos) * → Valor a ser somado com o material individual de cada posto.	R\$ -
*Depreciação calculada pelo moldes do TCU → Soma do valor total de cada item x taxa residual do item/ 12 meses(duração do contrato) X vida útil do item; → A taxa residual e a vida útil de cada item foi retirado do Anexo III da IN RFB n.1700/2017.	
**Manutenção Calculada pelos moldes do TCU →O percentual de 0,5% foi obtido adotando-se a metodologia das Tabelas de Comparações de Preços para Orçamentação, publicação da Editora Pini, para equipamentos de pequeno porte(~1,5HP), com utilização, em média, de 83h/mês, em conjunto com o Manual de Custos Rodoviários do DNIT (Volume 1/2003)	

***Como se trata de material de uso coletivo esse valor foi dividido pela quantidade total de postos da contratação, no caso 8.**

MATERIAIS PARA CONTRATO DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA NAS REDES HIDRÁULICAS, ELÉTRICAS E OUTRAS INSTALAÇÕES					
Item	Especificação	Unid	Qtd. Mensal	Valor Unitário	Valor Total
1	Solvente	Galão 5 litros	2		R\$ -
2	Álcool Isopropílico	litro	2		R\$ -
3	Anticorrosivo	Frasco 300ml	10		R\$ -
4	Detergente	Litro	3		R\$ -
5	Estopa	quilo	2		R\$ -
6	Graxa	quilo	2		R\$ -
7	Lixa nº 60	Unidade	30		R\$ -
8	Lixa nº 100	Unidade	30		R\$ -
9	Óleo Tipo Singer (100ml)	Unidade	10		R\$ -
10	Pincel 2	Unidade	6		R\$ -
11	Vaselina Sólida	quilo	3		R\$ -
12	Vaselina Líquida	litro	3		R\$ -
13	Tinta Esmalte Sintético na Cor Gelo	Galão 3,6 litros	3		R\$ -
14	Tinta Esmalte Sintético na Cor Branco	Galão 3,6 litros	3		R\$ -
15	Zarcão	galão 900ml	5		R\$ -
A= Total Mensal					R\$ -
B= A/quantidade de postos → Valor a inserido na Planilha de Cutos					-



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA
Secretária de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL
Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE
Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE
Telefone: (81) 3231-9050

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A empresa _____ declara, sob as penas da lei, na qualidade de proponente licitatório, sob a modalidade Pregão eletrônico nº___/20___, instaurado pelo Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco - LFDA/PE, de que atende aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 01, de 19/01/2010, nos casos em que a referida instrução se aplica ao objeto.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

Recife, de de 20___.

Assinatura e carimbo do emissor



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

**DECLARO, EM ATENDIMENTO AO PREVISTO NO TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____ DO LFDA/PE, QUE
EU, _____, PORTADOR(A) DA RG Nº _____ E DO
CPF Nº _____, REPRESENTANTE DA EMPRESA
_____, ESTABELECIDA NO(NA) _____,
COMO SEU(SUA) REPRESENTANTE LEGAL PARA OS FINS DA PRESENTE
DECLARAÇÃO, TENHO PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS
PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.**

LOCAL E DATA.

ASSINATURA E CARIMBO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA.

ANEXO VII

MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE DESTAQUES NO PAGAMENTO MENSAL E DE RETENÇÃO E UTILIZAÇÃO DA GARANTIA

PROCESSO Nº 21002.000520/2020-24

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2020

CONTRATO Nº XXXX/XXXX

A (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº (Informar) por intermédio de seu representante legal, o Sr. (Informar o nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº (Informar) e do CPF nº (Informar), AUTORIZA, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e dos dispositivos correspondentes do Edital:

(X) que os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas devidas aos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme o conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

(X) que os valores provisionados para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam destacados do valor mensal e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa junto a instituição bancária oficial, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017

(X) que os valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS sejam retidos na fatura e depositados diretamente nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores alocados na execução do contrato, observada a legislação específica, e conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

(X) que a Contratante utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a Contratada não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

Local e data.

(Assinatura do representante legal do licitante)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

MINUTA

ANEXO VIII

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A UNIÃO E INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO _____ (ÓRGÃO / ENTIDADE) E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA _____, VISANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DA RETENÇÃO DE PROVISÕES DE ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E OUTROS A SEREM PAGOS, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA XXXX, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

A UNIÃO, por intermédio do _____, (informar o órgão) estabelecido(a) _____, (endereço completo), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ____/____-__, por meio da Coordenação _____, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº _____, de ____/____/____, (data) publicada no D.O.U. de ____/____/____, (data) neste ato, representado(a) pelo(a) _____(cargo), Senhor(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, e inscrito no CPF sob nº _____, nomeado(a) pela Portaria nº _____, de ____/____/____ (data), publicada no D.O.U. de ____/____/____ (data), doravante denominado(a) ADMINISTRAÇÃO, e, de outro lado, a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, _____, estabelecido(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominado(a) **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, neste ato, representado(a) pelo seu _____ (cargo), Senhor(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, e inscrito no CPF sob nº _____, têm justo e acordado o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, para o estabelecimento de critérios e procedimentos para abertura automatizada de contas bancárias específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços de contratos firmados pelo órgão ou entidade ora mencionado, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DAS DEFINIÇÕES

Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

1. **CLT** - Consolidação das Leis do Trabalho.
2. **Prestador de Serviços** - pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com a ADMINISTRAÇÃO.
3. **Rubricas** - itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

4. Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação - cadastro em nome do **Prestador dos Serviços** de cada contrato firmado pela **ADMINISTRAÇÃO**, a ser utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

5. Usuário(s) - servidor(es) da **ADMINISTRAÇÃO** e por ela formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de autoatendimento da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.

6. Partícipes - referência ao órgão da Administração Pública Federal e à Instituição Financeira.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, dos critérios para abertura de **contas-depósitos** específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela **ADMINISTRAÇÃO**, bem como viabilizar o acesso da **ADMINISTRAÇÃO** aos saldos e extratos das contas abertas.

1. Para cada **Contrato** será aberta uma **conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação** em nome do **Prestador de Serviços** do **Contrato**.

2. A conta será exclusivamente aberta para recebimento de depósitos dos recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pela **ADMINISTRAÇÃO**, pagos ao **Prestador de Serviços** dos **Contratos** e será denominada **conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação**.

3. A movimentação dos recursos na **conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação** será providenciada exclusivamente à ordem da **ADMINISTRAÇÃO**.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO FLUXO OPERACIONAL

O cadastramento, captação e movimentação dos recursos dar-se-ão conforme o fluxo operacional a seguir:

1. A **ADMINISTRAÇÃO** firma o **Contrato** com o **Prestador dos Serviços**.

2. A **ADMINISTRAÇÃO** envia à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** arquivo em meio magnético, em modelo específico previamente acordado entre a **ADMINISTRAÇÃO** e a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, para abertura de conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - em nome do **Prestador de Serviços** que tiver contrato firmado ou envia Ofício à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, solicitando a abertura de conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação em nome do **Prestador de Serviços**.

3. A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** recebe arquivo transmitido pela **ADMINISTRAÇÃO** e abre conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, em nome do **Prestador dos Serviços** para todos os registros dos arquivos válidos, nas agências da **INSTITUIÇÃO**



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

FINANCEIRA no território nacional ou a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe Ofício da ADMINISTRAÇÃO e, após a entrega, pelo Prestador de Serviços, dos documentos necessários, procede à abertura da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.

4. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA envia à ADMINISTRAÇÃO arquivo retorno em modelo específico previamente acordado entre os Partícipes, contendo o cadastramento da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação aberta em nome do Prestador dos Serviços, bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos ou envia Ofício à ADMINISTRAÇÃO, contendo o número da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.

5. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe o ofício da ADMINISTRAÇÃO e efetua cadastro no seu sistema eletrônico.

6. A ADMINISTRAÇÃO credita mensalmente recursos retidos da planilha de custos e de formação de preços do contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, mantida exclusivamente nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, mediante emissão de Ordem Bancária, na forma estabelecida pela ADMINISTRAÇÃO e pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

7. A ADMINISTRAÇÃO solicita à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA a movimentação dos recursos, na forma do Anexo IV do presente Instrumento.

8. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA acata solicitação de movimentação financeira na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação efetuada pela ADMINISTRAÇÃO, confirmando, por meio de Ofício, nos moldes indicados no Anexo V deste Instrumento, caso a movimentação não tenha sido efetuada pela Administração via meio eletrônico.

9. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibiliza à ADMINISTRAÇÃO aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos e para movimentação, se for o caso, da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, após autorização expressa da ADMINISTRAÇÃO, para recebimento de chave e senhas de acesso a sistema eletrônico.

9.1. O fluxo operacional se dará nos seguintes termos:

9.1.1. O acesso da ADMINISTRAÇÃO às contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação fica condicionado à expressa autorização, formalizada em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste Instrumento, pelos Proponentes, titulares das contas, quando do processo de entrega da documentação junto à agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

9.1.2. Os recursos depositados nas contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação serão remunerados conforme índice de correção da poupança *pro rata die*.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

9.1.3. Eventual alteração da forma de correção da poupança prevista no subitem 9.1.2 deste Instrumento implicará a revisão deste Termo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA QUARTA DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

À **ADMINISTRAÇÃO** compete:

1. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, onde está estabelecido o vínculo jurídico com a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, para amparar a utilização de qualquer aplicativo.
2. Designar, por meio de Ofício, conforme Anexo VII do presente Instrumento, até, no máximo, 4 (quatro) servidores para os quais a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** disponibilizará chaves e senhas de acesso ao autoatendimento à Administração, com poderes somente para consultas aos saldos e aos extratos das **contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação**.
3. Remeter à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** arquivos em modelo específico, acordado entre os Partícipes, solicitando o cadastramento das **contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação** ou remeter à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** Ofício, solicitando a abertura das **contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação**.
4. Remeter Ofícios à Agência da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, solicitando a movimentação de recursos das **contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação** ou movimentá-los por meio eletrônico.
5. Comunicar ao **Prestador de Serviços**, na forma do Anexo VIII do presente Instrumento, o cadastramento das **contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação**, orientando-os a comparecer à Agência da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, para providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste instrumento, para que a **ADMINISTRAÇÃO** possa ter acesso aos saldos e aos extratos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, bem como solicitar movimentações financeiras.
6. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e aos extratos das **contas-depósitos vinculadas-bloqueadas para movimentação**.
7. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.
8. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de autoatendimento da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.
9. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de autoatendimento da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.
10. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de autoatendimento, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

11. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento devido da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações.

12. Comunicar tempestivamente à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações.

13. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** possam vistoriar o *hardware* e *software* utilizados para conexão aos sistemas de autoatendimento.

14. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, e outras pessoas integrantes da **ADMINISTRAÇÃO** que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.

CLÁUSULA QUINTA

DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA compete:

1. Disponibilizar os sistemas de autoatendimento à ADMINISTRAÇÃO.
2. Gerar e fornecer até 4 (quatro) chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário.
3. Informar à ADMINISTRAÇÃO quaisquer alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, por intermédio dos sistemas de autoatendimento ou via Ofício.
4. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Instrumento, e ao cadastramento de contas-depósitos vinculadas-bloqueadas para movimentação.
5. Gerar e encaminhar, via sistema de autoatendimento, os arquivos retorno do resultado do cadastramento das contas-depósitos vinculadas-bloqueadas para movimentação ou encaminhar Ofício, contendo o número da conta aberta em nome do Prestador dos Serviços.
6. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste Instrumento.
7. Informar à ADMINISTRAÇÃO os procedimentos adotados, em atenção aos Ofícios recebidos.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

CLÁUSULA SEXTA

DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

Este Termo de Cooperação Técnica não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA VIGÊNCIA

*** Observar a Orientação Normativa/AGU nº 44, de 26 de fevereiro de 2014.**

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ter sua vigência limitada a até 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA

DA PUBLICAÇÃO

A publicação de extrato do presente Instrumento no Diário Oficial da União será providenciada pela ADMINISTRAÇÃO até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

CLÁUSULA NONA

DAS ALTERAÇÕES

Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objeto, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses termos a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA RESCISÃO

Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos dessa forma serão dirimidos pela Justiça Federal, na Seção Judiciária de_____.

E por estarem justos e de acordo, os Partícipes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

(Local e data)

Assinatura do representante daAssinatura do representante da

ADMINISTRAÇÃO

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

Anexo I do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____
Ofício nº ____/____ - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

_____ de _____ de 20__.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

(nome)

(cargo/Gerente)

(Endereço com CEP)

Senhor(a) Gerente,

Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica nº ____/____, firmado com essa Instituição, para solicitar que, excepcionalmente, promova o cadastramento de conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação –, em nome do Prestador de Serviços a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL:

CNPJ: _____

Razão Social: _____

Nome Personalizado: _____

Endereço: _____

Representante Legal: _____

CPF do Representante Legal: _____

Atenciosamente,



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal

ou do servidor previamente designado pelo ordenado

Anexo II do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (LOGOTIPO)

_____, ____ de _____ de 20__.

Senhor (a) _____,

Em atenção ao Ofício _____ informamos que o representante legal da empresa _____, CNPJ _____, deverá comparecer à agência _____ para assinar o contrato da abertura de conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, destinada a receber créditos ao amparo na IN nº ____ de ____ de ____ de ____, a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato nº _____.

Ratifico que, conforme previsto no Termo de Cooperação Técnica nº ____/____ firmado com a Instituição Financeira, qualquer tipo de movimentação financeira somente ocorrerá mediante solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

Gerente

Ao (A) Senhor (a)

Nome e cargo do representante da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Endereço



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

Anexo III do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (LOGOTIPO)

Ofício nº ____/____

____ de ____ de 20__.

Senhor (a),

Informamos abaixo os dados para abertura de conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação à empresa_____, CNPJ _____, na Agência _____, da Instituição Financeira _____, prefixo _____, destinada a receber os créditos ao amparo da IN nº __de __ de __ de __, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

Agência: _____

Conveniente Subordinante: Administração Pública Federal

Cidade/Município: _____

Comunico que essa Administração Pública poderá realizar os créditos após pré-cadastramento no portal da Instituição Financeira, sítio _____.

Ratifico que a conta somente será aberta após o acolhimento do primeiro depósito e, conforme Termo de Cooperação Técnica nº ____/____, qualquer tipo de movimentação financeira ocorrerá mediante solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

Atenciosamente



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

Gerente

Anexo IV do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº ____/20__ - ____

Local, ____ de ____ de 20__.

A(o) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

(endereço da agência com CEP)

Senhor (a) Gerente,

Solicito DEBITAR, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ ____ da conta nº ____ da agência nº ____ de titularidade de _____,

(nome do proponente)

Inscrito no CNPJ sob o nº _____, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, e CREDITAR na seguinte conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação

Instituição Financeira Agência Conta CPF /CNPJ

Atenciosamente,



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

Assinatura do

Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal/ou

servidor previamente designado pelo ordenador

Anexo V do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (LOGOTIPO)

Ofício/Carta nº ____ (número sequencial)

_____, ____ de _____ de 20__.

Senhor (a) _____,

(nome do representante da Administração Pública Federal)

Em atenção ao seu Ofício nº ____/20__ - ____, de ____/____/20__, informo a efetivação de DÉBITO na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação -de nº _____, da agência nº _____, da Instituição Financeira, e CRÉDITO na seguinte conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação:

CREDITAR

Instituição Financeira Agência Conta CPF /CNPJ

Atenciosamente,



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

(nome do Gerente)

Nº da Agência da Instituição Financeira

Anexo VI do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

A U T O R I Z A Ç Ã O

À Agência _____ da Instituição Financeira _____

(endereço da agência)

Senhor (a) Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação nº _____ - bloqueada para movimentação, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, bem como tenha acesso irrestrito aos saldos da referida conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.
Atenciosamente,

(local e data)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

Assinatura do titular da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação

Anexo VII do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº ____/20__ - ____

_____, ____ de _____ de 20__

Ao (A) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

(endereço da agência com CEP)

Senhor (a) Gerente,

Solicito providenciar a geração de chaves e senhas iniciais de acesso aos aplicativos dos sistemas de autoatendimento dessa Instituição Financeira para os servidores a seguir indicados:

CPF	Nome	Documento/Poderes
-----	------	-------------------



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal ou do servidor previamente designado pelo ordenador

Anexo VIII do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº ____/20__ - ____

Local, ____ de ____ de 20__

Ao (A) Senhor(a)

(nome do Proprietário da empresa contratada pela Administração Pública Federal)

(endereço da empresa com CEP)

Senhor (a) Sócio-Proprietário,

1. Informo que solicitei a abertura da conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação, pertencente ao CNPJ sob nº _____, na Agência nº _____, da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA _____, em seu nome, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado entre essa empresa e esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

2. Na oportunidade, solicito comparecer, em no máximo 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento deste Ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada no ato convocatório de licitação, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pela Instituição Financeira e autorizar, em caráter irrevogável e irretratável, o acesso irrestrito desta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aos saldos da referida conta - depósito, aos extratos e a movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras e solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

Secretária de Defesa Agropecuária - SDA

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE

Telefone: (81) 3231-9050

3. Informo que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula_____ do mencionado contrato.

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal ou do servidor previamente designado pelo ordenador



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA
Secretária de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL
Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco – LFDA/PE
Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº – CEP: 52.171-030 - Recife/PE
Telefone: (81) 3231-9050

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Pregão Eletrônico nº __/2020

Processo nº 21002.000520/2020-24

Declaro que a Empresa _____ inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____ estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do contrato
	a	
	a	
Valor Total dos Contratos		R\$

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

A declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social.

OBS.: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas com os quais tem contratos vigentes.

ANEXO X

MODELO DE PROPOSTA

QUADRO RESUMO

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	POSTO / CBO	QUANT.	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO MENSAL	VALOR MÁXIMO ANUAL	UNIDADE FORNECIM ENTO	QUAN TIDA DE
1	1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA E PREDITIVA CATSER 1627	Engenheiro eletricista de manutenção CBO 2143	1			MÊS	12
			Supervisor de construções e manutenção CBO 7102	1				
			Técnico em Eletrotécnica CBO 3131	1				
			Eletricista CBO 9511	1				
			Técnico de Refrigeração CBO 3141	1				
			Auxiliar de Refrigeração CBO 9112	1				
			Bombeiro Hidráulico CBO 7241	1				

		Oficial de manutenção CBO 5143	1				
SUBTOTAL MENSAL SERVIÇOS (POSTOS) - ITEM 1				R\$			
SUBTOTAL ANUAL SERVIÇOS (POSTOS) - ITEM 1				R\$			
	2	PEÇAS, INSUMOS E MATERIAIS DE REPOSIÇÃO Este item se apresenta com valor fixo, e não será objeto de disputa.		VALOR ANUAL DE PEÇAS R\$ R\$ 150.000,00	UNIDADE UNID.	QUAN TIDA DE 1	
		A) INFORMAMOS QUE OS LICITANTES NÃO PODEM DAR LANCES NESTE ITEM.					
		B) O valor a ser cadastrado no sistema deve ser exatamente o valor apresentado neste item, qual seja R\$150.000,00, onde o valor do mesmo foi definido pela Administração.					
		C) Acrescentamos que os materiais a serem adquiridos somente serão pagos se aplicados e mediante comprovação de razoabilidade de valores, conforme informações constantes no item FORNECIMENTO DE INSUMOS, MATERIAIS E PEÇAS PARA OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES deste TERMO DE REFERENCIA.					
TOTAL ANUAL SERVIÇO MANUTENÇÃO = POSTOS DE TRABALHO + VALOR DAS PEÇAS				R\$			
PRAZO DE CONTRATO: 12 Meses (podendo ser prorrogado por até 60 meses)							
LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: UNIDADES I e II DO LFDA/PE, localizadas respectivamente na Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº - Dois Irmãos - Recife/PE, e Av. Gal. San Martin, 1000 - Bongi - Recife/PE							
VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO (DO GRUPO): R\$ (em moeda nacional) (Por extenso).							

INFORMAMOS:

1. No preço do item cotado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos (transporte, salários, encargos trabalhistas, impostos e taxas, etc.), bem como quaisquer outras despesas incidentes para a prestação dos serviços.
2. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega da mesma.
3. Declaramos expressamente que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações especificadas no contrato.
4. Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato/instrumento equivalente, a teor do art. 62 da Lei Nº.8.666/93, no prazo determinado, em conformidade como instrumento convocatório e, para este fim, fornecemos os seguintes dados:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

FONE:

ENDEREÇO:

EMAIL:

DADOS BANCÁRIOS:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME

RG

CPF

ASSINATURA:

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA SOBRE A QUITAÇÃO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS E SOCIAIS DECORRENTES DO CONTRATO

PROCESSO Nº 21002000520/2020-24

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2020

OBJETO: Contratação de Serviço comum de engenharia, na forma continuada, com dedicação exclusiva de Mão de Obra, para manutenção preventiva, corretiva e preditiva, compreendendo o fornecimento de peças, materiais e execução de serviços, em instalações prediais, sistemas e equipamentos das Unidades I e II (unidades físicas de Dois Irmãos e do Bongi), do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – LFDA-PE.

Declaro que a empresa (Informar) CNPJ (Informar) representada por (Informar), RG (Informar), CPF (Informar), possui responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do Contrato Nº (Informar) oriundo do Pregão Eletrônico NºXX/2020, firmado com Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – LFDA-PE.

Local e data.

DADOS DO REPRESENTANTE DA CONTRATANTE

CPF Nº

RG Nº

DADOS DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

CPF Nº

RG Nº